UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA – NCET

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA – DGEO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA RICARTE

A PSICOSFERA DO ESPAÇO AGRÁRIO DE VILHENA: CONTRADIÇÕES ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO

Porto Velho/RO

2017

CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA RICARTE

A PSICOSFERA DO ESPAÇO AGRÁRIO DE VILHENA: CONTRADIÇÕES ENTRE O AGRONEGÓCIO E O CAMPESINATO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia-PPGG da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, como requisito parcial para avaliação da pesquisa de Mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Linha de Pesquisa: Território, Representações e Políticas de Desenvolvimento – TRPD

Porto Velho/RO

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Fundação Universidade Federal de Rondônia

Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

R488p Ricarte, Carlos Alberto de Almeida.

A psicosfera do espaço agrário de Vilhena: contradições entre o agronegócio e o campesinato / Carlos Alberto de Almeida Ricarte. -- Porto Velho, RO, 2017.

167 f. : il.

Orientador(a): Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1. Território. 2. Agronegócio. 3. Campesinato. 4. Psicosfera. I. Silva, Ricardo Gilson da Costa. II. Título.

CDU 913(811.1)

PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO E DOUTORADO EM GEOGRAFIA
Ambiente e Território na Pan-Amazônia

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET/UNIR
Departamento de Geografia – DGEO/UNIR
Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG/UNIR

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Carlos Alberto de Almeida Ricarte

A Banca de Defesa de Mestrado presidida pelo orientador **Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva** e constituída pelos examinadores: **Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral** e **Profa. Dra. Josélia Fontenelle Batista** reuniram-se no dia 28 de julho de 2017, às 9:00 horas no Auditório Milton Santos/CEGEA/UNIR/Bloco 1T, para avaliar a dissertação de mestrado intitulada "***A Psicoesfera do Espaço Agrário de Vilhena: Contradições entre o Agronegócio e o Campesinato***" do mestrando **Carlos Alberto de Almeida Ricarte,** matrícula 201510015. Após a explanação do mestrando e arguição pela Banca Examinadora, a referida DISSERTAÇÃO foi avaliada e de acordo com as normas estabelecidas pelo Regimento do Programa de Pós-Graduação em Geografia foi considerada Aprovado. O candidato terá o prazo de até 90 dias para fazer as correções sugeridas pela banca e entregar as cópias definitivas de sua dissertação, sob pena de invalidação, pelo colegiado, do processo de defesa, conforme preceitua o § 3º do artigo 83 do Regimento Interno do PPGG, uma vez que o curso só finaliza com a entrega da Dissertação revisada.

Porto Velho-RO, 28 de julho de 2017.

Prof. Dr. Ricardo Gilson da Costa Silva
Orientador/Presidente

Prof. Dr. José Januário de Oliveira Amaral
Examinador Interno/PPGG/UNIR

Profa. Dra. Josélia Fontenelle Batista
Examinadora Externa/IFRO

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Antônio , Lindomar e minha avó Madalena que em toda minha vida dedicaram seu amor e carinho e, acima de tudo, o incentivo ao conhecimento.

Aos meus irmãos e amigos que sempre acreditaram e apoiaram na conquista dos meus objetivos.

A todos os camponeses (as) do Estado de Rondônia, que perderam sua “identidade” com a desterritorialização, mas que continuam resistindo, entre risos, suor e lágrimas a voracidade do capital no campo.

AGRADECIMENTO

Começo meu agradecimento a DEUS, pela luz que me conduz a vida. Sinônimo de refúgio, força e perseverança nos mais distintos momentos de minha existência. Agradeço por me conduzir a lugares iluminados e pelo estímulo que busquei nessa longa jornada científica. O caminho foi árduo, mas superado. Nos momentos de angústia e impaciência, encontrei a resposta certa na calma e na alegria.

Aos meus pais Antônio Ricarte de Carvalho Filho e Lindomar de Almeida Ricarte, que me viram partir do seio da nossa família em 1995, quando migrei da Paraíba para Rondônia. Entre olhares úmidos e sorrisos vencidos pela tristeza, me viram partir para um mundo desconhecido. Obrigado pai e mãe, por terem acreditado em mim, sei que não tiveram a mesma oportunidade que tive e que durante sua juventude não lhes foram dado a propriedade de estudo que me deram, por isso lhes digo com todo afinco, ***minha vitória é de vocês.***

A minha avó Madalena que, quando criança em seu convívio, sempre deu amor, carinho e dedicação e que se enche de alegria quando nos encontramos a cada regresso à terra natal.

Aos meus irmãos, Alexandre, Maria Aparecida, Marcelo e Luciana, que sempre me incentivaram na busca dos meus ideais e que me acompanham nessa jornada, mesmo indiretamente. Tenho certeza que estão orgulhosos por essa conquista.

À Sirley, serei sempre grato por suas colaborações aferidas ao meu estudo. E a Simone, pela qual tenho grande admiração.

Ao Professor Ricardo Gilson, grande mestre e orientador desta pesquisa. Grato pelas suas contribuições, indicações, orientações e sugestões que me direcionaram rumo à pesquisa científica. Obrigado por acreditar em mim e que você continue espalhando aos seus discentes suas mensagens ideológicas que nos permitem reflexões sobre um mundo mais justo.

Aos mestrandos da turma 2015/1, que juntos iniciamos uma jornada sucessiva de conhecimentos. Em especial à Francilene Conceição e Thiago Santos, que juntos tivemos uma escalada simultânea de disciplinas que nos propuseram os debates e as discussões durante nossa jornada e que enriqueceram nossa fonte do saber.

A toda equipe que faz o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Em especial aos professores que muito colaboraram para a realização desta pesquisa: Adnilson, Dorisvalder, Gracinha, Januário, Josué, Madalena e Ricardo Gilson. Muito grato pela recepção de cada um de vocês e pelas contribuições no campo epistemológico, pelos trabalhos

de campo e pelas referências literárias (acervos bibliográficos) que nos disponibilizaram e que foram de grande valia para o amadurecimento das ideias no campo da geografia.

À Professora, Ângela Maria Delmônico, Marli Pereira da Silva e ao Professor Francisco Gaudino Dantas pela revisão gramatical, meu obrigado.

Agradeço à Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) por ter me proporcionado a formação acadêmica em Licenciatura em Geografia. Foi ali que dei os primeiros passos em busca do saber geográfico. Grato a todos os professores que me fizeram um amante da geografia. E à Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR) que me enriquece com mais uma formação acadêmica.

A todos os camponeses, em especial aos que colaboraram para a realização deste trabalho, que fazem desse Estado uma região produtiva, que dia a dia produz e reproduz seu modo de vida em seu território. Aos sem-terra, acampados, assentados e a todos os movimentos sociais do campo e da cidade que carregam consigo a bandeira da luta e resistência de uma classe que está viva hoje e sempre. ***Brasil, verás que o filho teu não foge à luta***!

Com todos vocês aprendi que não se deve ter medo de errar, pois na vida os erros nos conduzem ao acerto e que ao fim dessa jornada a árvore da sabedoria produza bons frutos. Se hoje sou um vitorioso por essa conquista, saibam que vocês têm parte desse símbolo.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte e contribuíram, significativamente, na produção deste trabalho, os meus cincerros votos de agradecimento!

EPÍGRAFE

A cada período histórico, o valor de uma mesma variável se altera e o espaço é o palco das antigas e das novas variáveis. No mundo de hoje, é frequentemente impossível ao homem comum distinguir claramente as obras da natureza e as obras dos homens e indicar onde termina o puramente técnico e onde começa o puramente social.

(MILTON SANTOS, 2008)

RESUMO

A segunda metade do século XX representa, no contexto socioeconômico da Amazônia e de Rondônia, a temporalidade do dinamismo econômico com base no progresso e expansão do agronegócio. A manifestação e expansão da produção de *commodities* inseriu o Estado na cadeia produtiva global. A solidificação desse sistema de produção estabeleceu uma nova configuração socioespacial, sobretudo em Vilhena, centro do agronegócio de Rondônia, constituindo um espaço de contradições. Nesse cenário antagônico, cabe destacar-se o modo de produção camponesa (produtores familiares) que participam de forma significativa na produção de alimentos que abastece a economia local e regional. O objetivo desta pesquisa é explicar as transformações socioespaciais (*psicosfera*) que se estabeleceram no município de Vilhena e se intensificaram com o advento dos sistemas de ações e objetos incorporados ao território, produzindo mutações significativas na estrutura fundiária e no sistema de produção agrícola local. Conclui-se que a dinâmica técnica instalada sobre o território de Vilhena produziu uma nova geografia local, sobretudo no modelo organizacional do espaço que alterou o modo de vida da sociedade em sua totalidade (urbano-rural). A contradição entre o campesinato e o agronegócio fez nascer, no espaço agrário de Vilhena, um território de conflito socioespacial do qual o principal ativo é a terra, para um sinônimo de acumulação de capital e poder, para outro, sinônimo de relação social e subsistência familiar, mantendo a organização dos valores culturais do grupo. A construção da psicosfera instituída no agrário de Vilhena ocorre a partir da modernização tecnocientífico do campo e da formação de latifúndios monocultores que, simultaneamente, reduziu a população rural e o acesso a terra para fins da reforma agrária.

Palavras-chave: Território, Agronegócio, Campesinato, Psicosfera

ABSTRACT

In the socioeconomic context of the Amazonia and Rondonia, the second half of the twentieth century represents the temporality of the economic dynamism based on the agribusiness progress and expansion. The manifestation and the expansion of the commodities included the state of Rondonia in the global production chain. The solidification of this system of production established a new socio-spatial configuration, especially in Vilhena, the center of the agribusiness in Rondonia, becoming a space of contradiction. In this antagonistic scenario it is important to mention outstandingly the peasant way of production (family farmes) that significantly participates in food production that supply the local and regional economy. The purpose of this research is to explain the socio-spatial changes (psychosphere) that occurred in objects that were incorporated to the territory producing great mutations in the foundation structure and in the local agricultural production system, it is concluded that the technical dynamics installed on Vilhena produced a new local geography, especially in the organizational model of space that changed the way of life of the society in its totality (urban-rural) the adversity between the peasantry and the agribusiness gave rise in the agrarian space of Vilhena, a socio-spatial territory of conflicts in the which the land is the main value as accumulation and of another, a synonym of social relation and family subsistence maintaining the cultural values and the group's organizations. The constructions of the psychosphere installed in the Vilhena agrarian takes place from the techno-scientific modernization of the fields and of the formation of large monocultures that, at the same time, reduced the rural population and limited the access to land and restricting access to land for agrarian reform purposes.

Key words: Territory, Peassantry, Agribusiness, Psychosphere

LISTA DE SIGLAS

BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DETRAN	Departamento Estadual de Trânsito
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IIRSA	Projeto de Integração e Infraestrutura da América Latina
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LCP	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e da Amazônia Ocidental
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MCC	Movimento Camponês Corumbiara
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
PA	Projeto de Assentamento
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAP	Plano Agrícola e Pecuária
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Projeto de Colonização
PIN	Projeto de Integração Nacional
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
POLAMZÔNIA	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia
POLONOROESTE	Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil
PROATER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONAF	Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar

PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROVE	Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia
PTR	Programa Terra Legal
RPA	Região Produtivas Agrícolas
SEAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEPOG	Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
SINAN	Sistema de Informação de Agravos de Notificação
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia

LISTA DE CARTOGGRAMAS

Cartograma 1: Localização da área de estudo.....28

Cartograma 2: Sistema de transporte integrado multimodal: transportes e circulação de soja na Amazônia Meridional. 55

Cartograma 3: Evolução da produção de soja na região do MATOPIBA.....97

Cartograma 4: Escoamentos dos produtos agrícolas pelos portos da Região Norte 100

Cartograma 5: Produção de soja por unidade da federação e principais portos de exportação de grãos do país.....121

Cartograma 6: Rondônia: Distribuição do rebanho bovino – 1995.....144

Cartograma 7: Rondônia: Distribuição do rebanho bovino – 2005.....145

LISTAS DE FIGURAS

Figura 1: Organograma Metodológico da pesquisa.....32

Figura 2: Evolução da pecuária nos estados da Amazônia – 1987/2013.....43

Figura 3: Empresa rural produtora de grãos localizadas as margens da BR-174/ Vilhena 68

Figura 4: Acampamento próximo ao Assentamento Águas Claras – trabalhadores rurais a espera de terras para reforma agrária.....69

Figura 5: Produção de alface e pimentão na propriedade do Sr. Fabrício: Alface produzida em sistema de estufa e pimentão a céu aberto.....75

Figura 6: Divisa do setor chacareiro (Aprovida) com a propriedade produtora de soja 76

Figura 7: Aplicação de agrotóxico numa propriedade rural que faz divisa com o setor chacareiro em Vilhena.....77

Figura 8: Av. Major Amarantes (centro) – Vilhena/RO.....103

Figura 9: Áreas de cultivos de soja e novas fronteiras em Rondônia.....115

Figura 10: Marketing do agronegócio em Rondônia – Rondônia Rural Show.....131

Figura 11: Colheitadeira de soja. Exposição na 5ª Rondônia Rural Show – Ji-Paraná – RO.....132

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Empresas que dominam o setor de sementes transgênicas e agrotóxicos.....128

Gráfico 2: PIB do agronegócio brasileiro.....138

Gráfico 3: Produtos exportados agronegócio brasileiro.....139

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Instituições de vista do trabalho de campo.....31

Quadro 2: Projetos de Colonização oficial em Rondônia – 1982..... 38

Quadro 3: Valor adicionado bruto a preço básico corrente e a participação de cada setor de Atividade – Rondônia (2010-2013) R$1.000.....47

Quadro 4: Detalhamento de agroindústrias por segmentos /2016..... 57

Quadro 5: Levantamento da hortifruticultura do município de Vilhena – 2016/2017.....73

Quadro 6: Dados da agricultura familiar do Cone-Sul de Rondônia.....79

Quadro 7: Índice de Gini da concentração de terras em Unidades da Federação.....83

Quadro 8: Dados do Índice de Gini dos municípios do Cone-Sul de Rondônia.....83

Quadro 9: Dados de projetos de assentamentos no Brasil (número, área e famílias beneficiárias).....87

Quadro 10: Perfil da reforma agrária nos municípios do Cone-Sul de Rondônia..... 87

SUMÁRIO

Apresentação 17

1 – **Introdução** 20

1.1 – Caminhos da pesquisa..... 20
1.2 – A construção do objeto da pesquisa..... 25
1.3 – Objetivos..... 26
1.4 – Área de Estudo.....27
1.5 – Metodologia da Pesquisa 28

Capítulo I: A Dinâmica do espaço agrário de Rondônia 33

1.1 – Rondônia – uma fronteira em expansão.....33
1.2 – A formação histórica da estrutura agrária de Rondônia 38
1.3 – A caracterização do espaço agropecuário de Rondônia – fragmentação do território e dinâmica econômica.....43
1.4 – Agropecuária: o cerne da mutação espacial de Rondônia 48
1.5 – A modernização do espaço agrário-agrícola de Rondônia.....49
1.6 – Rondônia: o papel da agroindústria familiar na economia do regional.....54
1.7 – Rondônia: o uso corporativo do território e suas contradições.....57

Capítulo II. A Geografia do campesinato em Vilhena 61

2.1 – A territorialidade do campesinato em Vilhena.....63
2.2 – Só a terra não basta! onde estão as políticas públicas do campo?.....69
2.3 – O setor chacareiro de Vilhena – um espaço de produção camponesa.....71
2.4 – As diferentes territorialidades e o uso do espaço agrário de Vilhena.....82

Capítulo III: A Geografia do Agronegócio em Vilhena.....96

3.1 Cone-Sul: região estratégica do agronegócio rondoniense 99
3.2 A espacialidade da produção do agronegócio em Vilhena.....103
3.3 O Estado como agente do desenvolvimento regional.....106
3.4 A lógica corporativa do território do agronegócio em Vilhena.....110
3.5 A tecnificação do espaço agrário de Vilhena e as novas perspectivas.....113
3.6 Horizontalidade e Verticalidade do agronegócio em Vilhena – logística 119
3.7 As *Tradings* e o controle da produção e consumo de grãos em Vilhena.....124
3.8 Rondônia: "O Estado do agronegócio"..... 130

Capítulo IV: A tecnosfera e a psicosfera do espaço agrário-agrícola de Vilhena..... 134

4.1 A "nova" espacialidade de Vilhena: do dinamismo econômico as contradições socioespaciais. 137
4.2 Vilhena: A tecnosfera e a nova psicosfera no meio rural-urbano.....142

Considerações Finais.....149

Referências.....156

Apêndice... 165

APRESENTAÇÃO

A presente Dissertação de Mestrado produzida tem como objetivo analisar dados da pesquisa executada sob o título: **A psicosfera do espaço agrário de Vilhena: contradições entre o agronegócio e o campesinato**.

O cerne deste estudo integra a Geografia Agrária e a Geografia Regional direcionada ao município de Vilhena. O contexto a que se refere o objeto da pesquisa envolve diversas categorias de análises, dentre as quais se destacam: *o território, a sociedade, a tecnosfera e psicosfera* do município de Vilhena. A partir dessa perspectiva busca-se compreender o grau da metamorfose pela qual essa região passou e vem passando com o avanço do agronegócio e os objetos técnico-científicos que se instalaram na região, produzindo uma psicosfera distinta dos tempos pretéritos. São essas atribuições que nos conduziram a despertar para o estudo da conflitualidade no espaço agrário de Vilhena, como viés desse novo modelo socioeconômico que se estabeleceu no município.

O estudo do espaço geográfico de Vilhena nos dá a dimensão e compreensão de suas adversidades. A cada temporalidade (1980/2016), novos sistemas de ações e objetos são incorporados ao espaço rompendo com estruturas preestabelecidas, criando novos espaços econômicos e sociais (psicosfera).

Ao se debruçar sobre as leituras aferidas à Geografia Agrária, passei a conhecer mais de perto a complexidade do espaço agrário-agrícola que se desenhou no Brasil ao longo do tempo. O percurso histórico dessa complexa relação social presente no campo nos permitiu compreender o nível de desigualdade e contradições expostas aos grupos sociais menos favorecidos como camponeses, quilombolas, ribeirinhos, indígenas e outros. A disputa por território se transformou em violência, exclusão social e desterritorialização no campo.

Nos caminhos percorridos em busca de conhecer a realidade do espaço agrário de Vilhena e suas contradições são visíveis as disparidades socioterritoriais no agro local. O espaço organizacional (forma-conteúdos presentes no espaço) instituído pelo capital se impõe ao modelo de produção camponesa transformando o modo de vida desse grupo social. A ruptura social promovida pela tecnosfera/psicosfera que se instalou sobre o espaço agrário de Vilhena com a expansão do agronegócio deixou profundas marcas no campo como: a concentração de terras, a desterritorialização dos camponeses, a redução da população rural e, acima de tudo, o aumento da violência no campo pela disputa de territórios.

A pesquisa possibilitou a compreensão da realidade socioespacial de Vilhena. Meu ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO\UNIR foi fundamental para

a realização desse trabalho. O contato e o convívio com o grupo de pesquisa do GT/GA (Gestão do Território e Geografia Agrária da Amazônia) enriqueceu o saber geográfico de maneira significante.

Foi no trabalho de campo que vivi novas experiências e histórias de vida, luta e resistência de camponeses. Relatos que marcam a vida de um povo que luta para se manter na terra e sobreviver dela. São camponeses/chacareiros que vivem 'ilhados' pelo agronegócio, mas que resistem ao processo de transformação em dada escala de tempo. A resistência é para eles sinônimo de manter vivo um modo de vida que se contrapõe ao agronegócio.

Em minha trajetória acadêmica (1991-1994), cursada na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tive o prazer de conhecer parte de uma das mais complexas regiões do país, o Nordeste. Em trabalho de campo realizado no Sertão Paraibano em 1993, coordenado pelo professor João Damasceno (Geologia), vivenciei experiências que me levaram a reflexões desafiadoras. Compreender como famílias conseguem sobreviver em condições tão precárias diante de uma região geográfica marcada pela seca não é tarefa fácil. Cheguei à conclusão que o limite do homem é ele mesmo.

Hoje, tenho a honra de conhecer parte da Amazônia Legal, bem como de ter acompanhado pontos de transformações ocorridas sobre o espaço rondoniense. São duas realidades opostas entre o Sertão Paraibano e Rondônia. O modelo de desenvolvimento econômico que foi projetado para Rondônia corroborou para mutações socioespaciais do Estado. Na contemporaneidade, Rondônia convive com realidades antagônicas no espaço agrário.

O projeto de desenvolvimento rural adotado ao longo de décadas no país tem como principal objetivo a expansão e consolidação do agronegócio, tendo alcançado resultados positivos, sobretudo em relação ao aumento da produtividade e à geração de divisas para o país via exportação. No entanto, esta modalidade tem implicado custos sociais e ambientais crescentes.

Nessa mesma lógica Marta Marques (2002) explica que o avanço dos movimentos sociais no campo e a intensificação de suas lutas têm tornado cada vez mais evidente a necessidade de se elaborar uma estratégia de desenvolvimento para o campo que priorize as oportunidades de desenvolvimento social e não se restrinja a uma perspectiva estritamente econômica e setorial. A saída está no processo de inclusão de uma reforma agrária justa e democrática como projeto político nacional que priorize o bem-estar social dos sujeitos que lutam por um território.

1. INTRODUÇÃO

1.1 – Caminhos da Pesquisa

O espaço agrário amazônico sofreu intensas modificações com o desfecho dos vários projetos governamentais programados para a região, a partir da década de 1960. Esse modelo rompeu com os traços naturais, econômicos e sociais da região, permitindo a implantação de uma dinâmica econômica pautada em diversas atividades extrativistas e agropecuárias.

Uma nova fronteira se abre para o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, a Amazônia, seguindo o lema "integrar para não entregar" (OLIVEIRA, 1995). Foi nessa perspectiva que o governo civil-militar propagou na Amazônia a abertura de rodovias, entre elas a BR-364, influenciaram na migração de milhares de colonos e empresas nacionais e estrangeiras interessadas nas terras da região (MARTINS, 2014, p.74).

A proposta desta pesquisa é explicar as transformações socioespaciais que se instalaram no espaço agrário do município de Vilhena, caracterizado pela *psicosfera*[1] do espaço agrário que se consolidou com a expansão dos condicionantes da *tecnosfera*[2], ou seja, as mudanças sobre o espaço agrário de Vilhena pelo meio técnico-científico deu origem a um espaço de produtivo e contraditório. Para analisarmos esse processo de transformação, seguimos o caminho dos fatos histórico-geográfico com base na formação espacial da região em estudo. Sem dúvida, a história do processo de formação e fragmentação do espaço rondoniense nos mostra o poder de mutação exercida pela sociedade através das políticas públicas incentivadas pelos governos militares como o projeto de colonização organizado e planejado pelo Estado. A partir desse modelo de estrutura agrária desenhada para a região se consolida a formação social camponesa. Essa representação socioespacial, que se instalou a partir de 1970, dada a execução dos planos estratégicos regionais, é o ponto de partida para a compreensão das mutações ocorridas ao longo do tempo. Essas modificações são o cerne (objeto) da pesquisa, delimitada, sobretudo, no espaço rural de Vilhena, município localizado ao sul de Rondônia. Essa região é, na contemporaneidade, o centro regional do agronegócio da soja que se estabeleceu no estado. O empoderamento desse paradigma econômico resultou no dinamismo econômico para o município que alterou a relação entre campo-cidade.

---

[1] Entende-se por psicosfera, as transformações ou mutações associadas aos lugares e as sociedades, com base na instalação de objetos técnico-científico-informacional, proporcionando novas configurações socioespaciais aos lugares estabelecendo outras funcionalidades (SANTOS, 2008).

[2] Corresponde aos instrumentos técnicos, os sistemas de objetos e ações que se territorializam, distintamente, no espaço dando mais fluidez e rapidez à dinâmica da produção, sendo essa, um processo heterogêneo em escala global (SANTOS, 2008).

A principal indagação que irá conduzir a pesquisa é compreender como a recente dinâmica socioeconômica de Vilhena, alicerçada na produção de *commodities*, produziu um novo arranjo socioespacial e um território marcado por conflitos sociais no campo, conduzindo à fragmentação do território por diferentes grupos sociais que protagonizam o rural e o agrário na região?

A análise dessas transformações socioespaciais e as contradições entre os sistemas da produção agrícola que se estabeleceram em Vilhena, em que estão inseridos o campesinato e o agronegócio, nos dá uma dimensão da fragmentação do espaço agrário[3].

O espaço agrário de Rondônia, a partir de suas mutações, constitui-se sinônimo de contradições, ou seja, um espaço de desigualdade socioeconômica, constituído pelas diferentes formas de ocupação e uso do solo caracterizado pelo espaço do campesinato e o espaço do agronegócio. Há um confronto pelo domínio do espaço entre camponeses e agronegócio/latifundiário, o que concebe o território como objeto de contradições sociais. É nesse sentido contraditório, de resistência, de subordinação e das relações sociais que deve ser interpretado o território. O âmago desse processo se materializa à medida que o modelo técnico-científico-informacional, através dos seus sistemas de ações e objetos, dinamizaram o espaço da produção criando espacialidades desiguais e combinados dentro de um mesmo sistema econômico, a globalização da economia (SANTOS, 2008).

Ao analisar as transformações socioespaciais compiladas sobre o espaço agrário do município de Vilhena, construída nas últimas três décadas, encontramos um campo multifacetado, ambíguo e com novas funcionalidades. Esses adjetivos se concretizam, por um lado, na formação de um território moderno representado pela agricultura empresarial (agronegócio), do outro, um território constituído pela agricultura camponesa/familiar, que representa parte significante da produção alimentar de Vilhena e região.

A modernização das atividades agropecuárias em Vilhena, via de regra, está associada à integração da unidade produtiva às redes de produção como o setor agroindustrial, cada vez mais especializadas, visando atender “nichos” ou segmentos de mercados que estabelecem regras no sistema de comercialização em escala global. Seguindo essa tendência global, Rondônia se transformou num espaço de caráter geoestratégico na Amazônia. Essa pujança se espraia com a vitalidade dos investimentos público-privado, nacional-multinacional que foram se fixando e se apropriando de territórios produtivos na região (KAHIL; PEREIRA, 2010).

---

[3] Refere-se ao processo de divisão ou organização do espaço de produção agrícola que se estabelece de forma social e economicamente desigual entre os atores que ocupam esse território.

Em Vilhena, a incorporação de territórios pelos agentes econômicos no final da década de 1990, constituindo latifúndios monocultores, conduziu, progressivamente, a formação de um território de contradições. Esse fenômeno marcou o rompimento de um modelo econômico alicerçado, sobretudo, na pecuarização que passou por um processo conversão com o advento e expansão da soja na região. As implicações socioespaciais se ampliam com a adesão da produção de grãos que intensificou a relação entre o campo e a cidade, criando um espaço integrado, ou seja, um espaço híbrido onde se aglutina os objetos naturais e sociais em dado lugar, criando novos arranjos socioterritoriais, a partir da influência iminente do capital sobre o território usado, que passa a apresentar signos distintos que marcam o encontro entre as rugosidades e as novas formas instituídas com a evolução socioeconômica em uma dada temporalidade (SANTOS, 2008).

Nosso estudo se delineia a partir da caracterização da geografia agrária regional com base na formação socioespacial e sua evolução. O primeiro momento analisa a dinâmica e a dimensão socioeconômica de Rondônia em seu percurso histórico como uma região de fronteira agrícola na Amazônia. Nessa fase, a economia regional estava baseada, sobretudo, no extrativismo que permeou até a década de 1960.

Em cinquenta e cinco anos (1960-2015), assistimos a um intenso processo de transformações que se incorporou ao espaço de Rondônia, dando origem a um “espaço atualizado” dentro da norma da economia globalizada (SILVA, 2015). Essa dinâmica geográfica é representada por diversos sistemas de objetos e ações que se corporificou na região, e possibilitou a fluidez da produção e a valorização do território no mercado. As características do passado se curvam nas retas do presente. Isso significa que o atual modelo econômico do estado se concretiza, sobretudo, no sistema agropecuário produtor e exportador de *commodities*, que projetou a Amazônia como área geoestratégica de interesse econômico global. Esse trabalho também pontua como um dos eixos de análise às dinâmicas da sociedade sobre um meio geográfico natural, para um meio técnico-cientifico-informacional, delineado pela formação e fragmentação territorial, com a contribuição dos principais agentes: o Estado, com a implementação de políticas públicas de estímulo ao desenvolvimento econômico e político; e o capital nacional e multinacional, como principal fonte delineadora do poder e as suas escalas de ação. Entretanto, a agropecuária planejada pelos agentes econômicos, impõem formas de diferenciação do processo social e formas de exclusão, pressionam áreas preservadas já consolidadas como as Unidades de Conservação e Terras Indígenas, aumentando os impactos territoriais.

O segundo momento da pesquisa trata da territorialidade do campesinato em Vilhena. A abordagem dessa temática é demonstrar que, mesmo diante da influência e hegemonia do capital agroglobalizado que se instalou no município, o sistema de produção camponesa/familiar resiste a essa dominação. A história do campesinato em Rondônia é fruto de um projeto de colonização que precede, inclusive, ao agronegócio, ou seja, Rondônia tem na sua gênese agrária uma estrutura ancorada na pequena propriedade rural (exceto Vilhena), reflexo da política de colonização estabelecido pelo governo na década de 1970. Entretanto, as mudanças repentinas que foram adicionadas ao espaço agrário de Vilhena ao longo da última década do século XX, mudou substancialmente o espaço agrário regional. Essa mutação criou um espaço de contradições e conflitos, resultando no elevado índice de assassinatos no campo de Rondônia, em 2015. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra, foram 20 assassinatos (CPT, 2015).

Contudo, importante destacar o papel fundamental da agricultura camponesa/familiar na produção de alimentos. Esta não se restringe apenas à produção agrícola em si, mas dinamiza a geografia regional ao produzir fluxos comerciais que sustentam o funcionamento das agroindústrias em escala regional e nacional, sobretudo, as agroindústrias de leite, de frutas e carnes (SILVA, 2016). As unidades de produção camponesas centralizam sua materialidade na reprodução social com base no trabalho familiar. A partir dessa lógica se incorpora um sistema de produção racional que se distingue das empresas rurais capitalistas que utiliza mecanismos técnico-científico-informacional e sistema de exploração de mão de obra baseada no assalariamento para obter acumulação. A crescente concentração de terras caracterizado na formação de latifúndios se transformou num obstáculo para a execução da reforma agrária, ou mesmo, para a consolidação do campesinato nessas regiões. Daí o fato do surgimento dos movimentos sociais no campo em sua constante luta pela posse e uso da terra.

O espelho do agrário-agrícola sistematizado sobre o espaço de Vilhena comprova a existência do contraditório, do antagonismo social que se reproduz no interior do capitalismo. A luta pela terra torna-se também uma luta por um lugar que contrasta com os processos constantes de mobilidade geográfica e identitária, dando novos significados ao local (SAUER, 2010). Para os camponeses, o acesso à terra representa a conquista da autonomia política e a construção de uma identidade social, a identidade campesina. É isso que caracteriza a luta camponesa pelo seu espaço de vivência.

Atualmente, a espacialidade do Cone-Sul de Rondônia (Vilhena) está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital, sendo “o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer

pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa" (OLIVEIRA, 2007, p.13). Daí, a pressão do capital agrário sobre o território reduzindo o espaço do campesinato.

A terceira etapa da pesquisa caracteriza a geografia do agronegócio. Esse processo deriva da expansão espacial e do uso do território, sobretudo na produção de grãos (soja e milho) ancorada no desenvolvimento tecnocientífico. A partir dessa perspectiva, Vilhena se tornou a cidade do agronegócio da soja de Rondônia. Nela encontra-se parte dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação (SANTOS, 2008) de importantes *commodities* agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio. A cidade então é caracterizada com um suporte para atender as necessidades do campo. Ligadas a estes circuitos produtivos estão várias escalas de ação e contradição, com um território interdependente, com uma configuração territorial e uma razão própria de acontecer e existir no presente.

A regionalização do agronegócio se fortalece com a chegada das *tradings* que passam a ditar as normas da produção de grãos monopolizando a cadeia produtiva dos municípios produtores e cria um novo arranjo socioespacial regional (SILVA, 2014 a; 2014b). Dessa forma, novos *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* vão se incorporando sobre o espaço com a finalidade de integrar os centros de produção aos centros de exportação (Vilhena – Porto Velho).

Ao analisar o conjunto de elementos que constituem as tramas que se cristalizaram no espaço agrário de Vilhena, bem como as contradições resultantes desse modelo econômico, Silva (2014c) explica que a cartografia geográfica indica a regionalização da soja e a espacialização da pecuária. Na primeira, há o uso corporativo do território pelos grupos Amaggi e Cargill. Na segunda, prevalece a presença da JBS-Friboi, disputando o mercado da pecuária e, dessa forma, subjugando o produtor familiar, os médios e grandes pecuaristas, à medida que impõe sua lógica mercadológica.

Além da região do Cone-Sul de Rondônia, maior produtora de grãos do Estado, outros pontos luminosos, fora do principal espaço produtor, vêm se incorporando à cadeia do agronegócio com base na produção de grãos em Rondônia: Ariquemes, Machadinho do Oeste, Rolim de Moura, Itapuã do Oeste e Porto Velho, fazem parte dessa nova área de expansão dessa economia agrícola. Esse setor se fortaleceu de tal maneira no estado que são programadas, na agenda do governo, as feiras agropecuárias que atraem empresários e produtores de várias localidades do país, visando estabelecer parâmetros sobre o que há de mais moderno no uso das tecnologias empregadas no campo.

O último capítulo da pesquisa busca compreender a *psicosfera*, como resultado das transformações socioespacial que se delineou no espaço agrário de Vilhena. A ação humana cria o *espaço de ação*, do movimento das coisas. Cada lugar no espaço é portador de significados especiais. Portanto, as sociedades na sua margem de tempo constroem seu próprio espaço com base nas ações exercidas sobre o território, ou seja, nos interesses dos que exercem hegemonia sobre tal. Para Santos (2008), nessa perspectiva das atuais condições surge a ideia de arranjos espaciais e segmentações. Os arranjos espaciais formam os pontos contínuos e contíguos dos lugares, como também há pontos descontínuos, pois os lugares são heterogêneos conforme sua materialidade. A integração presente no espaço se compõe através de dois recortes: pela horizontalidade e verticalidade.

O conjunto desses signos, em sua totalidade, produz um espaço diverso, heterogêneo contraditório. Haja vista que esse mesmo espaço/território congrega grupos sociais distintos que protagonizam a dinâmica empírica da economia agrícola. Ao delinear suas tramas sobre o território em uso, cada grupo social projeta seus conteúdos conforme amplia os interesses projetados pelo sistema de mercado que induz ao aumento da produção para suprir a demanda em sistemas multiescalar.

O avanço tecnocientífico imprimiu um novo arranjo socioterritorial em Vilhena. Esses novos arranjos são perceptíveis a partir do alto grau de complexidade e tensão em que essa região se transformou. Um espaço de contradições, resultado de uma desproporcional fragmentação do territorial e do avanço do agronegócio local. A ruptura socioeconômica que se processou e se processa a cada temporalidade representa o âmago dos conflitos sociais no campo. Esses conflitos se alastram à medida que o capital avança sobre territórios camponeses. Por outro lado, a ineficiência das políticas públicas contribui para o agravamento desses problemas sociais que ocorrem no campo de Vilhena. A principal alternativa ao problema está numa reforma agrária com justiça social, munida de políticas públicas que possam permitir a subsistências dos camponeses e sua permanência no campo. Ela consiste num conjunto de ações públicas que visa promover uma reordenação territorial, transformando a estrutura fundiária de um país através da distribuição da propriedade ou da posse da terra.

O mundo muda ao mesmo tempo em que uma nova dinâmica se instala no lugar. Assim os lugares se diferenciam pelo fato de que são diversamente alcançados, seja qualitativa, seja quantitativamente, pelos sistemas de ações e sistemas de objetos. A partir desta lógica, o espaço geográfico se constitui de forma heterogênea e contraditória.

1.2 – A Construção do objeto da pesquisa

A proposta delineada nesta dissertação é analisar as mudanças socioespaciais (psicosfera) que se configuram no espaço agrário de Vilhena a partir da consolidação do agronegócio na região. Essa dinâmica territorial rompe com uma estrutura pré-existente e cria um novo arranjo socioespacial pautada na agricultura tecnificada dando ênfase à formação de latifúndios monocultores que produz um sistema agrário concentrador e excludente. O reflexo dessa formação territorial, centralizada na concentração de terras e produção de *commodities,* corroborou para o aumento dos conflitos agrários na região. Vilhena é, atualmente, um dos municípios de Rondônia que concentra elevado índice de violência no campo. Em 2015, o número de assassinatos no campo de Vilhena chegou a cinco, maior número comparado aos demais municípios do Estado.

Nessa perspectiva, o território é o palco do acontecer social, das realizações humanas que, nesse caso, torna-se ambíguo e contraditório, pois reproduz uma realidade antagônica conforme os interesses de cada classe social à medida que impõe sua forma de organização e materialização territorial.

Essa dinâmica alicerçada sobre o espaço agrário de Vilhena produziu uma nova configuração socioespacial, que pode ser analisado através dos seguintes questionamentos:

a) Os novos arranjos socioeconômicos e espaciais que se fixaram no espaço agrário de Vilhena, a partir da expansão e consolidação da cultura da soja favoreceu a concentração de terras na região?

b) A dinâmica do agronegócio, com base na caracterização da hegemonia dos agentes desses impérios econômicos, produziu um espaço rural contraditório entre os agentes sociais que compõem o território?

c) A consolidação do agronegócio em Vilhena corroborou para o surgimento de uma *psicosfera,* ou seja, transformou o modo de vida da sociedade no meio rural-urbano do município?

d) O aumento da violência no campo de Vilhena é agravado pela concentração de terras oriundas de um modelo agrário-agrícola que se delineou no território e, ao mesmo tempo, pela ineficiência de políticas públicas de incentivo à produção camponesa/familiar, a exemplo de uma reforma agrária?

A partir desses eixos temáticos, foi possível compreender a realidade empírica e a psicosfera presente no espaço agrário de Vilhena, oriunda da expansão do agronegócio. A transformação do espaço produzido pelo capital agrário ao mesmo tempo em que incorporou

grandes extensões de terras estabelecendo suas monoculturas, desestruturou o modo de vida e a estrutura de produção camponesa/familiar da região.

No conjunto dessas dinâmicas socioespacial, é visível a produção do espaço como condição da reprodução ampliada do capital, concomitantemente, ao modelo de produção familiar que tem finalidades distintas, especialmente pelo modo de uso da terra e pela escala de produção da qual a subsistência é prioridade.

1.3 – Objetivos

Para uma análise mais pragmática dos fatos geográficos proposta na pesquisa, é necessário compreender o percurso através das concepções teórico-metodológicas que se processam na configuração socioespacial de Vilhena. Para tal, é viável utilizar referência conceitual que ajudem no desenvolvimento e explicação dos fatos analisados. Investigar as mutações ocorridas no espaço nos leva ao entendimento das contradições que se estabeleceu no território em ebulição socioeconômica. As categorias *território e sociedade* são, sobretudo, a base fundamental dessa análise que se projeta, diferentemente, em determinadas temporalidades e que hoje se caracteriza por representar um território de conflito.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar as transformações socioespacial instituída ao espaço agrário de Vilhena que se expandiu a partir da consolidação do agronegócio, constituindo um espaço de contradições e conflitos entre os sujeitos sociais do campo (Agronegócio *versus* Agricultura Camponesa/Familiar).

Neste segmento, um conjunto de objetivos específicos conduz a uma sistematização organizacional do objeto em estudo:

1) Analisar a dinâmica do espaço agrário de Rondônia, as mudanças incorporadas a estrutura fundiária e as contradições no uso do território em Vilhena;

2) Destacar a importância da agricultura familiar/camponesa do município de Vilhena na geração de emprego e renda desse grupo social;

3) Analisar o processo de expansão e homogeneização do agronegócio que se estabeleceu no território de Vilhena e as mutações socioeconômicas e espacial oriundas desse processo;

4) Identificar as diferentes psicosferas consolidadas no espaço agrário de Vilhena a partir transformações socioeconômicas e espacial da região.

A partir desses objetivos, foi possível compreender a dinâmica que se delineou sobre o território de Vilhena. Um espaço rural que congrega realidades distintas construídas ao longo do tempo, mas que se dinamizou com a expansão do agronegócio, criando um território

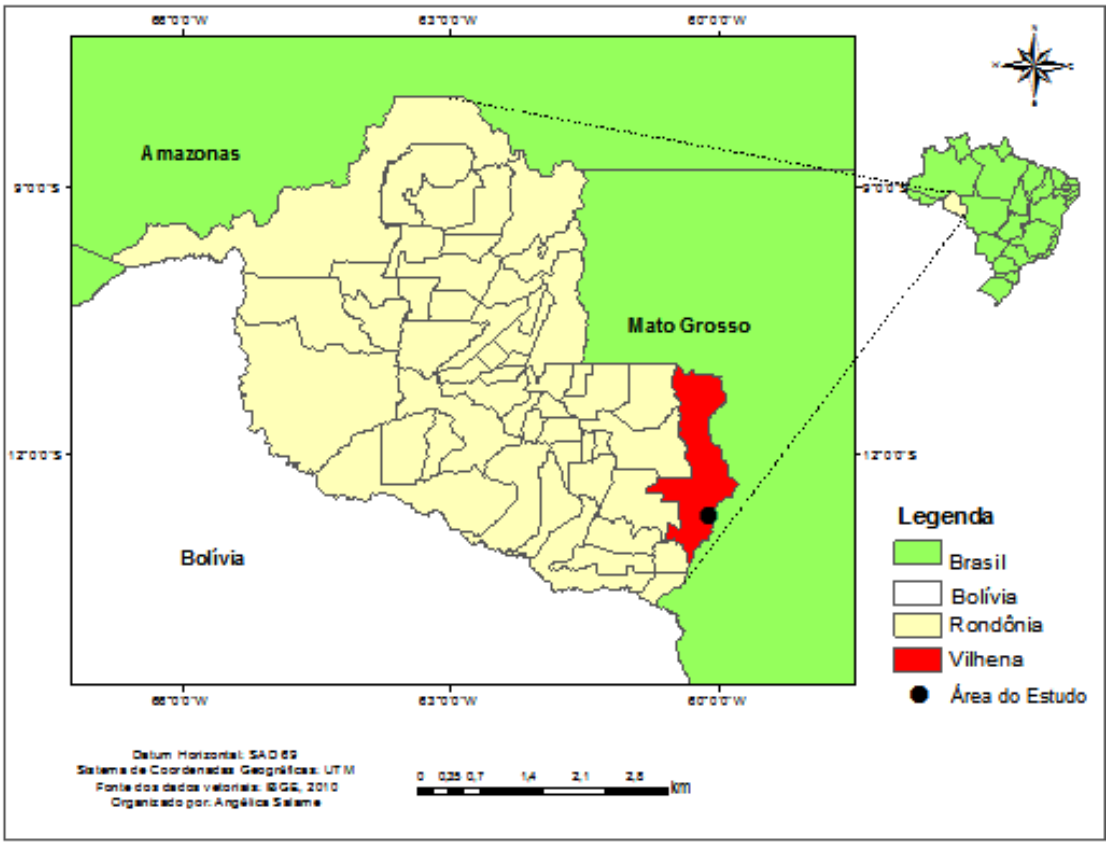
de conflitos sociais, resultando na desterritorialização dos camponeses ou no arrendamento de suas propriedades. A economia familiar tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e seu próprio significado primordial que não desaparece (SHANIN, 2008).

Por mais que o capital estabeleça seus impérios agropecuários, desapropriando e excluído os camponeses dos seus territórios, estes são capazes de se recriarem em outro território, por isso, em dado momento, a economia camponesa é mais eficiente do que economias não-camponesas.

1.4 – Área de estudo

A análise deste estudo parte de uma região do Estado de Rondônia cujas transformações socioterritoriais ocorridas nos últimos vinte anos produziu uma nova configuração socioespacial, um espaço de conflitos e contradições. O centro da pesquisa é o município de Vilhena, localizado no sul do Estado de Rondônia, conforme cartograma 1.

Cartograma 1 – Localização da área de estudo



1.5 – Metodologia da pesquisa

A metodologia se interessa pela validade do caminho escolhido para se chegar ao fim proposto pela pesquisa; portanto, não deve ser confundida com o conteúdo (teoria) nem com os procedimentos (métodos e técnicas). Para Fonseca (2002), *methodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência.

A base teórico-científica desta pesquisa parte da compreensão das transformações geográficas que se corporificaram no espaço agrário de Vilhena. A psicosfera que se instalou nessa localidade, com a solidez do agronegócio fez nascer uma "nova ruralidade" alterando todo sistema socioeconômico pré-existente. Essas mudanças foram incorporadas ao território à medida que os meios técnico-científicos foram introduzidos, em dada temporalidade, originando um espaço geográfico especializado e contraditório.

Nossa investigação parte do processo histórico-analítico dos elementos que compõem a base de estudo da pesquisa curso. Para Moreira (2015), a formação espacial deriva de um duplo conjunto de interações: a) o conjunto das interações homem-meio; b) o conjunto das relações homem-homem. Essas interações ocorrem simultânea e articuladamente. É dessas relações que o espaço geográfico vai se configurando conforme o poder do capital e da sociedade que o constitui.

A psicosfera produzida pela expansão do agronegócio em Vilhena corroborou para a criação de um espaço agrário com elevado grau de contradições e conflitualidade. Essa caracterização é explicada por Harvey (1992) a partir da dinâmica de territorialização do capital constituindo espaços de produção vitais para a globalização, denominada de *apropriação do espaço*.

Identificar os elementos norteadores da pesquisa e suas contribuições na produção da psicosfera é fundamental para compreender o processo de formação socioespacial que se delineou na região. Uma psicosfera constituída com base nas representações socioeconômicas, ancorada, principalmente, no agronegócio.

Com base nos objetivos específicos da pesquisa, os agentes ativos desse processo (produtores), produziu formas-conteúdo no espaço geográfico de Vilhena, especializando e organizando o território, sobretudo, na produção de commodities, integrando o espaço regional ao mercado global.

O ponto de partida deste trabalho é realizar um estudo analítico referente à contradição no espaço agrário de Vilhena em virtude da expansão do agronegócio da soja sobre as propriedades camponesas que estão intercaladas aos latifúndios rurais caracterizando um conflito pela posse da terra na região. Para a consecução deste trabalho será utilizado como método basilar: O Método Dialético – "procede pela refutação das opiniões do senso comum, levando-as à contradição para chegar à verdade, fruto da razão" (SPOSITO, 2004, p.39) com base em Japiassu & Marcondes (1990, p.167). Na dialética, o sujeito/objeto se constrói e se transforma *vis-à-vis* e o objeto vice-versa. O estudo do método deve estar integrado a seus elementos, pois estes são de fundamental importância para sua compreensão. Em termos metodológicos, o presente estudo foi desenvolvido, em relação ao seu objeto, a partir de uma abordagem qualitativa que representa o contato direto do pesquisador com o ambiente/objeto e a situação que está sendo estudada. A abordagem quantitativa também se faz presente na pesquisa, pois a estatística dos dados apresentados e a elaboração de quadros se fazem necessários nesse estudo.

Nesse processo, a revisão bibliográfica e a sistematização de publicações inerentes ao campo epistemológico da abordagem são relevantes para obter dados mais próximo possíveis da realidade empírica analisada.

Outros instrumentos basilares de coleta de dados para a consecução da pesquisa serão atribuídos conforme indicativos relacionados abaixo:

1) Fontes Primárias – composta por elementos ou informações codificadas a partir do trabalho de campo, diálogos com agentes envolvidos no processo de estudo, visita a instituições públicas, privadas e sociais que permitam a acumulação de dados favoráveis ao desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, é necessário destacar a importância das entrevistas executadas, sobretudo, com os agentes produtores do espaço agrário de Vilhena (campesinato e agronegócio).

A) ***Trabalho de campo*** – Visa compreender o processo de (re)organização espacial de Vilhena com base nos atores em estudo: campesinato e agronegócio. Teve como finalidade conhecer as transformações socioeconômica e espacial que se consolidaram no município a partir da solidez do agronegócio. Nesse processo, foram analisadas as espacialidades de cada categoria sócio-produtiva que constitui o espaço agrário de Vilhena. A relevância desse procedimento permitiu compreender a relação de antagonismo existente no território. Nesse sentido, é possível destacar as contradições que se incorporaram na região com base na disputa de terras. Para a realização da pesquisa de campo, desenvolvemos o seguinte

procedimento metodológico: aplicação de questionários junto às instituições ligadas ao setor do agronegócio (EMBRAPA), da agricultura familiar (EMATER), do Sindicato dos Trabalhadores Rural de Vilhena e Chupinguaia e dos camponeses, totalizando onze entrevistados entre produtores e representante de instituições.

B) ***Visita as instituições públicas e privadas*** – Essa etapa tornou-se necessária para a compreensão do processo de produção da pesquisa. O contato com essas instituições permitiu a obtenção e atualização de dados para entendermos as transformações ocorridas sobre a área e o objeto de estudo. Foi um procedimento técnico importante na aquisição de informações pontuais no caminho da pesquisa. A partir dessas informações ocorreu a articulação dos fatos relacionados aos sujeitos estudados.

Quadro 1 – Instituições de visita de campo

Instituições	Função
EMBRAPA	Desenvolve pesquisa no setor de grãos (soja, milho, arroz)
EMATER	Instituição estadual de assistência técnica na agricultura
IDARON	Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE VILHENA	Instituição que integra e organiza os pequenos produtores do município e região (agricultor familiar)
CONAB	Realiza estudo e estatística dos preços, levantamento de custo da produção e expectativa de plantio e colheita

Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

C) ***Elaboração de cartogramas e quadros*** – Com a sistematização das informações colhidas no trabalho de campo e na pesquisa documental foi possível elaborar cartogramas e quadros quantitativos que expressam a realidade empírica das categorias de análises: sociedade, território, espaço, agronegócio, campesinato e agricultura familiar. Informações com base nos dados da CONAB, IBGE, CPT (Comissão Pastoral da Terra) dentre outras serviram de apoio para a realização dos cartogramas e quadros que expressam estatísticas representativas da região e do país.

2. Fontes Secundárias

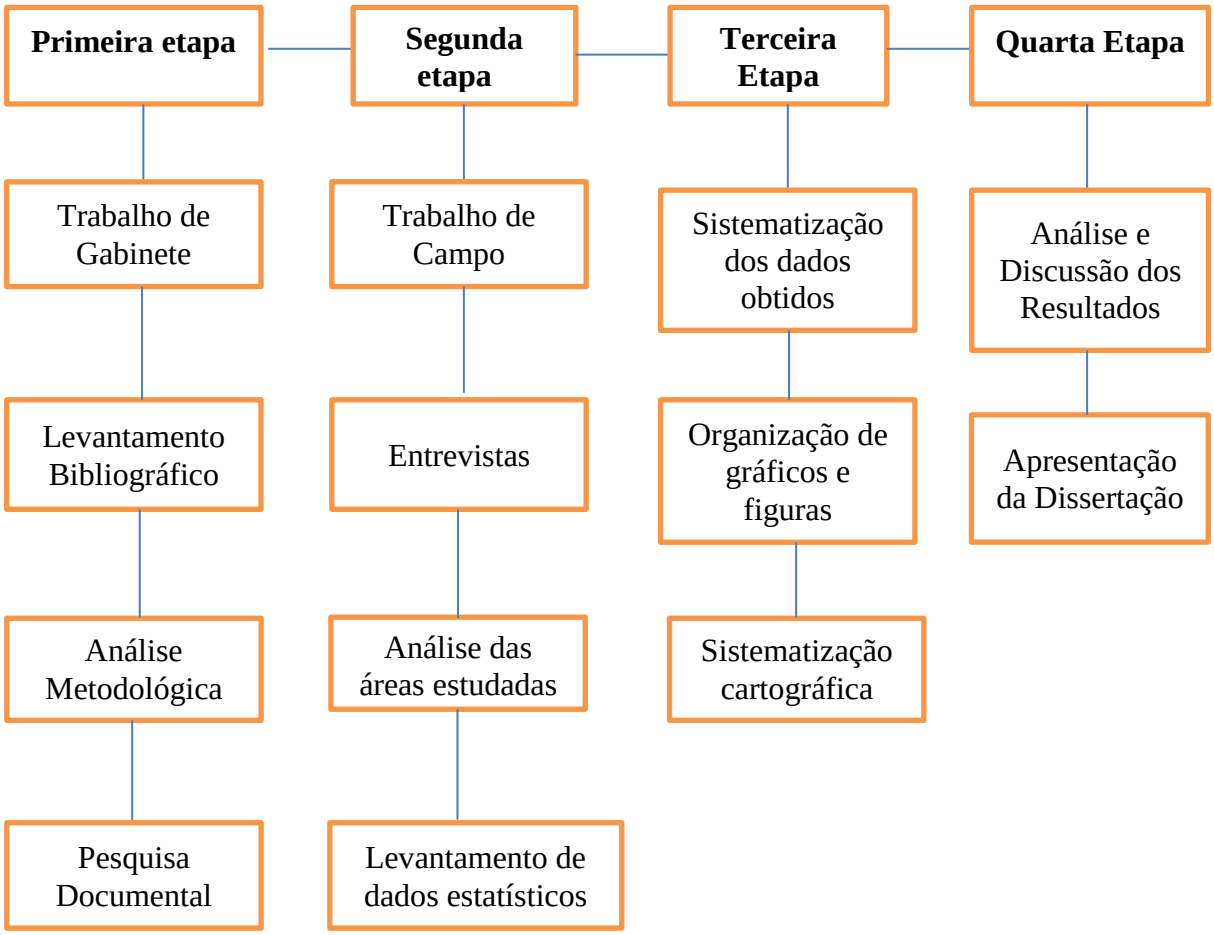
C) ***Fontes documentais e estatísticas*** – essa fase da pesquisa nos remete ao acesso de informações relacionadas ao objeto em estudo. A aquisição de dados bibliográficos, através de documentos, relatórios designados por instituições integrantes desse processo nos proporciona um agrupamento fatos que serão desvendados à medida que as análises e

interpretações vão dando forma ao conteúdo em estudo. A primeira se constitui na sistematização e problematização do conhecimento epistemológico que já se processou sobre a temática em discussão, bem como o acesso ao referencial teórico-científico utilizado nessa dinâmica. Para tanto, leituras de livros, periódicos, dissertações, dentre outros são usados na construção da pesquisa. A segunda se origina com o trabalho de campo e pelo acesso às estatísticas de instituições que serão representadas em forma de cartogramas e quadros. São representações fundamentais para associarmos o processo qualitativo ao quantitativo da pesquisa. Nesse sentido, instituições como IBGE, IDARON, EMATER, EMBRAPA, SEAGRO, INCRA, CONAB, dentre outras são grandes colaboradores desse modelo de representação quantificada da pesquisa.

3. Sistematização da Pesquisa

A estrutura sistematizada da pesquisa foi realizada e executada de acordo com as seguintes etapas:

Figura 1: Organograma metodológico da pesquisa



Elaboração: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

A sistematização da pesquisa consiste no processo de elaboração e execução dos diversos procedimentos da pesquisa relacionados ao objeto estudado. As fontes primárias e secundárias são elementos essenciais para a concretude e realização da pesquisa tais como: pesquisa de campo, pesquisa bibliográfica, análise do objeto estudado (*in locu*), entrevistas e diálogos com agentes envolvidos no processo de estudo da pesquisa. Essa etapa é fundamental para a organização das informações processuais que permite a estruturação sistêmica do trabalho realizado.

Capitulo I: A Dinâmica do Espaço Agrário de Rondônia

1.1 Rondônia – uma fronteira em expansão

Quando questionamos sobre o futuro da Amazônia brasileira, vêm à tona inúmeras respostas. Dentre essas o "fim da floresta", a extinção da fauna, a crise hídrica e outras. O ecossistema amazônico é composto por elementos físico-químico-biológicos muito frágeis e, a fragilização dessa *teia ecológica* levará a um colapso ambiental sem precedentes, a maior biodiversidade do mundo, algo que já é mensurado aos olhos dos ambientalistas (FEARNSIDE, et al., 2012).

O que mais intriga a complexidade e a diversidade presente na Amazônia brasileira, além da questão ambiental, são as *"perturbações socioeconômicas"* que fizeram eclodir um *"território de conflitos"*. Não por acaso, Martins (2014) explica o sentido do espaço amazônico ao defini-lo como a *última fronteira*, a fronteira é para ele *o lugar do conflito*, o lugar do confronto, da disputa por território. É nessa perspectiva que a Amazônia apresenta uma especialidade singular, o que a distingui de outras regiões do país, pois ela se reveste de uma economia calcada no passado e no presente, em um mesmo espaço-tempo.

Debatendo o conceito de fronteira amazônica no final do século XX, Berta Becker (1990), explica que essa categoria se desenvolve em torno do significado da participação dos pequenos produtores (camponeses) e grandes empreendimentos capitalistas. Portanto, é um espaço de disputa. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível consolidar novas estruturas. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle. Configura-se, assim, na fronteira, um monopólio da terra (BECKER, 1990). As transformações que ocorrem na fronteira são mais aceleradas do que na totalidade do território, isso decorre, entre outras, pela rapidez das inovações nela impregnadas. Assim, o território incorpora várias esferas oriundas dos projetos estratégicos planejados para a região. Em Vilhena, o avanço das relações capitalistas de produção, oriundo do elevado cultivo de grãos, expande-se sobre territórios do campesinato.

O pretérito econômico regional é vivido pelo tradicionalismo dos povos da floresta e suas práticas econômicas sustentáveis. Concomitantemente a um paradigma econômico moderno tipificado pelo uso das tecnologias que se tornaram agressivas aos moldes da produção capitalista, subjugando e transformando o modelo de produção tradicional.

Encontramos, ao mesmo tempo, sistemas de produção moderno e tradicional. Os padrões econômicos regionais se caracterizam pela diversidade aqui representada pelo modelo técnico-científico implantado pelos latifúndios produtores de grãos e carne que se estabeleceram no espaço amazônico na segunda metade do século XX. Entretanto, grupos sociais tradicionais (índios, ribeirinhos e camponeses) mantêm seu modo de vida baseado no extrativismo da borracha, da castanha, do açaí, na agricultura de subsistência e outros (MARTINS, 2009. P.71).

Ao analisar o fenômeno da fronteira amazônica sob a ótica da expansão da "civilização", o indigenista Darcy Ribeiro (1970) denominou esse movimento migratório de "*frentes de expansão agrícola*" que se caracterizou pela expansão de colonos descapitalizados, sobre o território ocupado por indígenas na Amazônia, constituindo uma espécie de territorialização do espaço. Diferentemente da *frente pioneira* que, para Martins (2014), é mais do que um deslocamento da população sobre territórios novos, é o avanço do capital e a transformação da terra em mercadoria (SILVA, 2015).

Essa complexa trama da frente de expansão e frente pioneira que se cristalizou na Amazônia se insere a partir das políticas de incentivo público-privado baseado nos Projetos de Integração e Colonização (PIC) regional e no Projeto de Integração Nacional (PIN) dirigidos e articulados pelos governos ditadores. A gerência Militar lançou o Programa de Integração Nacional – PIN, através do Decreto Lei 1.106 de 16/06/70, em que formalizava a proposta de assentar camponeses em lotes de até 100 hectares numa faixa de terra de 10 km de cada lado da rodovia em construção, a Transamazônica e a Cuiabá-Santarém. Mas foi com o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), criado em setembro de 1974, que acelerou o desenvolvimento regional (MARTINS, 2012, p.152). Esses projetos agropecuários e agrominerais financiados e incentivados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) acarretaram em danos aos cofres públicos, além de não respeitar as ocupações e territórios indígenas localizados em áreas de extração mineral como ocorreu com a extração do diamante e do urânio em Roraima (OLIVEIRA, 1995).

Outra contribuição relevante e inerente ao processo de colonização da Amazônia foi a chegada das rodovias que transformaram profundamente a organização regional da região, até então definida em volta dos rios. Para Therry (2005, p.39), "passou-se de um espaço reticular a outro, da Amazônia estruturada em função das vias navegáveis, drenando os fluxos para o leste, a uma região dominada pelas estradas que levam ao Sul-Sudeste". Porém, o traçado das rodovias delineado para a Amazônia atravessou áreas de reservas indígenas que, por sua vez, reivindicaram o direito de reintegração de territórios. Apesar da devolução das terras os

traçados rodoviários permaneceram sobre o território, que resultou na fragmentação do espaço e na separação de aldeias indígenas.

A cada década, novos signos se projetam na fronteira amazônica construindo um novo arranjo socioespacial. Passo a passo, vimos as transformações decorrentes dos interesses econômicos numa escala espaço-tempo suficiente para tornar a região uma área estratégica. O exemplo dessa espacialidade pode ser expresso com a consolidação do formato econômico regional dado pelo "boom mundial da borracha amazônica", no final do século XIX e início do século XX. Essa atividade econômica, denominada por muitos como "*Ciclo da Borracha*", possibilitou a projeção da Amazônia em escala global, à medida que grande volume dessa matéria-prima foi exportada principalmente para os Estados Unidos e Europa.

Essa atividade econômica exigia uma farta mão de obra, preenchida, principalmente, por migrantes nordestinos que atendem as propostas de empresários e dos governos que incentivavam o fluxo populacional para a região. Estima-se que cerca de duzentos a trezentos mil migrantes se deslocaram para a Amazônia para trabalhar nos seringais da região, os "*soldados da borracha*", que mesmo diante das dificuldades encontradas na diversidade natural da região se transformaram nos verdadeiros protagonistas da acumulação de riqueza, razão pela qual a Amazônia tornou-se uma das regiões mais rentáveis durante o período próspero da extração e exportação da borracha (THÉRY, 2012). Nessa fase da economia, a região assumiu plenamente sua condição de produtora e exportadora de produtos extrativos, vindo, posteriormente, acarretar declínio significativo e o "abandono" de seringais, gerando uma crise econômica e queda na renda das famílias que sobreviviam dessa atividade.

Já no século XX, a crise na produção e exportação da borracha fez brotar novas políticas de incentivos governamentais para que a Amazônia continuasse sendo uma região estratégica e cobiçada por grupos nacionais e estrangeiros. A partir de 1960, quando se implanta o "ciclo das estradas" uma nova configuração socioespacial se projeta na geografia regional e os interesses de grupos capitalistas se propagam objetivando a exploração dos recursos naturais disponíveis, propiciando o controle, a expansão e acumulação de capital, já que o Estado facilitava a mercantilização desses recursos, inclusive das terras que passaram a ter valores acrescidos conforme as benfeitorias se desenhavam sobre o território.

Ao estudar as condições estruturais da Amazônia através da implantação dos projetos destinados para a região, Loureiro (2009, p. 42) explica que até 1960 apenas 2% das terras amazônicas estavam registradas como privadas, enquanto que os 98% eram terras públicas ocupadas por grupos sociais locais como índios, caboclos, migrantes antigos e recentes,

quilombolas e outros, vivendo em áreas ribeirinhas, povoados, vilas, aldeias e pequenos aglomerados de casas de forma harmoniosa, sem grandes conflitos por terras.

Por serem públicas, o Estado passou a vender as terras para empresários a preços vantajosos e, em contrapartida, negando o direito de permanência dos povos que habitavam a região, resultando na expropriação de grupos sociais, tornando a área uma "arena" de conflitos pelo usufruto da terra. Com isso, a Amazônia passa a ser uma região de negócio, onde a terra passou a ser a principal mercadoria de acumulação de capital nesse jogo de interesse econômico (MARTINS, 2014). A intensa modernização da agricultura para exportação passou a exercer fortes modificações nas relações sociais no campo, dilatando a estrutura fundiária concentracionista (AMARAL, 2004).

A entrada do capital transcende a originalidade regional, transformando áreas antes naturais em áreas produtora e reprodutora de capital. Essa prática resultou num intenso processo de degradação ambiental, implicado na exploração madeireira, na expansão da agropecuária e extração mineral.

A partir dessa nova lógica territorial delineada pelos novos arranjos econômicos, via projetos pensados para a Amazônia, atribui-se um novo significado de fronteira relacionado à Amazônia, essa região se transformou numa *fronteira de commodities* que passa a integrar sua economia em âmbito multiescalar. É certo que o avanço do capitalismo sobre as áreas de fronteiras por toda Amazônia tende a se estender com mais intensidade e os conflitos pela disputa de território irão acompanhar essa corrida pela terra. Se os governos não criarem iniciativas para a elaboração de políticas públicas destinadas à agricultura camponesa as conflitualidades agrárias oriundas do capitalismo agrário tendem a aumentar. A ascensão do capital sobre o território do campesinato indica que as perspectivas pensadas para o camponês é um processo de empobrecimento, expropriação, desruralização e de desaculturação (HÉBETTE, 2004b).

Em Rondônia, as mutações socioespaciais acompanharam o mesmo traçado de outros territórios Amazônicos. A implantação do Projeto de Integração e Colonização (PIC) e do Projeto de Assentamento Dirigido (PAD) favoreceram ao processo de fragmentação espacial atendendo, em parte, a expectativa dos migrantes que foram assentados nas terras distribuídas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Para Amaral (2004), a colonização é a incorporação do espaço ocupado por uma sociedade, por outra sociedade diferente.

A migração inter-regional acompanhou a expansão e a mutação de setores econômicos que predominavam sobre o território rondoniense, como o extrativismo, que foi perdendo

espaço com o avanço da agropecuária, se consolidando como principal setor da economia regional a partir da década de 1980.

A ênfase dessa metamorfose socioespacial se alicerça na gênese do projeto de colonização que mobilizou um fluxo migratório sem precedentes para o estado. Ao mesmo tempo em que consolidava os colonos em seu território, o "vazio demográfico" vai se rompendo e, junto com essa propagação social os impactos ambientais se aceleram e novos sistemas de objetos vão se instalando sobre o território em uso.

Os projetos de colonização federal planejados para Rondônia continham aspectos divergentes quanto à distribuição fundiária. De um lado as colônias agrícolas públicas como *Iata* (1956), *Candeias e Areia Branca* (1948) criadas para atender aos trabalhadores pobres; do outro, as colônias agrícolas privadas como a de *Calama SA* (1968), localizada em Vila de Rondônia e, a *Itaporanga SA* que diferentemente da primeira não possuía o título das terras, pois se tratava da venda de terras devolutas, propriedade da União (THÉRY, 2012), localizada em Pimenta Bueno. Quanto aos projetos de colonização de integração pública federal, apenas três foram constituídos: *Ouro Preto, Sidney Girão e Gy-Paraná*. Além dos Projetos de Integração e Colonização (PICs), foram organizados os Projetos de Assentamentos Dirigidos (PADs), colonização privadas. Os PAD's, se diferenciavam dos PIC's por possuírem menos recursos dirigidos à sua infraestrutura, cabendo ao INCRA, muitas vezes, apenas a tarefa de demarcação e titulação das parcelas ocupadas. No quadro 2, podemos observar as características dos projetos de colonização públicos e privados destinados a Rondônia.

Quadro 2: Projeto de colonização oficial em Rondônia - 1982

PROJETO (PICs)	CRIAÇÃO	MUNICÍPIO	ÁREA EM HA	Nº DE LOTES
OURO PRETO	1970	OURO PRETO	512.585	4.222
S. GIRÃO	1971	G. MIRIM	60.000	635
GY-PARANÁ	1972	CACOAL	486.137	4.755
P.A. RIBEIRO	1973	COLORADO	293.580	3.533
ADOLPH ROLH	1975	JARU	407.219	3.406
PADs BARUEIRO	1974	Ariquemes	304.925	1.540
MAL. DUTRA	1978	Ariquemes	490.178	4.675

Fonte: INCRA/CCER – 1982.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida

As características dos PICs demonstram a fragmentação socioespacial do território de Rondônia que reproduziu uma nova relação social e de produção do espaço. Somente no PIC Ouro Preto foram destinados 4.222 lotes para os colonos, distribuídos numa área de 512.585 hectares. Uma nova configuração socioespacial se consolida no centro do estado (formação de pequenas propriedades rurais camponesas). Nos PIC's, a organização do território

predominou, exclusivamente o da pequena propriedade, compreendendo módulos dos lotes de até 100 hectares destinados às atividades agrícolas e, lotes de até duzentos hectares destinados à pecuária (THÉRY, 2012; AMARAL, 2004).

O Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) foi um grande referencial para a tônica dos PIC's e tinha como principal finalidade o atendimento à região do entorno da rodovia Cuiabá-Porto Velho (BR-364). Tal programa, visava criar condições para a efetiva colonização da região, através da pavimentação da rodovia, como também pelo apoio aos projetos de colonização iniciados na década de 1970 (OLIVEIRA, 1995, p.99). A pavimentação da rodovia BR 364 criaria a possibilidade de escoar a soja através do complexo viário BR-364-Madeira-Amazonas-Amsterdã.

A organização e a fragmentação do espaço agrário de Rondônia dinamiza-se sobre a égide da agropecuária, que a partir da década de 1980 corroborou para a projeção do Estado no cenário nacional e, posteriormente, na esfera global via exportação de carne e grãos (*commodities*). A agropecuária intensificou-se, mas privilegiou áreas, produtos e segmentos sociais. Isto acarretou profundos impactos sociais, territoriais e ambientais, que culminaram na elevação da concentração da propriedade da terra que se instala fortemente no Cone-Sul do Estado (Vilhena, Corumbiara, Chupinguaia, Colorado do Oeste e Cerejeiras) que propagou a cultura da soja na região com o avanço hegemônico do capital monopolizando o território da produção.

A hegemonia dos grupos capitalistas produtores de grãos ampliou suas atividades nos Estados da Amazônia Legal, principalmente no Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins, que viram suas áreas agricultáveis se transformarem em grandes áreas monocultoras. Essa cristalização foi acompanhada pelos avanços técnico-científico-informacional que modernizou o sistema de produção visando à demanda multiescalar, sendo a região conhecida por MATOPIBA uma das referências mais recentes dessas transformações espaciais.

1.2 A formação histórica da estrutura agrária de Rondônia

A formação de territórios é sempre um processo de fragmentação do espaço em sua totalidade. Portanto, "O espaço é o ponto de partida para uma reflexão sobre o Território. O espaço é a materialização da existência humana" (LEFEBVRE, 1991, p. 102).

Os objetos sociais exprimem o poder de transformação da sociedade impregnado sobre os territórios ocupados. Esses se cristalizam em diferentes temporalidades materializando o

espaço habitado conforme o grau de desenvolvimento tecnocientífico-informacional. A imbricação desses segmentos produz um novo arranjo espacial, ou seja, um território dinâmico e moderno.

Pensado no modelo de integração regional para a Amazônia e sua projeção no cenário multiescalar os governos militares criaram estratégias de ocupação do território rondoniense incentivando a migração inter-regional motivada pela implantação de políticas de distribuição de terras desencadeadas pelo INCRA a partir da década de 1970. Essa estratégia contribuiu para conter, em parte, os conflitos sociais no campo que estavam se desenhando nas regiões centro-sul do país em virtude da mecanização da agricultura e do domínio e expansão do capital nas áreas produtivas. O governo chegou a investir em propagandas oficiais, a fim de mobilizar o excedente populacional dessas regiões para o Norte do país. Um dos slogans criados à época, a fim de atrair os colonos para o novo centro de colonização do país era: *"Rondônia,* o *Eldorado brasileiro*", massificado em comercial que acabou influenciando milhares de agricultores a buscarem o tão sonhado Eldorado protagonizado pela mídia.

Neste sentido, a região central de Rondônia pode ser considerada precursora dos projetos de colonização, particularmente ao longo do eixo da BR-364 abrangendo os atuais municípios de Jarú, Ouro Preto d'Oeste, Ji-Paraná e Cacoal. Esses protótipos de assentamentos foram implantados pelo INCRA, órgão responsável não apenas pela distribuição de terras, mas também, pela organização territorial, implantação de infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas vicinais, armazém para produção e o controle do projeto em sua totalidade (AMARAL, 2001, p.84).

No sistema de distribuição de terras, o recorte espacial do terreno não se deu de forma homogênea. Um exemplo dessa distinção é o PAD Burareiro, criado em 1974 no município de Ariquemes, continha 1.540 lotes, foi destinado para médios e grandes empresários rurais, com propriedades que variavam de 250, 500, e 1.000 ha, cujo objetivo central desse projeto era atrair investimentos de capital privado. Segundo Amaral (2004), no PAD, o colono deveria ser mais especializado que um trabalhador rural, ou seja, devia ter um mínimo de conhecimento agrícola, alguns recursos e obtenção de crédito bancário. Enquanto que nos demais projetos (PICs) os lotes eram de até 100 ha. Nessas propriedades, praticava-se a agricultura familiar. Os programas de colonização oficiais e outros grandes projetos foram a base para a formação de um campesinato regional que mesmo perdendo território, resiste a influência do capital e dos avanços tecnológicos, sobretudo, no setor agrícola.

Além do problema da procrastinação da terra para atender a demanda dos colonos que chegavam ao Estado, Rondônia foi alvo de grilagem de terras e, principalmente, da invasão e

apropriação de territórios indígenas e de seringueiros. Esses grupos foram simplesmente ignorados pela ação pragmática do governo federal sobre o território ocupado. Entretanto, os projetos implantados não levaram em consideração a existência e permanência dos grupos sociais que faziam parte do contexto socioespacial rondoniense. Portanto, o resultado dessa nova política de ocupação foi a desestruturação do tecido social regional, reorganizado pelo processo de colonização.

Utilizando-se do poder, o Estado, a partir dessa lógica, possibilitou o avanço e expansão da relação capitalista de produção sobre o tradicional modelo econômico vigente na região: a cultura extrativista e a produção camponesa, que apesar de estar inserida na economia de mercado, tem na subsistência, sua prioridade.

A partir da década de 1980, Rondônia se dinamiza economicamente à medida que o setor agropecuário se consolida através das políticas de incentivos fiscais oferecidos pelo Estado, que atrai investidores não somente pelas políticas públicas, mas pelo baixo valor comercial da terra.

Nos últimos anos, a agropecuária se expandiu por todo espaço o que possibilitou a formação de monoculturas empresariais e a expansão da pecuária extensiva, com baixa rentabilidade. Essa propagação resultou numa estrutura fundiária concentradora[4] e, ao mesmo tempo, foi diluindo o modelo de produção agrícola de base camponesa/familiar à medida que empresários e latifundiários foram incorporando novas áreas e impondo seus impérios agropecuários. Entre as décadas de 1960 e 1980, o Brasil assistiu à formação dos maiores latifúndios da história do país.

Nesse contexto, a dinâmica agrária incorporada em Rondônia nos dá a dimensão repentina das mudanças socioespaciais numa escala temporal ínfima. O espelho agrário que se constitui a partir da década de 1980, cria uma estrutura fundiária ímpar na região, sustentada na formação de latifúndios agropecuários. O resultado dessas mobilidades se vê no agravamento dos conflitos sociais nos campos rondoniense, a luta pela posse da terra, que se propagou linearmente pelo território, produzindo uma massa de trabalhadores rurais sem-terra, resultando num campo de contradições socioeconômicas.

O processo de modernização, sobretudo no espaço agrário de Rondônia, deflagrou intensas contradições socioespacial, principalmente, nos municípios do sul que se

[4] As raízes da concentração fundiária brasileira são reflexos do processo histórico da formação da propriedade rural, que retrata um quadro discrepante na distribuição de terras pelo país. O perfil fundiário nacional, fruto da concepção histórica da colonização portuguesa, permitiu ao Estado o controle absoluto das terras até o momento de sua comercialização, gerando, com isso, um descompasso entre os que possuem e os que não possuem esse atributo.

transformaram em centros produtores de *commodities*. Esse dinamismo delineou um novo arranjo socioespacial que através dos sistemas de ações e de objetos fomentaram a produção econômica regional para o mercado externo, como explica Pereira e Kahill (2012), à medida que o território, por meio de um conjunto de infraestrutura com objetivo de integrá-lo ao mundo, novos anseios foram se instalando com base no modelo organizacional do espaço dando origem a novas territorialidades especializadas por investimentos público-privados.

Essa gama de sistemas de objetos e de ações promoveram intensas mudanças socioeconômicas em Rondônia. O principal signo desses segmentos estruturais está representado na pavimentação da BR-364 que fomentou um incremento populacional e, consequentemente, um salto na urbanização do estado. A importância estratégica dessa rodovia contribuiu para o fortalecimento econômico regional, à medida que se tornou via de escoamento de grãos oriundos do Mato Grosso, que passou a utilizar o sistema intermodal rondoniense através da conexão BR-364 - Porto Graneleiro (Porto Velho), abrindo novas oportunidades de investimentos através das *tradings*, a partir da década de 1990. A hidrovia do Madeira, por exemplo, foi custeada pelos governos de Rondônia, do Amazonas, do Governo Federal e o Grupo André Maggi, principal interessado pelo corredor de exportação de grãos.

Um novo arranjo territorial se instala no espaço agrário de Rondônia criando um espaço de contradições, que segundo Silva (2000), coloca a fronteira amazônica como uma arena de expansão do capitalismo, confirmando uma indissociável e interdependente relação entre cidade e campo, o que amplia a perspectiva de alterações socioespacial através de vetores produtivos que buscam novas *fronts* de acumulação de capital.

Nas últimas três décadas, a propagação dos vetores econômicos principalmente com o avanço das *commodities*, liderado pela agropecuária, desencadeou um novo paradigma no padrão do uso do solo em Rondônia.

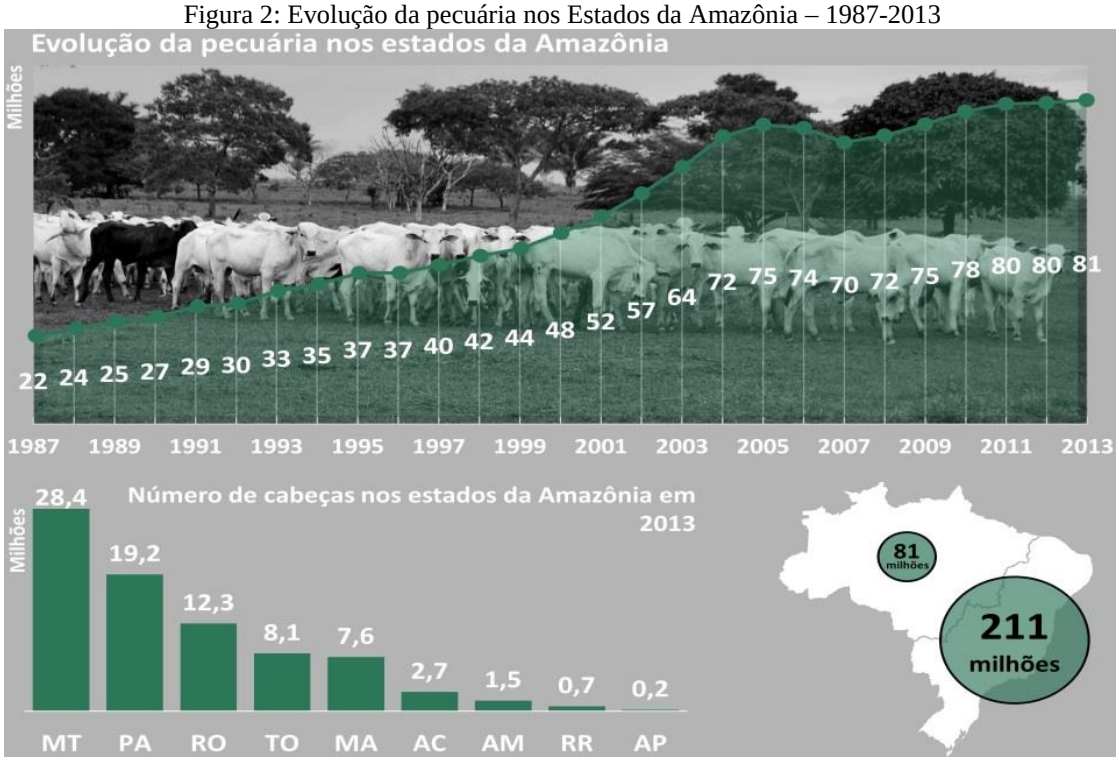
A pecuária passou a ser atividade dominante em todas as regiões da Amazônia, praticada entre todas as classes sociais de produtores rurais. O aumento intensivo da pecuária regional trouxe drásticas consequências socioambientais, como concentração de terras, conflitos agrários e elevação da urbanização.

Com base nos dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006), entre o período de 1995-2006, Rondônia apresentou um crescimento de 73,3% de área destinada às pastagens, enquanto que o setor agrícola cresceu apenas 18,7%. Em termos numéricos, o rebanho bovino do estado que em 1995 era de 4.440.967, atingiu a casa de 13 milhões de cabeças, em 2015.

A partir da década de 1980 a pecuária se tornou uma economia lucrativa por toda região favorecendo a expansão de novas áreas de criação extensiva e se disseminou por meio da fronteira agrícola que encontrou nessa atividade o meio mais barato de ocupação da terra a ser desbravada o que contribuiu para a formação de grandes propriedades, uma vez que a expansão da pecuária exige uma demanda espacial cada vez maior para sua aplicabilidade.

A evolução da pecuária bovina na Amazônia pode ser observada na figura 2. Nela é possível observar a sequência de crescimento do rebanho na região, com destaque para o estado do Mato Grosso, Pará e Rondônia, os três maiores rebanhos da região que, em 2013, totalizaram uma cifra de 56,3 milhões de cabeças. Nesse mesmo período, o Brasil somou 211 milhões de cabeças de gado, sendo que 81 milhões desse rebanho estavam na Amazônia.

Figura 2: Evolução da pecuária nos Estados da Amazônia – 1987-2013



Disponível em: <http://csr.ufmg.br/pecuaria/wpcontent/uploads/2015/02/contexto_42.jpg?2db211>. Acesso em abril. 2016.

Em resumo, a trajetória da estrutura agrária de Rondônia atravessa longos caminhos, o encontro num mesmo espaço de pequenas, médias e grandes propriedades, onde a produção torna-se desigual e combinada. Essa dinâmica territorial pode ser destacada em números de estabelecimentos agropecuários: em 1970 tinham-se 7.082 unidades, passando a 48.371 unidades havia em 1980, alcançando 76.956 estabelecimentos agropecuários em 1995, o que significa para o período analisado, respectivamente, crescimento de 583% e 59% das unidades produtivas (RIBEIRO et al., 2015). No período de 25 anos (1970/1995), amplia-se para 987% o total das unidades agropecuárias, o que definitivamente instaurou no rural a expansão

agropecuária e madeireira (SILVA, 2012). De base econômica extrativista, Rondônia se transforma num "espaço moderno", multiescalar, fragmentado e cheio de contradições, de conflitualidades ligadas ao uso e acesso a terra. É um verdadeiro "*campo de batalha*" entre o modelo de produção capitalista e o espaço da produção camponesa que está presente em todo o Estado e de maneira mais simbólica na região do Cone-Sul de Rondônia, principalmente no município de Vilhena, referência dessa mutação socioespacial.

1.3 A caracterização do espaço agropecuário de Rondônia – fragmentação do território e dinâmica econômica

O Censo Agropecuário[5] divulgado pelo IBGE em 2006 trouxe diversos temas para reflexão: o papel da agricultura familiar, a estrutura produtiva no campo, as tecnologias utilizadas, a ocupação da mão de obra, a forma de uso do espaço agrário, a estrutura agrária e o acesso às políticas públicas.

De todas essas categorias que se espraiaram pelo território nacional, tornando-se verdadeiros ícones das adversidades do campo brasileiro que já nasceu desigual e concentrador, o acesso à terra tem sido o objeto de discussão constante desde que o resultado do Censo Agropecuário[6] demonstrou a crescente concentração de terras no país. Essa incompatível estrutura fundiária motivou e proliferou por todo país movimentos sociais em prol da luta pela terra e de políticas públicas para os camponeses/agricultores familiares que permanecem em suas atividades desassistidos pelos poderes públicos. Daí a compreensão de que "o campo não deve ser pensado e considerado apenas como uma mera área de produção de mercadorias, mas sim, como um espaço ocupado por diversos grupos sociais que se divergem quanto ao interesse, ao uso, e posse das terras, ou seja, a sua territorialização" (SAUER, 2010, p.31).

Os efeitos perversos desse paradigma, além de produzir uma gigantesca concentração da propriedade, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, cresceu a

---

[5] O Censo Agropecuário fornece informações relacionadas à realidade do campo, permitindo o acompanhamento da dinâmica das relações de trabalho e das transformações estruturais do meio rural. O IBGE (2009) classifica como estabelecimento agropecuário "toda unidade de produção dedicada, total ou parcialmente, as atividades agropecuárias, florestais e aquícola, subordinada a uma única administração: a do produtor ou administrador".

[6] Segundo o IBGE, em 2006, os cerca de 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários do país ocupavam 36,75% do território nacional e tinha a atividade mais comum a criação de bovinos. Nos censos de 1985, 1995 e 2006, os estabelecimentos com mais de 1 mil hectares ocupavam 43% da área total de estabelecimento da área total no país, enquanto aqueles com menos de 10 hectares ocupava apenas 2,7% da área total.

taxa de exploração da força de trabalho no campo, agravou a qualidade de vida da população do campo e as condições ambientais no país (LEITE & ÁVILA, 2007).

O Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) sobre o Censo Agropecuário de 2006, caracteriza a estrutura fundiária da Amazônia Legal como uma estrutura de:

> Elevada concentração dos ativos fundiários, resultado de um longo processo histórico que privilegiou a concessão de grandes extensões de terras públicas para implantação de empreendimentos agropecuários e especulação imobiliária. Os mecanismos legais e ilegais de concessão das terras públicas favoreceram a emergência dos conflitos agrários, colocando, somente no estado de Mato Grosso, no final dos anos 1970, 45% população rural em situação de conflitos. **O avanço da ocupação mediante a implantação dos projetos de colonização e a consolidação das áreas de agricultura e pecuária não contribuíram para redução desta desigualdade; em alguns casos, a acentuaram** (IPEA, 2013, p.22). (grifo nosso).

A trajetória tomada em Rondônia se assemelha com os acontecimentos das demais regiões do país. Apesar da estrutura da colonização da década de 1970, em que predominou uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade rural. Esse modelo se rompe com a formação dos latifúndios, que passa a incorporar novos territórios para fins especulativos. A ausência de infraestrutura e de políticas públicas voltadas para a classe social camponesa foi determinante para elevar o êxodo rural. Segundo Théry (2012), nos arquivos do PIC Ouro Preto, o mais antigo e importante desse programa, consta que em julho de 1974, 474 colonos tinham deixado sua parcela, número considerado baixo para tamanha projeção que foi o PIC Ouro Preto. No dossiê de partida, os colonos tinham que justificar os motivos de sua saída. As respostas eram diversas:

- Motivos de saúde (27,9%);
- Dificuldade de adaptação à região do colono ou dos seus familiares, dificuldade de adaptação ao trabalho agrícola (18,6%);
- Abandono do colono pela mulher ou família, morte do colono, outros motivos familiares (10,3%);
- Não atende às obrigações de contratos (4,9%);
- Declara não querer mais ficar (sem precisão) (30,3%).

Diante dessa fragilidade, é que se vê o fortalecimento do capital que se projeta de forma agressiva incorporando e expandindo seu poder sobre o espaço agrário regional impondo seus modelos produtivos e fragmentando o espaço da produção em diversas áreas do estado. A entrada do capital associado às políticas públicas do Estado dinamizou o setor primário de Rondônia que a partir da primeira década do século XXI se destaca no cenário nacional como produtor de *commodities.*

Nessa perspectiva, Maria Isabel Sobral Escada (2003) explica que os principais processos de alteração do uso e cobertura da terra estão ligados aos produtores rurais que ocupam as terras da Amazônia e desenvolvem diferentes estratégias de uso da terra. Esses atores são constituídos por diferentes grupos dentre os quais se destacam as empresas agropecuárias, grandes, médios e pequenos fazendeiros que se especializaram na produção de carne e grãos. "O grande e o médio fazendeiro individual, em geral, são pecuaristas, sendo a terra, considerada como reserva de valor, mas também fator básico de produção, produzindo o gado para abastecer o mercado de carne" (ESCADA, 2003, p. 46).

Estudos relacionados às áreas de fronteira agropecuária, sobretudo nas áreas de colonização do INCRA, diagnosticaram uma mudança significativa na estrutura fundiária de Rondônia, através de dados de diferentes processos de transferência de posse da terra, implicando em alteração fundiária, cuja consequência foi atribuída à formação de latifúndios, produzindo um novo arranjo socioeconômico e espacial, gerador de desigualdades e conflitos no campo.

Sobre o processo de apropriação de lotes de terras pelos grandes proprietários que ocorreu de forma irregular, sem titulação definitiva, Escada (2003) justifica que,

> A lei nº 8.629 de 1993, que complementa a Constituição de 1988, aos beneficiários de projetos de assentamento só é permitida a venda de terras depois de dez anos de ocupação continuada, não havendo documentação sobre essas transações, o que implica em registros desatualizados e falta de monitoramento e de fiscalização dos assentamentos por parte dos órgãos responsáveis. Esta prática é conhecida na literatura sobre a fronteira agrícola na Amazônia, como "turnover", que é o movimento de colonos que vendem seus lotes após poucos anos de uso, para adquirir outros lotes em assentamentos, abrindo novas fronteiras (ESCADA, 2003, p.51-52).

Esse processo histórico demonstra a realidade pela qual a estrutura fundiária de Rondônia e demais estados da Região Norte passaram por mutações na composição das propriedades no que tange à extensão territorial. Os estudos comprovam que parte considerável dos latifúndios surgiu da ilegalidade na compra ou pelo sistema de grilagem, algo comum na Amazônia brasileira.

O monopólio da terra produz efeitos dinâmicos no espaço agrário nacional. A expulsão de trabalhadores do campo, que favorece ao crescimento do processo de favelização nas grandes e médias cidades; a impossibilidade de reprodução ampliada das famílias camponesas e, a insegurança alimentar, já que as grandes propriedades têm como finalidade a monocultura exportadora ou para fins industriais.

O Brasil tem a segunda maior concentração de terras do mundo e se coloca entre os dez países com maior índice de desigualdade (índice Gini). A reforma agrária é o principal

meio para romper e atingir a estrutura fundiária concentrada, democratizando o acesso à terra e dinamizando e diversificando a produção através do produtor camponês (FERNANDES, 2013).

Outra variável importante relacionada aos impactos oriundos da expansão dos latifúndios refere-se ao desmatamento. É notório que as grandes monoculturas e a pecuária extensiva, atividades tradicionais do latifúndio, foram as principais responsáveis pela destruição das formações vegetais brasileiras e transformou o Brasil no maior consumidor de agrotóxico do mundo.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), Rondônia apresenta suas características representadas pela desigualdade socioespacial no campo, ao mesmo tempo, um setor agropecuário em plena expansão e de relevante importância geradora de renda e de divisas para o estado, incrementando um importante percentual do valor do Produto Interno Bruto (PIB).

Em 2013, Rondônia registrou o montante de 27.660.248.000 no Produto Interno Bruto. Representando 10,64% do PIB da Região Norte e 0,6% do PIB do Brasil. No quadro 3, é possível observar a evolução do PIB estadual por setores da economia e a participação efetiva de cada segmento produtivo entre o ano de 2011-2013.

Quadro 3: Valor adicionado bruto a preço básico corrente e a participação de cada setor de atividade. Rondônia – 2011-2013. R$1.000

ATIVIDADE	2011	%	2012	%	2013	%
Agropecuária	2.511.033	10,38	3.291.823	12,40	3.330.576	12,04
Indústria	5.920.619	24,47	5.534.873	20,86	5.342.876	19,32
Serviços	15.766.747	65,16	17.712.750	66,74	18.986.826	68,64
TOTAL	24.198.399	100,00	26.539.446	100,00	27.660.248	100,00

Fonte: IBGE/SEPOG-RO. Contas Regionais do Brasil –2011-2013.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Duas observações são necessárias na análise do PIB de Rondônia entre 2011-2013. A primeira é a predominância sequencial do setor de serviços que obteve a maior participação da composição do valor adicionado bruto do estado. A segunda diz respeito ao setor agropecuário, que em volume total operou ganhos positivos e consecutivos entre 2011 e 2013, superando a casa dos três bilhões de reais no último período analisado. O forte desse setor está na produção de *commodities* que transformou Rondônia num potencial exportador. Dentro dessa lógica produtiva, cabe destacar que todos os segmentos corroboraram para que essa dinâmica econômica se concretizasse.

De acordo com a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG, 2013), nove municípios concentraram o Produto Interno Bruto do Estado: Porto Velho, Ji-Paraná, Vilhena, Ariquemes, Cacoal, Jaru, Rolim de Moura, Pimenta Bueno, Guajará–Mirim. Juntos produziram a quantia de R$ 22,6 bilhões, representando 72,3% da riqueza gerada no estado com 62,6% da população, o equivalente a 1.081.531 habitantes.

Essa característica evidencia o processo de acumulação e geração desigual de riqueza no estado. Enquanto nove municípios produziram 22,6 bilhões no total do PIB estadual em 2013, os demais 43 municípios geraram 8,6 bilhões, ou seja, 27,7% desse montante. Há uma significativa concentração dos recursos nos municípios que compõem o dorso da BR-364, bem como a maior concentração demográfica do estado.

Em Rondônia, a expansão da agropecuária tem exercido forte pressão sobre as territorialidades dos estabelecimentos com área inferior a 100 ha. Isso representa um impacto socioespacial que gera contradições no campo e na cidade, dentre as quais se destaca os conflitos pelo acesso à terra que cresce a cada ano no estado, concomitantemente, ao aumento dos latifúndios.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) sobre a concentração fundiária explicam que,

> O crescimento das atividades agrícolas e da pecuária tem exercido pressão sobre a estrutura fundiária na Amazônia, atingindo os produtores e grupos sociais mais vulneráveis economicamente, com menos acesso ao crédito rural, infraestrutura e assistência técnica e geração de conhecimento. Como resultado das prioridades do desenvolvimento econômico pautado em atividades em larga escala, o número de estabelecimento com menos de 10 ha reduziu-se em 139 mil unidades, contribuindo para ampliar o universo de agricultores sem área. O aumento da produção está associado à concentração dos ativos fundiários, seguindo as especificidades dos produtos e das regiões (IPEA, 2013, p.25).

Com base nesse mesmo Relatório do IPEA, a área total recenseada no estado de Rondônia em 2006 foi de 8,32 milhões de hectares, valor que corresponde a 35,1% da superfície territorial do estado, que é de 23,75 milhões de ha. A distribuição dos estabelecimentos por estrato de área ajuda a visualizar o padrão de concentração dos ativos fundiários. Dos 87 mil estabelecimentos, 80% possuem até 100 ha, ocupando 26,9% da área total. Na outra ponta, encontram-se 1,3% dos estabelecimentos com mais de 1 mil ha, ocupando 33,9% da área total. Na faixa intermediária, estão os estabelecimentos entre 100 e 1 mil ha, somando 17,4% dos imóveis e 40,2% da área (IPEA, 2013, p. 26).

De acordo com o IPEA, o perfil da estrutura fundiária de Rondônia não se distancia das demais unidades da federação do país, em especial da Amazônia Legal que, apesar de apresentar um dos menores *índices de Gini* da região, que mede o grau de aplicação da

distribuição dos recursos fundiários, o que não deixa de expressar uma acentuada polarização na distribuição da terra: entre 1995 e 2006, passou de 0,655 para 0,717.

A origem da concentração da propriedade das terras de Rondônia está relacionada à grilagem, a compra legal das terras e, da combinação de inovações tecnológicas que atraíram investidores nacionais e estrangeiros: terra barata, capital subsidiado e custo artificialmente elevado do trabalho levaram substanciais vantagens para a produção em larga escala.

Esses segmentos deram ênfase para uma progressiva gestão econômica do território de Rondônia, sobretudo na expansão do setor agropecuário, que estabeleceu um novo arranjo territorial dinamizando a economia agroexportadora regional com base na agroindústria.

1.4 Agropecuária: o cerne da mutação espacial de Rondônia

O espaço rondoniense é caracterizado por uma diversidade física no que tange a tipologia dos solos que permeiam o espaço agrário do estado. Durante o processo de colonização regional o primeiro PIC instalado no atual município de Ouro Preto do Oeste (PIC-Ouro Preto) teve um fundamento pedológico relevante: a região central de Rondônia é caracterizada por ter terras consideradas mais férteis e apropriadas para a agricultura. A escolha estratégica dessa região favoreceu a divisão em pequenas propriedades utilizadas na distribuição entre os milhares de colonos que chegavam anualmente à região com objetivo de dar a terra sua real funcionalidade. No sul do estado (Vilhena), predominou a formação de grandes propriedades privadas, leiloadas para realizar empreendimentos agropecuários.

Essa ambiguidade configura um novo modelo espacial do estado baseado na expansão da agropecuária que rompe com o modelo econômico pré-existente, o extrativista. Esse rompimento geoeconômico dá ênfase à expansão da fronteira agropecuária que acarreta em mutações estruturais como a pressão para aquisição de mais áreas produtivas.

A fronteira rondoniense é explicada por Silva (2010) a partir da análise do avanço da pecuária e da extração madeireira, que impulsiona, inexoravelmente, o desmatamento e a incorporação de novas áreas para uso produtivo. O rebanho bovino cresceu em todos os municípios do estado, principalmente o de corte, cuja finalidade é abastecer os mercados nacional e internacional (SILVA, 2010). O crescimento da pecuária bovina se intensificou em um curto espaço de tempo. Em 1991, o rebanho bovino era de 1.718.697 cabeças, ao passo que em 2015 esse número chega a uma estimativa de 13 milhões de cabeças.

A evolução da pecuária transformou as características econômicas do estado que passou a se especializar no gado do corte e leite, atraindo investimentos nacionais e

estrangeiros para região. Dessa forma, espraia pelo estado os estabelecimentos agroindustriais do setor de carne e leite. Grupos econômicos passaram a hegemonizar todas as etapas da produção.

A espacialidade, as ações e os objetos sociais integram Rondônia a uma escala geográfica além de suas fronteiras. Os novos signos passaram a ditar novas regras ao mercado produtor do estado exigindo qualidade e eficiência sobre os produtos exportados o que possibilitou a agroindústria inovar suas técnicas e, coube ao Estado e grupos privados investir em infraestrutura para atender à expansão da economia global. Nesse novo arranjo territorial os fixos e os fluxos se modernizam para dar ênfase à dinâmica econômica estadual. Essa lógica é proposta por Santos (2008), como *circuito espacial da produção*, que correspondem "as diversas etapas pelas quais passariam os produtos, desde o início do processo da produção até chegar ao consumo final". O exemplo desses sistemas de objetos pode ser representado pelo sistema intermodal instalado em Rondônia, constituído pela BR-364 e pelo porto graneleiro localizado à margem do rio Madeira, em Porto Velho. Esse sistema integrado é responsável pelo escoamento de grãos e carne vindos do Mato Grosso e os que são produzidos em Rondônia.

1.5 A modernização do espaço agrário-agrícola de Rondônia

Compreender o espaço em transformação significa compreender a relação social em seu contexto histórico. Dessa relação, Santos (1988) explica que o espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.

As ações sociais sobre o espaço produzem nova organização espacial, que se realiza através do uso das técnicas e tecnologias adquiridas de acordo com o padrão econômico e os recursos técnico-científicos empregados na produção do espaço. É a partir dessa premissa que a dinâmica econômica se expande e se moderniza, dando uma nova configuração espacial, caracterizando o território em uso. Atualmente, assistimos a uma profunda interação entre a ciência e a técnica – união promovida sob o comando e financiamento do capital que passa a exercer hegemonia econômica à medida que se territorializa.

No Brasil, o principal vetor da política de desenvolvimento agrícola inicia-se a partir da década de 1950. Desse recorte temporal, temos o estímulo ao processo de mecanização agricultura e o uso de insumos (fertilizantes, adubos, sementes, inseticidas e corretivos) no

país. A meta desse projeto de modernização estava centrada na política conhecida por *Revolução verde*, que estimula o aumento da produção e da produtividade de culturas agrícolas. A ótica governamental era de tirar o país do atraso econômico em que estava com objetivo de integrá-lo a modernização tecnocientífico (PESSÔA, 2006, p.256).

Ao analisar as novas formas de organização das cadeias agrícolas do Brasil, Saes e Silveira (2014) argumentam que a maior guinada proposta pelo Estado ocorre a partir da década de 1980, quando o poder institucional passa a exercer regulamentação nas cadeias produtivas e dos mercados através de uma série de políticas como: financiamento subsidiado à aquisição de insumos modernos; política de garantia de preços mínimos (com o intuito de garantir renda mínima aos produtores, reduzir risco de preço e indicar quais produtos deveriam ser beneficiados com o aumento de área plantada, a fim de atender ao abastecimento do mercado interno); pequena exposição ao mercado internacional (barreiras à importação); desenvolvimento da agroindústria nacional e de regiões de fronteira; e política de combate à inflação com controle de preços no varejo (SAES; SILVEIRA, 2014, p.300).

Analisando as evidentes metamorfoses condicionadas ao espaço agrário, partimos do pressuposto de variações socioeconômicas grandiosas. Um estado que teve como alicerce econômico o extrativismo, se dinamiza com o avanço da agropecuária, que rompe o modelo tradicional extrativista e adota um modelo que se desenvolve conforme a ação do capital e as políticas governamentais. Ao mesmo tempo, quebram-se barreiras sociais de forma conflitantes à medida que áreas ocupadas por seringueiros, indígenas, quilombolas, camponeses e ribeirinhos são desterritorializadas pela pressão moderna do capital, apoiado pelo Estado, a fim de promover e facilitar a instalação de impérios agropecuários na região.

O processo de desenvolvimento agropecuário baseado no uso de instrumentos e aplicação de técnicas modernas tem como finalidade principal transformar esse setor da economia cada vez mais competitivo em escala global. O exemplo dessa transformação está nos moldes da produção agrícola denominada de agronegócio. O significado desse processo (agronegócio) não está relacionado simplesmente à prática de produção de alimentos, mas a uma especialização da produção carregada de um pacote tecnológico intrinsicamente ligado ao sistema de produção multiescalar.

Todavia, esse aparato tecnocientífico não se reproduziu homogeneamente, pelo contrário, o território se moderniza ao passo que seus atores produzem e reproduzem o espaço à medida que o capital se instala e (re)cria novos segmentos, processo que Santos (2008) denomina de organização espacial do território, em que os protagonistas, entre eles o Estado, introduzem um modelo de desenvolvimento, de progressos tecnológicos e bem-estar para

alguns setores e privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia, é a acumulação capitalista que se recria de forma avassaladora no território em uso fragmentando e especializando a produção de acordo com sua prática, gerando modelos socioeconômicos desiguais e combinados na lógica capitalista de produção.

Além das mutações atribuídas ao campo, o processo de modernização transforma o urbano que passa a exercer forte influência no rural. O novo urbano da fronteira da agricultura moderna é constituído por cidades funcionais às novas exigências do campo. É o que Santos denomina de "cidade do campo". Além de sua funcionalidade, essas regiões produtivas passam a receber elevados investimentos direcionados à produção e incorpora novos territórios transformando o espaço conforme como explica Bernardes e Aracri, "Além das transformações no campo, a expansão da agricultura moderna promove intensas mudanças no espaço urbano, este constitui a sede do comando das transformações do campo" (BERNARDES; ARACRI, 2009, p.32).

O avanço do agronegócio, ou melhor, da produção de *commodities* no espaço agrário rondoniense conduziu o estado a uma transformação socioeconômica-espacial sem precedentes. A década de 1990 foi um divisor econômico para Rondônia. A partir desse período, regiões específicas de Rondônia, como o Cone-Sul, passaram a exercer forte influência na produção de *commodities*, o espaço foi se modernizando e se especializando principalmente na produção de grãos (soja e milho), enquanto que os atores da produção passaram a manter hegemonia no controle da terra e na produção local.

Na contemporaneidade, a ciência, a tecnologia e a informação constituem a base da reorganização produtiva do espaço e da sociedade. Essa realidade é vista no município de Vilhena, localizada ao sul de Rondônia. As mutações socioeconômicas na região se expandiram com o aumento da extensão da área cultivada que deixou de ser o fator exclusivo de crescimento da produção agrícola, uma vez que as inovações tecnológicas elevaram a produtividade da terra. Verificou-se, então, a estruturação do agronegócio mediante amplo emprego de máquinas, insumos químicos e biotecnológicos fornecidos pela atividade industrial, com notáveis metamorfoses nas relações de produção, ocorridas, também, na divisão social e territorial do trabalho agropecuário (ELIAS, 2006).

Cada empresa rural exerce sua função econômica centralizada no sistema de monoculturas seguindo a lógica da demanda global. Desse modo, o mercado mundial se impõe como razão principal da constituição desses espaços da fluidez e, logo, da sua utilização, impondo, por meio de tais lugares, um funcionamento que reproduz as suas próprias bases, a começar pela competitividade. Nesse movimento, a condição de existência

anterior à instalação dessas empresas passa a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2008).

A tecnificação da agricultura na escala global obedece a normas mercantilistas que impõe sobre o espaço agrário um modelo de produção baseado no uso de bens científicos (sementes, defensivos, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica, implicando na especialização do trabalho e num conjunto de infraestrutura capaz de dinamizar e dar fluidez à produção.

É nessa lógica que a Amazônia brasileira, paulatinamente, se incorporou à tendência da economia global, sobretudo os estados do Mato Grosso, Pará e Rondônia, que receberam vultosos investimento público-privado construindo um novo arranjo territorial alicerçado num modelo econômico moderno e promissor aos olhos dos agentes hegemônicos.

No conjunto da ópera que abrange o território rondoniense, as mutações estão presentes nas áreas que incorporaram, de forma sistêmica, a modernização estrutural do setor agropecuário, dando uma nova funcionalidade e organização ao território capitalizado como se veem nos municípios produtores de soja e milho, Vilhena, Chupinguaia, Cerejeiras, Corumbiara e Colorado do Oeste. A expansão do capital conduziu essa região a uma mutação econômica em curto espaço temporal, pois é nela que está representada a maior produção de grãos do estado de Rondônia.

Há em Rondônia uma espécie de *regionalização da produção*, ou seja, enquanto a região do Cone-Sul do estado se especializa na produção de grãos conjugado com o uso de técnicas modernas, a região central se destaca na pecuária leiteira que abastece os laticínios da região, sendo que por todo território rondoniense é marcante a presença da pecuária de corte, principalmente no município de Porto Velho, responsável pelo maior rebanho bovino do estado. Para Silva, “O advento das monoculturas de grãos e as fazendas criadoras de gado, além de fragmentar o espaço agrário rondoniense obedecem a uma lógica da economia global enquanto formas e processo de produção de *commodities*” (SILVA, 2014, p.166).

O nível de modernização tecnocientífico da produção de grãos no Cone-Sul pode ser mensurado pelo expressivo aumento da produtividade no campo. O ambiente rural passou a ter mais atenção à medida que os empreendimentos agrícolas exercem forte influência no sistema produtivo tornando a região mais dinâmica e competitiva.

Dados comparativos do IBGE, entre o ano de 2007 e 2013, explicam a dinâmica da expansão da produção de soja no Cone-Sul. Os índices mostram que a área plantada de soja em Vilhena chegou à cifra de 34.000 hectares, em 2007, que resultou numa produção de

95.200 toneladas de grãos, com rendimento médio de 2.800 kg/ha. No mesmo município, a safra de 2013/2014 mostra um incremento maior na produção de soja, uma das contribuições dessa elevação na produção foi o aumento da área plantada, que chegou a 43.000 hectares, obtendo uma produção equivalente a 141.900 toneladas, com um rendimento médio de 3.330 kg/ha. Apesar da grande produtividade média obtida pelo município de Vilhena em 2014, foi o munícipio de Machadinho do Oeste quem produziu a média histórica nessa safra com um total de 3.600 kg/ha.

Os números revelam que, apesar do aumento da área de produção entre os períodos avaliados, temos uma produção total e um rendimento médio extremamente elevado. Esse aumento no rendimento médio se deve a inserção de insumos e o uso de técnicas modernas, responsáveis pelo constante crescimento e modernização da produção. O pacote tecnológico é munido de sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxico (defensivos agrícolas), maquinários sofisticados e mão de obra especializada.

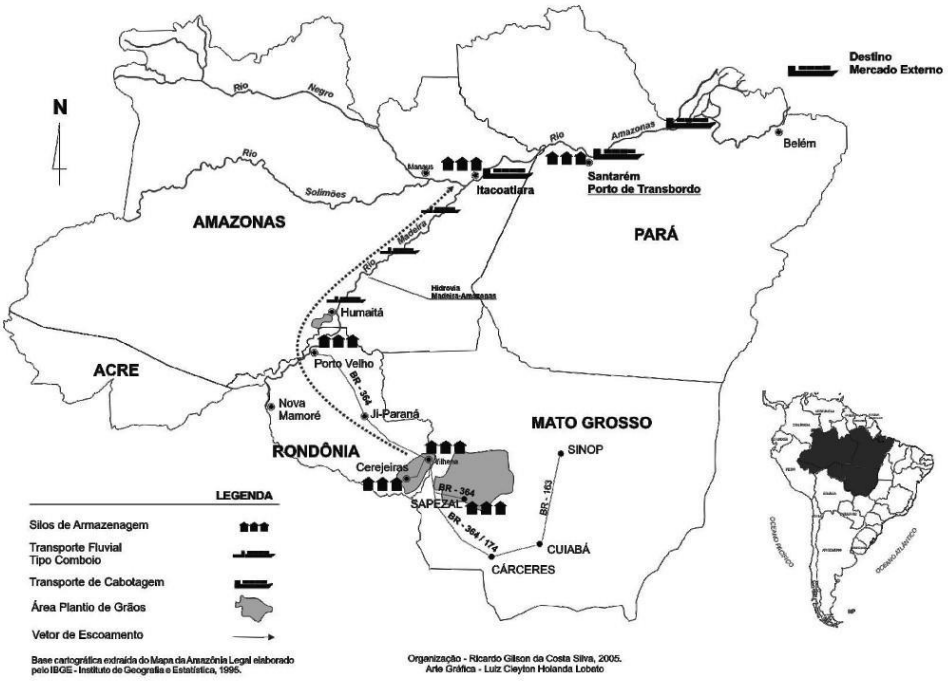
De acordo com Kahil e Pereira (2010), a hegemonia dos maiores grupos econômicos que detêm o controle das atividades do agronegócio do país (principalmente os grupos Amaggi e Cargill), exerce forte controle da produção de soja no sul de Rondônia sendo capaz de inserir o sudoeste amazônico no mapa dos novos espaços tecnificados da agricultura moderna de exportação (KAHIL; PEREIRA, 2010, p.293; SILVA, 2009, p.52).

A dinâmica econômica de Rondônia ganha novos arranjos espaciais, entre eles os fixos e os fluxos, necessário para escoamento da produção. A BR-364, em conjunto com Hidrovia Madeira-Amazonas, se estabelece para superar os limites e ligar os eixos de transporte e suas demandas econômicas nacionais e mundiais (NUNES, 2004).

Os grandes grupos empresariais (*trading*) que atuam em escala nacional passaram a exercer forte comando do circuito produtivo da soja e do milho em Rondônia, estabelecendo seus impérios agrícolas no cenário regional e instituindo parâmetros para atender uma demanda em escala global.

Os sistemas de objetos que codificam o circuito produtivo de Rondônia e toda região amazônica podem ser analisados a partir da cartograma 2, que representa o desenho da real estrutura de integração econômica regional/global. Certamente, deve-se destacar o avanço do agronegócio e da pecuária bovina como principais elementos de fomento transformador do espaço regional. Uma nova geografia se compõe à medida que novas materialidades técnicas se constituem objetivando a fluidez das commodities para o mercado internacional.

Cartograma 2: Sistema de transporte integrado multimodal: transportes e circulação de soja na Amazônia Meridional



Fonte: SILVA, Ricardo Gilson da Costa, 2008.

A carga de exportação de grãos via rio Madeira-Itacoatiara-mercado externo cresce consideravelmente ano a ano, levando o estado e as empresas privadas do setor produtivo a investir em infraestrutura e tecnologia visando modernizar o setor portuário localizado em Porto Velho, centro de gestão dos fluxos de mercadorias de Rondônia. Essa geografia do movimento dinamiza o espaço dando novas funcionalidades, imbricando nos objetos e nas ações dos atores no sistema de fluxo integrado a uma escala econômica global.

1.6 Rondônia: o papel da agroindústria familiar na economia regional.

O espaço agrário brasileiro está passando por transformações diversas, não apenas no sistema de produção agropecuária, mas, também mudanças sociais que afligem o campo em suas diversas dimensões como: a modernização técnica da produção, redução da oferta de trabalho rural, apropriação e concentração da terra, aumento dos conflitos agrários e a migração rural-urbana, são exemplos característicos desse paradigma de desenvolvimento adotado pelo país ao longo do tempo.

O agronegócio que avançou consideravelmente em todo território nacional, como face de uma agricultura moderna, capitalizada, de caráter especulativo, gerador de desigualdade e explorador de mão de obra, alicerçado numa produção mercadológica pautada pela norma da

economia globalizada, é, sobretudo, o cerne das metamorfoses ocorridas no espaço agrário do país.

A intervenção do Estado sobre o espaço da Amazônia brasileira através de políticas públicas, entre o período de 1965-1985, definiu uma nova geopolítica para a macrorregião à medida que o desenvolvimento econômico possibilitou o ingresso integracionista da região em sistemas multiescalar. Atualmente, a cobiça pelas terras amazônicas faz brotar, no território, um modelo de desenvolvimento agrário contraditório, ou seja, novas territorialidades emergem em função de modelos econômicos geradores de riqueza e desigualdades, simultaneamente.

Várias iniciativas de políticas direcionadas para a economia da Amazônia brasileira possibilitaram e promoveram a expansão da agropecuária intensiva em áreas distantes nessa região. As iniciativas incluem – e não se limitam – o desenvolvimento de infraestrutura, política macroeconômica de incentivo ao setor, melhorias nas pastagens e no cultivo de grãos, regulamentações sanitárias, investimentos técnico-científico-informacional visando maior produtividade.

O espaço geográfico que resulta das manifestações materiais construídas pela sociedade numa dimensão espaço-tempo, cria seus sistemas de objetos, conforme o desenvolvimento técnico inserido ao território, dando novas feições ao sistema de produção e novos arranjos espaciais. É nessa perspectiva que o sudoeste da Amazônia, especificamente Rondônia, atravessa uma mutação no sistema de produção agrícola regional.

A agropecuária de Rondônia se concentra principalmente na produção de soja, milho, arroz, café, na pecuária de corte e leite, favorecendo a presença de agroindústrias de beneficiamento de grãos, carne e leite.

O agronegócio tem grande importância na economia regional. Em 2014, do total das exportações do setor agropecuário de Rondônia, 87% procedentes da carne e das lavouras permanentes, derivados de 115,4 mil propriedades rurais em todo Estado (SEPOG, 2014; SEPOG, 2015).

Outra categoria significante no desempenho da produção agropecuária do estado é a agricultura familiar/camponesa que tem papel fundamental na geração de emprego e renda. Em 2014, havia mais de 75 mil camponeses, e foram contratados mais de 715 milhões de reais junto ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em Rondônia (Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2015).

O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia, o PROVE-RO, coordenado pela SEAGRI e executado pela EMATER-RO, tem por

objetivo inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, concedendo-lhe incentivos à produção, de modo a agregar valor aos produtos, aumentar a renda familiar, contribuir para a fixação da família no meio rural e gerar emprego no campo.

O quadro 4 demonstra a representatividade dos principais segmentos do setor agroindustrial do Estado em 2016. Dados do Relatório de Atividades da EMATER (2016) foram identificados 472 agroindústrias em funcionamento no estado, assim distribuídas.

Quadro 4: Detalhamento de agroindústrias por Segmentos /2016

Segmentos	**Regularizados**	**Em Processo de Regularização**
Panificação	49	9
Polpa fruta	48	19
Farinheira	35	10
Abatedouro aves	31	7
Mandioca processada	18	3
Doces	16	6
Defumados	15	7
Derivados cana de açúcar	11	5
Café	11	2
Entreposto de Ovos	9	-
Mel	9	4
Abatedouro Suíno	7	1
Condimentos	7	6
Conservas	5	5
Peixe	3	5
Derivados Milho	3	3
Farinha de Babaçu	2	-
Água de Coco	2	-
Abatedouro misto (suíno/bovino)	2	-
Abatedouro Bovino	1	-
Guaraná em pó	1	-
Leite de soja	1	-
Hortaliça	1	-
Outros	15	-
TOTAL	**369**	**103**

Fonte:GETEC/DITEP/EMATER-RO, 2016.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Pesquisa realizada pela Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Regularização Fundiária (SEAGRI) em 2015, junto com as agroindústrias familiares no estado de Rondônia, foram coletados dados de 505 estabelecimentos, dos quais 25,9% (136) elaboravam produtos derivados do leite, 15,6% (82) elaboravam polpas de frutas, 12,2% (64) produziam pães, biscoitos e massas, 10,9% (57) trabalhavam com derivados da mandioca (farinha, fécula), 8,6% (45) beneficiavam frangos de corte e 6,7% (35) produziram doces e compotas. Outras

agroindústrias também produziram mel de abelha, derivados da cana de açúcar, defumados, conservas, pescado, ovos, carne suína, legumes e verduras, café torrado e moído, condimentos, milho e babaçu, entre outros (SEBRAE, 2016).

Essa diversidade do setor agroindustrial de Rondônia se deve, principalmente, a produção familiar agregando valor e gerando emprego e renda no campo. A atualização dos cadastros através da EMATER permitiu identificar os principais seguimentos das agroindústrias na região, com destaque para as de derivados do leite, panificação, polpa de frutas e farinheiras que predominam em todas as regiões. É relevante destacar a expansão do setor que desde 2014 vem apresentando crescimento positivo, apesar de um número expressivo estar em processo de regularização.

O perfil da atividade primária de Rondônia está voltado para produção de grãos, carne e leite, mas tem na agricultura familiar uma representatividade significativa, pois os dados apontam que não é o agronegócio o condutor da produção básica de alimentos e que atende à demanda interna, ao contrário, a agricultura tecnificada, capitalizada, torna-se seletiva e condicionada a uma demanda e um mercado mais especializado, no qual está inserida de forma substancial a dinâmica produtiva e tecnológica de todas as cadeias produtivas do agronegócio, portanto, agronegócio não é sinônimo de segurança alimentar, ou seja, nesse sistema, a produção não atende a requisitos básicos de alimentação, tanto no que se produz como no que é produzido. O excesso de agrotóxicos aplicados no plantio é um exemplo de insegurança alimentar.

1.7 Rondônia: O uso corporativo do território e suas contradições

A produção agrícola em larga escala e com aplicação de técnicas modernas se projetou no Brasil e, em vários países subdesenvolvidos, a partir da década de 1960 com o advento da política agrícola conhecida por "*Revolução Verde*". Projetada pelas nações desenvolvidas, esse modelo de desenvolvimento agrícola tinha como objetivo intensificar a produção e oferta de alimentos com base num pacote tecnológico adotado para o aumento da produtividade agrícola por meio de um conjunto de técnicas de controle da natureza de base científico-industrial, a fim de solucionar a fome no mundo, visto que na época se considerava a pobreza, e principalmente a fome, como um problema de produção (PEREIRA, 2012).

O setor agrícola, a partir do final dos anos de 1960, absolveu quantidade crescente de créditos incorporando os "insumos modernos" ao processo produtivo, tecnificando e mecanizando a produção, integrando-se ao moderno circuito de comercialização favorecendo

a formação dos complexos agroindustriais que se concentraram, principalmente, no Centro do Sul do país. (LEITE & ÁVILA, 2007, p.42).

O efeito dessa política agrícola dimensionada para o Brasil chega ao território amazônico, a princípio, de forma tímida, mas que ganha tenacidade nas políticas governamentais que prioriza a distribuição de terras, fragmentando o território e ocupando vazios demográficos. O salto demonstrativo desse paradigma está nas transformações socioeconômica que sofreu a Amazônia brasileira. Nessa perspectiva, uma nova geopolítica se desenha na região, a modernização técnico-científico-informacional, que direciona a fronteira amazônica para uma dimensão global, como produtora de *commodities* (SILVA, 2015). Para Becker (2004), a Amazônia não é mais uma mera fronteira de expansão de forças exógenas nacionais ou internacionais, mas sim, uma região no sistema espacial nacional, com estrutura produtiva própria e múltiplos projetos de diferentes atores.

A partir da década de 1970, Rondônia atraiu agricultores do Centro-Sul do país estimulados pelos projetos de colonização e reforma agrária do governo federal e da disponibilidade de terras férteis e baratas. Essa mobilidade social em busca de novas terras desencadeou o desenvolvimento das atividades agrícolas no estado que, em contrapartida trouxe uma série de problemas ambientais e conflitos fundiários. Por outro lado, transformou a área em uma das principais fronteiras agrícolas do país e uma das regiões mais prósperas e produtivas do Norte brasileiro. Segundo o IBGE (2010), o Estado se destaca na produção de café (maior produtor da região Norte e 5º maior do Brasil), cacau (2º maior produtor da região Norte e 3º maior do Brasil), feijão (2º maior produtor da região Norte), milho (2º maior produtor da região Norte), soja (2º maior produtor da região Norte), arroz (3º maior produtor da região Norte) e mandioca (4º maior produtor da região Norte).

A diversidade e o incremento da produção agrícola de Rondônia devem-se, em parte, às características naturais (solo e clima) da região e a inovação e uso da biotecnologia desenvolvida pela EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) através dos experimentos das novas espécies de plantas.

A produção do café em Rondônia conta com a participação de 22 mil produtores, a maioria de base familiar. O café é a cultura mais difundida no estado, uma das principais fontes de renda dos produtores rurais. O cultivo do café robusto é feito em pequenas propriedades rurais. Cerca de 90% da área cafeeira é plantada com a espécie robusta, sendo a cultivar conilon utilizada em aproximadamente 95% das propriedades (SANTOS, 2017).

Além do café, a Embrapa se especializou, nos últimos anos na produção da soja, as inovações técnico-científico possibilitaram a expansão dessa cultura por vários municípios de Rondônia, com destaque para Vilhena, maior produtor do estado.

Recentemente, essa empresa apresentou uma novidade aos produtores de soja de Rondônia, é o *Sistema Cultivance*, desenvolvido pela Embrapa em parceria com a BASF. É o primeiro cultivo geneticamente modificado desenvolvido no Brasil, desde as pesquisas em laboratório até a sua comercialização. O Sistema agrega cultivares de soja geneticamente modificada e com grande potencial produtivo ao uso de um herbicida com amplo espectro para controle de plantas daninhas de folhas largas e estreitas de difícil controle, configurando, assim, um novo sistema de produção (EMBRAPA, 2016).

A combinação dos produtos geneticamente modificados e o uso de agrotóxicos têm sido o "Calcanhar de Aquiles" desse tipo de produção. Na visão capitalista dos produtores rurais o lucro é mais relevante do que propriamente a qualidade de vida da população, ou a segurança alimentar, no que tange qualidade do produto, que coloca em risco os consumidores de um produto regado a veneno.

Nessa perspectiva, os grandes impérios do agronegócio impõem suas normas e técnicas de produção alicerçada nos pacotes tecnológicos oferecidos pelas transnacionais que monopolizam o cultivo de grãos em todo o país. No sentido oposto, Henry Bernstein afere ao processo de segurança alimentar comparando o modelo de produção capitalista com o modo de produção camponesa, ele explica que,

> A "resistência" invocada no discurso da Segurança Alimentar reflete ambas as escalas; na escala menor, o compromisso de camponeses de seguir cultivando de determinados modos, informados pelo saber agroecológico e por valores de autonomia, comunidade e justiça social, contra os efeitos corrosivos do capital e dos estados "modernizadores" (BERNSTEIN, 2015 p. 291).

Essa lógica da produção demonstra o quanto se distingue a prática laboral da agricultura em todo país, temos um território cercado de contradições e desigualdades no uso das atribuições e dos sistemas de objetos os quais são inseridos à produção agrícola.

Mesmo diante dos aparatos tecnológicos, o potencial agrícola de Rondônia se limita a fatores essenciais que contribuem por reduzir a área agricultável do estado. O principal fator dessa limitação está na tipologia do solo que apresenta variabilidade produtiva extremamente significativa, em conjunto com a influência climática que intemperiza os solos da região, deixando mais susceptíveis à degradação e perda de fertilidade.

O elevado custo dos insumos (calcário, fósforo, nitrogênio) para corrigir a capacidade produtiva do solo, na maioria das vezes, é inviável, principalmente para os produtores camponeses que se limitam ao baixo poder aquisitivo. Essa dificuldade financeira tem conduzido pequenos agricultores a arrendar suas propriedades às empresas agrícolas que ampliam seus ganhos, ou em muitos casos, revertem a área agrícola em áreas de pastagens.

Em resumo, as principais cadeias produtivas organizadas de Rondônia se estabelecem em áreas especializadas na produção de grãos em Vilhena e, a bacia leiteira, na região central do estado. A dinâmica estrutural dessas áreas específicas dá ao território rondoniense uma compreensão da diversidade produtiva que se moderniza, paulatinamente, conforme a ação dos agentes econômicos e do capital que criam novas cadeias produtivas como a expansão do agronegócio e da agroindústria que têm atuado veementemente no complexo agropecuário do estado.

Essa dinâmica corroborou para a expansão do setor agropecuário possibilitando uma (re)organização do território rondoniense, conduzindo a novos arranjos territoriais. Essas mutações não se restringiram apenas ao campo; as cidades tornaram-se centros polarizadores e de comandos desse novo paradigma econômico que se estabelece em áreas “luminosas”, denominadas por Elias (2011) de entre *Regiões Produtivas Agrícolas* (RPAs). A autora explica que as RPAs são os novos arranjos territoriais produtivos associados ao agronegócio globalizado e, assim, inerentes às redes agroindustriais. “A interação entre o rural e o urbano pelos objetos sociais e por investimentos financeiros formam verdadeiros palcos de circuitos superiores do agronegócio globalizado” (ELIAS, 2011, p. 155).

Em Rondônia, a cidade de Vilhena retrata bem as mudanças socioespaciais rural-urbano, à medida que o agronegócio de grãos se expandiu e se consolidou como principal atividade econômica no sul do Estado. O setor de comércio de implementos e insumos agrícolas, a logística e a infraestrutura local ampliaram seus negócios em prol de um circuito produtivo em expansão diretamente ligado ao agronegócio que são comandadas por empresas nacionais e multinacionais, que impõem ao território ocupado sua solidariedade organizacional, ou seja, o espaço é organizado conforme interesses dos grupos hegemônicos.

Capítulo II: A Geografia do campesinato em Vilhena

Na década de 1970, em pleno regime civil-militar, o espaço agrário brasileiro acompanhou a intensificação da expansão das monoculturas e a ampliação da agroindústria, combinada à coibição de ações dos movimentos camponeses resultantes da repressão do regime ditatorial que marcou uma das maiores crises da resistência do campesinato no país.

Com a redemocratização do país na década de 1980, os conflitos no campo voltaram a ganhar força, à medida que foi ocorrendo a consolidação do modelo agroexportador e agroindustrial, concomitantemente ao processo de territorialização da luta pela terra ou pela reforma agrária.

Os camponeses[7] buscam sua existência no campo, legitimada numa ordem moral através da terra. A reforma agrária surge, portanto, em oposição à propriedade da terra como reserva de valor do capital dominante e concentrador. Nesse processo, a terra é incorporada como objeto e meio de produção, dando-lhe uma conotação de mercadoria e, sobretudo, transformando-se em tramas das relações produção e das contradições de classes (IANNI, 2004).

Em Rondônia, as contradições no espaço agrário aceleraram os conflitos no campo. A disputa territorial se expande pela região, resultado da formação de uma política agrária concentradora. O avanço e a homogeneização do capital expropriam povos tradicionais (camponeses, indígenas e posseiros) de seus territórios. O poder que o capital desterritorializa esses grupos sociais, é o mesmo que através da luta e resistência dessas classes determina sua própria recriação por meio das ocupações de terra, da reforma agrária (FERNANDES, 2008).

A história do campesinato em Rondônia é inerente aos projetos de colonização implantados durante o regime militar que incentivou um grande fluxo migratório em direção ao sul da Amazônia. O primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC), criado em 1970, localizado no atual município de Ouro Preto d´Oeste. Posteriormente, foi estabelecido o projeto em Sidney Girão, que falhou por não conseguir atrair e manter colonos, devido à sua localização, encontrando-se fora do eixo da BR-364 e em solos pobres (ESCADA, 2003). Outros PIC's foram criados a partir da intensificação dos fluxos migratórios: PIC Paulo Assis

[7] M. M. Moura, descreve o camponês de diferentes formas: como cultivador de pequenas extensões de terra, as quais controlam diretamente com sua família e, como cultivador que trabalha a terra, opondo-o àquele que dirige o empreendimento rural. Nesse caso o conceito se estende a todos os cultivadores que, através do seu trabalho e do de sua família, se dedicam a plantar e transferir os excedentes de suas colheitas aos que não trabalham a terra (MOURA, 1988). Para M. N. B. Wanderley, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros (WANDERLEY, 2014).

Ribeiro, PIC Marechal Dutra, PIC Padre Adolpho Rohl e PIC de Ji-Paraná (AMARAL, 2004).

Em estudo sobre a colonização dirigida que produziu o maior dos ciclos migratórios do estado, Oliveira (1998) identificou que a intenção dos governos militares era regularizar e facilitar o monopólio da terra por grandes corporações agropecuárias e empresas estrangeiras de extração de matéria-prima vegetal e mineral, associados ao objetivo de "aliviar as tensões sociais" causadas pelas ocupações de terra pelos camponeses em todo o país (OLIVEIRA, 1998, p. 70). A Amazônia é uma região estratégica para interesses econômicos imperialistas, caracterizada pela política de influência e dominação territorial das nações mais poderosas sobre as nações mais pobres, que se dinamiza a partir do extrativismo da borracha, depois com a mineração e mais recentemente, com a consolidação dos projetos agropecuários.

Essas tensões se estabeleceram, sobretudo em Rondônia, à medida que a pseudo reforma agrária (PIC) se instalou sobre a vastidão regional. Em Rondônia, a consolidação desse processo ocorre por conexão da abertura da BR-029, posteriormente, denominada de BR-364. A abertura dessa rodovia permitiu uma maior fluidez favorecendo a crescente corrida pelas terras ofertadas pelo Estado, prontas para serem exploradas.

A atuação do INCRA no ordenamento da estrutura fundiária de Rondônia, a partir dos projetos de colonização, foi fundamental para que as terras fossem destinadas principalmente à formação de pequenas propriedades camponesa. Nessa perspectiva, temos um estado em que o processo de fragmentação espacial se consolida, a princípio, sobre propriedades rurais com dimensão de 100 ha cada parcela, o que favoreceu a forte presença do campesinato regional.

Diferentemente de outras regiões do estado, a colonização do Cone-Sul de Rondônia estava destinada principalmente às grandes fazendas agropecuárias, a tensão pela posse da terra se deu em vários locais. Os períodos de conflitos que antecederam a criação dos atuais assentamentos foram marcados pela ação de pistolagem e pela intervenção estatal em favor dos latifundiários (MARTINS, 2012).

As disputas territoriais são inerentes à história agrária de Rondônia. Desde a intervenção do Estado na região, esse espaço passou a ser palco central de conflitos por terras. Grupos sociais se envolveram e/ou se envolvem em constantes conflitos na conquista por território: índios, grileiros, posseiros, camponeses, quilombolas e ribeirinhos são agentes dessa guerra de poder pela posse e uso da terra.

Esses conflitos se intensificaram ao longo de décadas. A posse da terra não significava a sua permanência sobre ela. Os interesses de divergentes grupos sociais sobre a região

protagoniza a luta pelo domínio do território. Muitos camponeses, indígenas e posseiros foram expropriados por latifundiários e madeireiros que passaram a se apropriar das riquezas naturais da região, construindo seus impérios econômicos.

A fronteira amazônica se expõe aos interesses do capital, ao mesmo tempo em que as políticas públicas favoreceram a corrida por terras sobre a região. Considerada lugar de terra em abundância e barata, Rondônia foi foco convergente dos atrativos propagandistas que os governos usavam como subsídios para atrair investimentos nacionais e estrangeiros.

Em Rondônia, encontramos modelos econômicos que se contrapõem. Há, no mesmo espaço pluralidade e antagonismo socioeconômico. A natureza dessas divergências entre o agronegócio e agricultura camponesa; essas duas categorias são responsáveis pela produção agropecuária que projeta o Estado entre os mais promissores do país. Apesar disso, a contradição entre ambas é factual. Para um, a terra é sinônimo de reprodução do capital, de lucro e de poder, para o outro, a garantia da reprodução da vida e do trabalho familiar. De acordo com Martins (1990), é possível compreender que o campesinato ao mesmo tempo em que se subordina ao capital, se mantém nas possibilidades de reprodução não capitalistas, se organizando e tem seus pilares calcados externamente à lógica do capital. Assim, o camponês se adapta às demandas do capital, sem perder de vista os princípios básicos de sua reprodução, porém entendendo que sua relação com o capital se faz necessária para a garantia de sua sobrevivência.

2.1 A territorialidade do campesinato em Vilhena

Analisando o estudo sobre o território, Soja (1970) explica que a territorialidade é realizada por relações sociais, mais precisamente, pela identidade espacial, pelo senso de exclusividade e pela compartimentação da interação do homem no espaço. Compreende essa, como um comportamento ligado à diferenciação espacial, como produto da atuação de indivíduos e/ou grupos sociais (SAQUET *apud*, SOJA, 1970).

Para Bernstein (2011), a palavra “camponesa” costuma referir-se à lavoura familiar organizada para a simples reprodução, principalmente para prover a própria alimentação (subsistência). Porém, com o advento do capitalismo, essa classe muda o caráter social da produção em pequena escala e passa comercializar parte do que é produzida, a “*mercantilização da subsistência*” (BERNSTEIN, 2011).

Para Shanin (1979, apud MARQUES, 2008), o campesinato é, além de uma classe social, um modo de vida que apresenta padrões de relações sociais distintos. Para ele, o

campesinato é uma classe social que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise, o que determina sua existência. O modo de vida camponês apresenta simultaneamente uma relação de subordinação e estranhamento com a sociedade capitalista. Há nessa classe uma relação social que distingue de outra razão socioeconômica. O campesinato possui uma organização da produção baseada no trabalho familiar e no uso como valor, a terra é sinônima de trabalho, de pertencimento, de vivência (MARQUES, 2008).

As unidades de produção camponesas centralizam sua materialidade na reprodução social com base no trabalho familiar. O trabalho familiar abastece sua casa de morada, alimenta seus membros, mas também é destinada ao consumo social exterior à família. Raras, hoje, são as propriedades camponesas que visam à subsistência. Parte da produção é vendida na feira. O capital obtido na venda das mercadorias possibilita a aquisição de outros produtos. Essa forma de troca comercial foi denominada por Marx de produção mercantil simples, que resulta de uma simples fórmula: M-D-M. significando que a venda de uma mercadoria resulta em dinheiro para adquirir outra (MOURA, 1988).

Sobre a importância do trabalho familiar exercido pelos camponeses Chayanov diz que o trabalho da família é a única condição possível para a obtenção de recursos para um camponês, porque não existe o fenômeno social dos salários e, por este motivo, também está ausente o cálculo capitalista do lucro. O problema seria determinar que mecanismos estão atrás do trabalho familiar de uma unidade de produção fundamentalmente doméstica.

O processo de territorialização do campesinato, entendido como o conjunto de famílias camponesas em um dado espaço, se consolida pelo território brasileiro, à medida que esse grupo social se aloca sobre seu chão estabelecendo e fortalecendo seu modo de vida, suas relações sociais. É fato que a consolidação camponesa em seus espaços produtivos é fruto de um modelo de políticas públicas centralizada na reforma agrária que só vigora, raramente, por incansáveis movimentos em prol da distribuição de terra. Esses movimentos sociais são responsáveis pela existência e resistência dessa classe que consegue sobreviver sobre ataques constantes dos modelos agrários capitalizados. Atualmente, o agronegócio é tido como o maior inimigo da agricultura camponesa, seja pelo modelo de produção, impondo seus impérios técnico-científicos, ou pela expansão da agricultura empresarial que resulta na desterritorialização dos grupos tradicionais presentes na Amazônia.

Em Rondônia, a territorialização do campesinato ocorre principalmente pelo projeto de colonização que foi aplicado ao território. Esse sistema favoreceu positivamente a

formação de uma estrutura fundiária centralizada nas pequenas propriedades rurais. Esse programa de distribuição de terras qualificou o estado como o de menor índice de concentração de terras do país. Entretanto, isso não eximiu a região dos conflitos sociais que passou a ser frequente, à medida que cresce a corrida pelo acesso à terra.

A heterogeneidade é a principal marca no campo, pois existem dois tipos de unidades de produção: a capitalista e a camponesa. Paulino (2012) caracteriza como dualidade entre a terra de negócio *versus* terra de trabalho, que se explica por meio de caráter contraditório instalado no sistema capitalista. Logo, o campesinato aparece como algo diferente do padrão capitalista de produção, haja vista, que nesse sistema a relação social do trabalho se baseia na exploração da mão de obra assalariada no campo (proletário rural).

O Cone-Sul de Rondônia é o retrato do campo no que tange os conflitos agrários que perduram ao longo de décadas. Para a consolidação camponesa na região, o INCRA resume essa dinâmica a dois fatores: a migração e a colonização. A oferta de terras produziu um efeito quantitativo surpreendente do fluxo migratório. Eram colonos sem-terra que vinham de várias regiões do país em busca do sonho. A análise social da migração é importante para a compreensão dos problemas atuais da organização espacial dessa região. É nessa lógica que o campesinato em Rondônia vai se constituindo. Em plena fronteira, lugar de conflito, de contradições e de disputa de territórios.

Em meados do século XX, com o processo de modernização do campo acompanhamos uma forte centralização do capital nas áreas urbanas, alicerçada no desenvolvimento industrial que se espraia além dos limites urbanos chegando ao rural. Essa modernização produziu realidades distintas sobre o espaço agrário do Brasil. As regiões mais consolidadas do país (Sul, Sudeste e Nordeste) já haviam estruturado seus espaços produtivos com base na agricultura comercial, na formação de latifúndios, com exceção da Região Sul que sempre representou uma estrutura agrária centrada na pequena propriedade, apesar de nessa nova temporalidade se formaram latifúndios monocultores de grãos.

A crescente concentração de terras caracterizadas na formação de latifúndios se transformou num obstáculo para a execução da reforma agrária, ou mesmo, para a consolidação do campesinato nessas regiões. Daí o fato do surgimento dos movimentos sociais no campo em sua constante luta pela posse e uso da terra. Nessa perspectiva, Fernandes (2014) utiliza o termo *territórios em disputas*, para mencionar os conflitos relacionados aos territórios indígenas e camponeses. Eram territórios livres do capitalismo. A conquista de novos territórios, por corporações capitalistas, expropriam os povos tradicionais. A resistência desses grupos sociais originou o termo *disputas territoriais*. Dessa análise surge

o termo *conflitualidade*. A conflitualidade, segundo Fernandes (2014, p.3), "é formada pelo conjunto de conflitos associados às disputas territoriais e aos diferentes modelos de desenvolvimento".

O espaço de Rondônia é marcado por conflitos no campo desde que foi implantado o projeto de colonização, a disputa por territórios se alastrou rapidamente. A hegemonia capitalista na região passou a incorporar terras desapropriando e expulsando famílias para os centros urbanos ou regiões mais distantes de suas áreas de origem. Para garantir sua existência, os povos da floresta precisam garantir a existência dos seus territórios.

Em Rondônia, dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2015) indicam a ocorrência de 78 casos de conflitos por terras envolvendo áreas de assentamentos e de posseiros prontas para reforma agrária e/ou regularização fundiária. Em Vilhena, foram registrados oito casos, dos quais dois ocorreram no projeto de assentamento Águas Claras, localizado na Gleba Corumbiara, distante a 12 km da cidade de Vilhena, esse assentamento possui uma área de aproximadamente 1,2 mil hectares. A área foi obtida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em 2012 (RIBEIRO; SILVA; CORRÊA, 2015).

Esse assentamento é um dos poucos que resultou da constante luta dos movimentos sociais no campo pela reforma agrária em Vilhena. Segundo os dados do Relatório Anual dos Conflitos no Campo, organizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Vilhena foi o município de Rondônia que mais apresentou conflitos agrários em 2015. De acordo com Ribeiro *et al* (2015), os fatores que agravam os conflitos territoriais na região decorrem da saturação das áreas de plantio de grãos, o que fez aumentar a pressão para a incorporação das terras camponesas ao processo produtivo. Terras essas que vêm sendo incorporadas na forma de arrendamento, destituindo o papel da produção camponesa na região.

Em conversa com a Sra. Adriana, que reside em uma das parcelas no assentamento Águas Claras, nos fala da difícil trajetória que passou até conquistar seu pedaço de terra. Veio, junto com o marido, do Mato Grosso para Rondônia, onde permaneceram na cidade de Colorado do Oeste, trabalhando numa fazenda como assalariado. O sonho de adquirir sua própria terra se realizou com o projeto de reforma agrária. Hoje, o assentamento Águas Claras é ocupado por cerca de 100 famílias. Recentemente, moradores do assentamento foram contemplados com o programa federal Minha Casa Minha Vida-Rural, permitindo aos camponeses uma melhor qualidade de vida.

No mesmo assentamento, a camponesa Mariluce Auxiliadora de Campos, chegou a Corumbiara em 1983, onde morou durante 10 anos. Nesse período, sempre trabalhou de

meeira. Em 1988, conseguiu sua própria terra. Segundo ela, a propriedade foi permutada por uma outra no assentamento Águas Claras. Ao indagá-la sobre essa mudança, ela afirma que,

> A terra lá era boa, bem produtiva, mas não tinha comércio, tinha dificuldade de vender os produtos, diferente daqui. Aqui é melhor, devido às condições. Você colhe e vende nas feiras. Moro a cinco anos aqui produzo hortaliças e frutas e vendo por conta própria. Tem coisa que não produzo, como tomate, por exemplo, compro umas caixas dos produtores em outra localidade e vendo na feira. Assim que ganho meu dinheirinho (Mariluce, 2016).

A Sra. Mariluce, é uma das contempladas do programa Minha Casa Minha Vida-Rural. Se sente muito feliz e orgulhosa por receber esse presente, diz ela. Sobre a possibilidade de melhorar a produção e o aproveitamento da terra a fim de ampliar a renda familiar, ela conclui: precisava melhorar o preparo da terra (qualidade do solo), usar meios técnicos mais adequados, insumos agrícolas e assistência técnica.

No percurso da BR-174, que liga Vilhena a cidade de Juína, no Mato Grosso, observamos a dicotomia socioespacial entre a produção empresarial e o setor chacareiro local. A área de influência desse sistema de objeto, considerando 300 km para cada lado da rodovia, mostra a importância da pavimentação da BR-174 que propiciará o aproveitamento agrícola em mais 3,5 milhões de hectares em áreas de pastagem, totalizando na estimativa de produção 10,5 milhões de toneladas de soja e 3,9 milhões de toneladas de milho (Movimento Pro-Logística, 2017).

A figura 3 aponta o processo de verticalização da soja na BR-174 no espaço agrário de Vilhena. Empresas rurais produtoras de grãos forma grandes latifúndios às margens da rodovia.

Figura 3: Empresa rural produtora de grãos localizada as margens da BR-174 – Vilhena – RO.

Fonte: (Trabalho de Campo, 2016).
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Figura 4: Acampamento próximo ao Assentamento Águas Claras – trabalhadores rurais a espera de terras para reforma agrária.

Fonte: (Trabalho de Campo), Janeiro de 2016.
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida

Por si só, as figuras 3 e 4 demonstram as contradições da geografia agrária de Vilhena. A figura 3 representa a territorialização do capital com base na apropriação do espaço e na fixação dos sistemas de objetos da empresa rural produtora de grãos. Enquanto que na figura 4, a representatividade é marcada pela ocupação espacial, temporária, de trabalhadores rurais sem-terra à espera de assentamento definitivo, do seu espaço de subsistência.

Essas figuras evidenciam as divergências, os contrastes entre grupos sociais antagônicos. A luta pela terra torna-se também uma luta por um lugar que diverge com os processos constantes de mobilidade geográfica e identitária, dando novos significados ao local. Segundo Suer, "Os acampamentos e assentamentos são espaços de reinvenção da sociedade através das interações sociais das diferentes biografias na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania" (SUER, 2010, p.38).

Bastaria a consolidação dos produtores rurais sem-terra através de uma política de reforma agrária democrática e com justiça social, sobre a plataforma de uma política pública mais eficaz que permita a fixação dos camponeses em seus territórios para resolver parte dos problemas relacionados ao mundo agrário do Brasil, da Amazônia, de Rondônia.

Avaliando essas localidades podemos concluir o quão são desiguais as oportunidades de acesso e posse das terras pelos protagonistas rurais de Vilhena. As imagens acima nos dão a ideia das distintas territorialidades em um mesmo espaço: *a territorialidade do capital e a territorialidade camponesa*.

2.2 Só a terra não basta! onde estão as políticas públicas do campo?

A história da luta pela terra em nosso país tem início com a colonização portuguesa no ano 1500 e a resistência dos povos indígenas contra a dominação e pela defesa de seu território. Nos séculos seguintes, foram os negros africanos que se levantaram contra a escravidão dos senhores de terras, organizando os quilombos. Cinco séculos depois, os conflitos no campo não cessaram. Com o avanço avassalador do capitalismo neoliberal, o controle sobre os recursos naturais como água e terra, transformou esses elementos em fontes estratégicas de acumulação de capital. A valoração se dá, à medida que esses elementos são transformados em produtos mercadológicos. Um exemplo dessa ação estratégica do capital é classificado por Antônio Thomaz Júnior (2010) de *agrohidronegócio.* Além do agronegócio já estabelecido, é possível enfatizar um novo arranjo espacial capitalista em curso considerado relevante para a economia multiescalar, o *hidronegócio*, entendido por Helen Cássia Reinaldo (2012), como processo de apropriação da água para fins de acumulação capitalista. Para atender aos interesses dos atores hegemônicos do capital, o Estado passa a atuar como agente financiador e facilitador aos interesses do capital. Para exemplificar essa colocação, basta lembrar a oferta de dividendos oferecidos pelo governo através do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) que em parceria com capital privado, dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) construíram o complexo hidrelétrico do Rio Madeira (Hidrelétricas Santo Antônio e Jirau), para atender a demanda de consumo energético do Centro-Sul do país. Os efeitos contraditórios desses empreendimentos deixaram profundas marcas na geografia regional como os impactos socioeconômico-ambientais com danos imensuráveis. Uma dessas implicações resultou no processo de desapropriação ou desterritorialização dos povos que ocupavam áreas embargadas pelo projeto.

Ao se territorializar em seus espaços de produção, para permanecerem no campo, os camponeses necessitam de condições favoráveis a sua subsistência. Estas são viáveis a partir da aplicação de políticas públicas que conduz, de maneira positiva, a qualidade de vida dos produtores familiares. Políticas públicas significam o “Estado em ação” (HOFLING, 2001, p.32). Elas traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam dar materialidade aos direitos constitucionais.

Só a terra entregue nas mãos desses trabalhadores não é suficiente para seu sucesso, para sua permanência no campo. Ausência de política pública no campo é sinônimo de arrendamento, venda ou abandono da terra. Por isso, muitos colonos que receberam suas parcelas não se mantiveram na propriedade, diante das dificuldades estruturais encontradas na

localidade. Eram terras improdutivas, ou que não possuíam infraestrutura viável a fixação dos camponeses em seu território. Contudo, a inoperância governamental se eximindo das responsabilidades de incorporar ao pacote da colonização ajuda técnico-financeiro que fosse suficiente para manutenção dos camponeses no campo, reduzindo, com isso, o êxodo rural.

A nova forma de produção agropecuária introduzida ao estado passou a exigir alto investimento para dar funcionalidade a esse modelo econômico. Atualmente, os governos vêm atuando incisivamente com incentivos financeiros através de diversos programas direcionados ao campo, seja ao pequeno ou grade produtor. O Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (PROATER), desenvolvido pela EMATER-RO e SEAGRI, é um exemplo de assistência ofertada aos pequenos produtores rurais que estão inseridos no contexto das políticas públicas formuladas para o desenvolvimento sustentável do estado e tem como escopo diretrizes e objetivos emanados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária, Desenvolvimento e Regularização Fundiária – SEAGRI, indispensáveis para impulsionar e dinamizar a agricultura rondoniense. As ações dos projetos estão direcionadas para os agricultores familiares, cujas demandas, expressas por meio de suas organizações sociais (associações, sindicatos, conselhos, cooperativas), serviram de base e inspiração para a sua elaboração (EMATER, 2015). Entretanto, a materialização desse programa não contempla, satisfatoriamente, o produtor familiar. Esse e outros programas direcionados à produção familiar, como o PRONAF, limita-se a condições técnicas e financeiras, o que contribui para reduzir os investimentos na propriedade rural e, consequentemente, na qualidade de vida desse grupo social.

Esse programa foi concebido levando em consideração as características regionais, o desenvolvimento rural e de agricultura que podem assegurar uma produção qualificada de alimentos com foco no aumento de produtividade, agregação de valor aos produtos – via agroindustrialização, com menor impacto ambiental, com base em pressupostos de sustentabilidade, já que as principais dimensões desse programa são: econômica, social e ambiental.

Em Rondônia, os territórios que se agrupam no viés dessas características formam sete espaços distintos, socioeconômico e culturalmente, que se integram para alcançar os objetivos delineados pelo programa: Território da Cidadania Madeira-Mamoré; Território da Cidadania Vale do Jamari; Território da Cidadania Central; Território de Identidade Rio Machado; Território de Identidade Vale do Guaporé (OLIVEIRA; CAMPOS, 2013).

As pequenas propriedades rurais de Rondônia, em sua maioria, têm um perfil econômico correlacionado ao que cabe como objetivo do Programa de Assistência Técnica e

Extensão Rural (PROATER). São propriedades produtoras de grãos, frutas, hortaliças e da pecuária leiteira que abastece o setor agroindustrial que contribuem para a cadeia produtiva e comercial do Estado. Esse tipo de assistência é fundamental para que camponeses/produtor familiar possa utilizar da sua principal fonte de renda, a terra, de maneira mais produtiva.

Segundo os estudos da EMATER, os programas de apoio incluem: Crédito Rural, Programa Nacional de Financiamento da Agricultura Familiar (PRONAF), agroindústrias e Agroecologia. Atualmente, o PRONAF tem sido a salvação dos pequenos produtores rurais.

Em diálogo com camponeses de Vilhena, todos destacaram a importância do programa de financiamento destinado à produção camponesa. Com esse incentivo financeiro, muitos produtores repensaram seu sistema de produção, buscando novos meios de ampliar seus rendimentos. Um dos caminhos seguidos, inclusive com o apoio do PROATER, é a inclusão da pequena produção na formação de cooperativas, com apoio de sindicatos, visando fortalecer e agregar valor à produção.

O Plano Safra, que disponibilizou o valor do recurso para atender a demanda dos produtores estimou para 2014/2015 um montante de R$ 24,1 bilhões. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA, 2015), atualmente, o ativo do PRONAF é de R$ 56 bilhões, acumulando 3,5 milhões de contratos que beneficiam diretamente 2,6 milhões de famílias de agricultores. Essa linha de crédito está presente em mais de 5,4 mil municípios (98% do total). Destes, R$ 26 bilhões foram destinados ao PRONAF com o objetivo de estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar.

2.3 O setor chacareiro de Vilhena – um espaço de produção camponesa

A agricultura camponesa se destaca pela importante colaboração na economia do país. A maioria dos alimentos que os brasileiros consomem diariamente é produzida por esse grupo social. Dentro do processo produtivo do espaço agrário de Vilhena há o encontro de diferentes agentes da produção agropecuária. O setor agrário-agrícola desse município se apresenta como o dos mais dinâmicos do estado de Rondônia. Isso se deve ao modelo de produção implantado sobre o território onde se caracteriza, de forma distinta, um espaço moderno, tecnificado, responsável pela agricultura comercial, que se cristalizou na região com base na produção de *commodities* com finalidade de atender uma demanda multiescalar.

A ambiguidade do espaço rural de Vilhena se constitui à medida que o setor de produção camponesa se destaca na produção de alimentos que abastecem significativamente a economia local e regional. O setor chacareiro, constituído por pequenas propriedades rurais,

que variam entre dois e quatro hectares. Essas propriedades, devido à sua extensão territorial restrita, se especializaram em determinadas produções, exercendo papel de policultura. São proprietários que necessitam de apoio sistemático de financiamento para manutenção de suas atividades.

Em 2016/2017, a EMATER apresentou uma estimativa do levantamento da hortifruticultura no município de Vilhena. O quadro 5 mostra o perfil do potencial da produção agrícola familiar local. Segundo a instituição, 220 produtores camponeses são responsáveis pela totalidade da produção.

Quadro 5: Levantamento da hortifruticultura do município de Vilhena – 2016/2017

Nº de Ordem	**Produtos**	**Área cultivada (ha)**	**Nº de Produtores**	**Produção Anual**	**Obs**
01	Alface	10,0	25	800.000	Pés/Ano
02	Tomate	40,0	35	240	T/Ano
03	Abacaxi	20,0	12	1.000	T/Ano
04	Goiaba	5,0	05	35	T/ha
05	Citrus	20,0	15	120	T/ha
06	Mamão	5,0	06	100	T/Ano
07	Banana	2,5	05	50	T/Ano
08	Melancia	30,0	18	750	T/Ano
09	Chuchu	20,0	15	440	T/Ano
10	Pimentão	18,0	18	594	T/Ano
11	Repolho	5,0	10	100	T/ano
12	Folhas diversas	13,0	60	90.000	Maço/ha
13	Abobrinha	7,0	15	105	T/ha
14	Abóbora Seca	15,0	15	20	T/Ano
15	Jiló/Berinjela	8,0	15	176	T/Ano
16	Batata Doce	10,0	10	30	T/ha
17	Couve Flor	2,0	05	30	T/Ano
18	Mandioca	25,0	30	375	T/Ano
19	Pepino	5,0	12	200	T/Ano
20	Frutas diversas	10,0	25	120	T/Ano

Fonte: EMATER (Estimativa) – Vilhena, 2016/2017.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida

O quadro 5, destaca a potencialidade da produção familiar de Vilhena. A EMATER-RO é uma instituição parceira da agricultura camponesa que elabora e executa programas de apoio e ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e financiamento e crédito rural ao pequeno produtor camponês, com intuito de fomentar e fortalecer os pequenos estabelecimentos e inseri-los no sistema produtivo através do aumento e da diversificação da produção agropecuária na geração de renda, na melhoria de qualidade dos produtos, na sustentabilidade ambiental, na inclusão social das famílias rurais em programas de governo e na movimentação de capital, seja em caráter de subsistência ou de pequena escala comercial.

Apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores camponeses, a capacidade produtiva permanece visível no comércio interno do município. As feiras que ocorrem diariamente nos bairros da cidade demonstram que a agricultura familiar está ativa, apesar dos entraves relatados pelos produtores, seja pela carência de políticas públicas, seja por deficiência de assistência técnica que possa fortaleça e ampliar o caráter positivo da produção camponesa. O reflexo dessa estabilidade produtiva pode ser observado no conjunto da produção ofertada ao mercado interno. O complexo e diversificado setor produtivo da agricultura familiar de Vilhena se cristaliza diante de sua gama de produtos da hortifruticultura produzidos nas pequenas propriedades rurais, sobretudo, em áreas de assentamentos, como Águas Claras, localizado a cerca de 10 km da zona urbana de Vilhena, bem como no setor da Cooperfrutos e Aprovida.

Considerado como um setor estratégico, a hortifruticultura apresenta grande expressividade, pois abastece a economia local e regional fortalecendo a renda familiar. O grande destaque dessa variedade de produtos está na produção de hortaliças.

Em visita ao setor chacareiro de Vilhena (Cooperfrutos e Aprovida) conversamos com o Sr. Fabrício, produtor familiar local, residente há nove anos na sua propriedade, sua especialidade está na produção de tomate e pimentão. Todo trabalho é realizado pela própria família (quatro pessoas). Com uma área de aproximadamente dois hectares, possui 14 estufas onde são produzidos tomate e alface. A produção é destinada para o mercado de Cacoal e Pimenta Bueno. Segundo Fabrício, “a rede de mercados da cidade de Vilhena prefere importar os produtos de outras regiões, inclusive de São Paulo”, a comprar a produção local. A justificativa está na quantidade e no tempo da produção, uma vez que o cultivo não acompanha a demanda local, haja vista que a lavoura, em determinado período, não consegue abastecer a demanda local pela falta do produto (entressafra), o que possibilita os empresários recorrer ao mercado externo.

No que tange à produção de tomates, o Sr. Fabrício afirma que, em média, são colhidas cerca de 50 caixas de vinte quilos por estufa, o que corresponde a uma tonelada do produto por estufa. Essa quantidade varia conforme as condições climáticas. Entretanto, ele reclama do preço pago pelos atravessadores e da dificuldade de transportar a produção até local de consumo e dos gastos elevados com insumos aplicados na plantação.

Figura 5: Produção de alface e pimentão na propriedade do Sr. Fabrício: Alface produzida em sistema de estufa e pimentão, a céu aberto.

Fonte: Trabalho de campo, 2017.
Fotos: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

De acordo com a avaliação da Emater, a maioria dos produtores familiares trabalham com mais de um tipo de produto, o que é característico dessa modalidade de produção. Essa prática favorece ao aumento da renda familiar, pois a diversificação de culturas estabelece uma espécie de segurança o produtor, haja vista que a temporalidade de cada produto não permite uma estabilidade financeira à família. Portanto, diversificar o plantio significa, para os agricultores, mais sustentabilidade financeira.

A Cooperfrutos (Cooperativa dos Fruticultores de Vilhena), conhecida como setor chacareiro, está localizada à margem da BR-174, a cerca de 10 km do centro de Vilhena, é uma área constituída de pequenas propriedades rurais que têm, na hortifruticultura, sua base econômica. Essa região foi alvo de disputa territorial nos anos de 1980, foi cedida para o exército, que por sua vez, não exerceu a posse da área, resultando na ocupação por pequenos proprietários a partir de 1994. A ocupação se deu por incentivo de campanhas eleitorais com objetivo de dividir o espaço agrário em chácaras para famílias estabelecidas no local. A situação de insegurança jurídica dos produtores começou em 2005, quando o Exército exigiu a desocupação da área de 1.052 hectares, na gleba Iquê, setor Cooperfrutos, de sua jurisdição. O setor é ocupado por mais de 150 famílias. Sendo um dos maiores polos de produção de olericultura do estado. A produção da região é comercializada em Vilhena e exportada para estados vizinhos como Acre, Amazonas e Mato Grosso (FOLHA DE VILHENA, março, 2015 Texto: Dhiony Costa e Silva). A partir daí, as negociações foram proteladas entre as entidades envolvidas nessa disputa. Por todo esse período, os titulares da área ocupada não tiveram acesso ao título definitivo das terras reivindicadas, desde 2012. Hoje a região se transformou num polo hortifrutigranjeiro (Cooperfrutos e Aprovida) do município. A luta e

resistência dos camponeses dessa região pressionaram os órgãos públicos a negociar a área reivindicada. A Prefeitura e o Comando do Exército chegaram a um acordo que favoreceu aos chacareiros. Em março de 2015, o prefeito de Vilhena fez uma proposta de permuta ao Exército Brasileiro, em negociação pela região onde funciona o polo hortifrutigranjeiro e a documentação foi assinada em favor dos chacareiros. A partir da assinatura dessa documentação, os produtores terão a regularização de suas terras através do Programa Terra Legal (do INCRA) em parceria com a Prefeitura, e poderão ter mais segurança para trabalhar e investir em suas propriedades.

Em trabalho de campo na região, constatamos a diversidade da produção agrícola presente no polo produtivo. A produção de grama (ornamentar jardins, etc.), pecuária leiteira, mandioca, batata doce, produção de frutas e hortaliças, e outros. Essa região contrasta com as áreas de cultivos de soja e milho. Na figura 6, é visível a distinção do uso do território. De um lado a monocultura da soja que contrasta desigualmente com a pequena propriedade de uso familiar. A estrada é o símbolo da divisão espacial entre o modelo de produção agrícola comercial e agricultura de subsistência.

Figura 6: Divisa do setor chacareiro (Aprovida) com a propriedade produtora de soja.

Fonte: Trabalho de campo, Janeiro de 2016.
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Ao dialogar com um chacareiro da Aprovida, que reside na área há mais de quinze anos e que tem sua propriedade limitada pela monocultura de soja, constatamos relatos impressionantes. Ao questioná-lo sobre o manuseio de produtos químicos na produção de

grãos se afetaria a propriedade causando danos e prejuízos à saúde da família. O proprietário afirmou que sim. “Essa prática é comum e convivemos com isso sempre que se faz o plantio, até já acostumamos, algo normal”. Na ocasião, presenciei e registrei o momento em que estava sendo aplicado agrotóxico na produção.

Figura 7: Aplicação de agrotóxico numa propriedade rural que faz divisa com o setor chacareiro em Vilhena

Fonte: Trabalho de campo, 2016
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

A figura 7 demonstra a aplicação de agrotóxico sobre a produção de soja. O efeito da aplicação de produtos químicos reflete sobre no setor chacareiro. Ao aplicar agrotóxico sobre o plantio as correntes de ventos carregam parte desse produto para a propriedade vizinha resultando em danos ambientais e econômicos para os agricultores familiares do local.

O efeito dessa atividade para os pequenos produtores tem sido, em parte, de prejuízo tanto na produção quanto para a saúde. Ao aplicar agrotóxico nas grandes propriedades agrícolas, as correntes de ventos carregam resíduos desses venenos que atingem a produção chacareira levando a perda da produção e prejuízos econômicos. Em diálogo com o chacareiro José de Oliveira, ele explica que:

> Apesar da dificuldade prefere se manter na atividade leiteira, na criação de suínos, aves para produção de ovos a ter que substituir por algum tipo de agricultura. O vizinho perdeu metade da produção com o veneno que se espalhou da propriedade produtora de soja. Em outra propriedade, animais morreram intoxicados com agrotóxicos mais fortes, aplicados na produção de tomate nas chácaras vizinhas (José de Oliveira, 2016).

Apesar das variadas opções de atividade de subsistência, José de Oliveira admite que tem dificuldade em manter a criação de oito cabeças de gado leiteiro, principalmente no

período de estiagem. Conta que quando chegou à propriedade tinha vinte e três animais, e que tinha animal que chegava a dar quase vinte litros de leite por dia. Hoje, afirma:

> Gostaria de investir em pastagem, cerca e irrigação para ampliar a criação de onde tiro meu sustento. Com a falta de condições acaba reduzindo a produtividade do leite que cai para 15 litros. Se tivesse condições aumentaria em cinco vezes sua renda em ralação ao que ganha hoje e empregaria outra pessoa para ajudar nas tarefas. Para investir na propriedade precisa vender os bezerros. Agora estou tirando 22 litros de leite por dia, de duas vacas e entrego para produção de iogurte (José de Oliveira, 2016).

A partir desse depoimento é possível entender a dificuldade de acesso aos recursos para a melhoria das condições necessárias ao aumento da renda familiar do produtor rural. O acesso ao crédito rural através do PRONAF atende a uma demanda expressiva de produtores possibilitando melhorias na propriedade aumentando a possibilidade no aumento da renda familiar. Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil, e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem esses pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando o êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento da sociedade local.

O Brasil demorou a elaborar e executar políticas públicas no setor agrícola, principalmente para agricultura camponesa. Até o início da década de 1990, não existia nenhum programa destinado a esse grupo social. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, é o primeiro programa de política pública voltada aos agricultores familiares. É uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, dos agricultores familiares que até então era marginalizados em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Segundo a Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário - SAF/MDA (2015), a agricultura familiar nos municípios do Cone-Sul de Rondônia, se distingue conforme o número de estabelecimentos agrícolas e o pessoal ocupado na agricultura familiar. Dentre os sete municípios que compõem a região, Vilhena se destaca em quinto lugar no número de estabelecimentos rurais familiar. Os maiores indicadores dessas variáveis foram, respectivamente, Corumbiara e Colorado do Oeste. O quadro abaixo mostra as disparidades entre os municípios do Cone-Sul de Rondônia. Veja no quadro 6 os dados referentes à agricultura camponesa nos municípios do Cone-Sul.

Quadro 6: Dados da agricultura camponesa do Cone-Sul de Rondônia

Município	Nº de estabelecimentos da agricultura camponesa	Pessoal ocupado na agricultura camponesa	DAP* - Pessoa Física
Cabixi	842	2,165	825
Cerejeiras	851	2,649	740
Chupinguaia	523	1,666	1,191
Colorado do Oeste	1,350	4,065	1,188
Corumbiara	1,357	4,406	1,119
Pimenteiras do Oeste	197	658	285
Vilhena	726	1,753	1,330
Total	5,846	17,362	6,678

Fonte: SAF/MDA (jan/2015); IBGE, Censo Agropecuário (2006). *A Declaração de Aptidão ao Pronaf é a comprovação de enquadramento do agricultor como pequeno produtor. Organização: Autor

Com 1.357 estabelecimentos de propriedades camponesa, Corumbiara é o município de maior destaque nessa categoria, gerando emprego para cerca de 4.406 trabalhadores rurais. Mas é em Vilhena que se encontra o maior número de agricultores que se declara apto ao PRONAF. Vale ressaltar que 5.846 estabelecimentos camponeses constituem o espaço agrário-agrícola do Cone-Sul de Rondônia e são responsáveis pela geração de 17.362 empregos no campo.

Incentivados pelo crédito rural, os produtores familiar vêm obtendo sucesso em escala local. Entretanto, enfrentam problemas relacionados à produção como: a baixa capacidade produtiva do solo que necessita de aplicação de adubos para melhor desempenho da produtividade e, o acesso à água para irrigação, já que esse recurso só é possível através de poços artesianos. Esses fatores acabam limitando a produção familiar.

No que tange às aplicações de crédito do PRONAF, no período de janeiro a dezembro de 2016, o Banco da Amazônia liberou para contratos R$ 123 milhões em Rondônia. Nos últimos cinco anos, a Instituição realizou investimentos acima de R$ 690 milhões na agricultura camponesa no Estado. A aplicação desses recursos se destina às diversas modalidades econômicas ligadas à agropecuária como: investimentos em hortifrutigranjeiros, avicultura, suinocultura, ovinocultura, caprinocultura, agroindústrias, apicultura e piscicultura.

Segundo dados do Banco Central do Brasil, a participação do Banco da Amazônia no crédito de fomento, em Rondônia, é de 71,45% e conta com 14 agências de atendimento, que cobrem 100% dos municípios rondonienses (52 municípios). O fomento engloba as diversas especialidades da produção regional, desde produção familiar ao agronegócio.

Em janeiro de 2015, o Banco Central do Brasil divulgou o valor de 43,8 milhões do PRONAF destinados aos municípios do Cone-Sul de Rondônia (valores de 2013-2014). Desse montante, 4,3 milhões foram para os agricultores de Vilhena. Essa linha de crédito rural é considerada, pelos agricultores familiares, como mais importante empréstimo financeiro oferecido pelo governo federal, portanto, um importante condutor para o fortalecimento da produção familiar, uma vez que os recursos são investidos na propriedade a fim de garantir maior sustentabilidade econômica da família.

Outro dado significante, apontado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para o Cone-Sul de Rondônia, é o processo de andamento da Reforma Agrária Regional. Segundo dados do DEA/INCRA (2015), 385.162,00 hectares de terras foram destinados à política de reforma agrária. Cerca de 2.203 famílias foram contempladas com sua parcela. Em toda região do Cone-Sul somam-se 15 projetos de reforma agrária dos quais dois estão localizados em Vilhena, que abarcou 22.158,00 hectares de terras para um total de 467 famílias assentadas. A maior parte das terras distribuídas pelo INCRA foi para o município de Colorado do Oeste, totalizando 293.580,00 hectares, contemplando 50 famílias (MDA, 2015).

Em trabalho de campo realizado no trecho da rodovia federal BR-435 que liga a cidade de Vilhena a Colorado do Oeste e Cerejeiras (cidades do Cone-Sul de Rondônia). A 10 km da BR-364, encontramos um grupo de produtores de tomate que utilizam estufas como sistema de produção.

Em diálogo com o proprietário, o Sr. Carlos Andrade de Oliveira, sobre sua trajetória de vida, ele falou das dificuldades que passou junto com a família de seis pessoas. Nascido em Minas Gerais, com baixo grau de escolaridade, mas que tem na terra uma sabedoria tradicional de quem conhece as entranhas de cada etapa de desenvolvimento agrícola. Uma trajetória na busca de terras para sobreviver em um sistema cada vez mais perverso para com aqueles que almejam seu pedaço de chão. Saindo de Minas Gerais, tentou se estabelecer no Paraná, onde trabalhou para fazendeiros como meeiro. Não satisfeito com a exploração do trabalho, tentou conquistar seu pedaço de terra no Paraguai, mais uma vez teve o sonho frustrado. De lá, seguiu para Rondônia, onde atualmente é proprietário de três hectares de terras usadas na produção de tomate, que abastece o mercado de consumo da cidade de Vilhena e para produção de subsistência da família.

Ao indagá-lo sobre o aproveitamento e uso da terra com base na produção agrícola ele comenta:

> Como a área é pequena (3 hectares) consigo produzir pouco, mas procuro produzir pra o consumo familiar e para o comércio. O tomate é para ser vendido em Vilhena. Já a mandioca, o milho, a couve, o jiló e o quiabo são produzidos para consumo e às

> vezes divido com os vizinhos para não se perder. O dinheiro do PRONAF (17 mil) me ajudou muito, consegui montar uma estufa e agora já estou fazendo outra para meu filho, para ele ter uma renda também (Carlos Andrade de Oliveira, 2016).

Ao ter sua propriedade e outras vizinhas praticamente "ilhadas" por monocultura de soja, indaguei sobre a convivência com esse modelo econômico, a resposta foi:

> Esse tipo de produção acaba com tudo. Já cheguei a perder minha produção aqui por causa do veneno que eles passam. Não só eu, mas vários vizinhos tivemos prejuízos. Reclamamos bastante sobre isso, até no Sindicato fomos procurar ajuda pra ver o que podia fazer. O caso foi parar até na justiça. Hoje o problema diminuiu muito. A gente usa veneno na produção de tomate, mas é pouco, senão consegue produzir nada. Tem muita praga que ataca a plantação (Carlos Andrade de Oliveira, 2016).

Na propriedade vizinha, pertencente ao Sr. Valdemar Moreira Neves, o sistema de produção é semelhante, mas que nem sempre foi assim. No começo, trabalhava com produção de maracujá e urucum. Hoje é um dos produtores de tomate da região. Veio do interior de São Paulo para Rondônia, conseguiu a terra no sistema de reforma agrária, mas paga uma taxa mensal pela aquisição da propriedade. Em conversa com Sr. Valdemar perguntei se já teve acesso ao PRONAF e se acha importante essa política pública para a produção familiar. A resposta foi:

> Sim. Já peguei duas vezes. Peguei a primeira vez, já paguei, agora peguei de novo só vou começar a pagar em 2018. A gente pode investir em cima da propriedade e ter um retorno maior. Têm muitas pessoas que pegam e não sabem investir. Compra um carro velho, uma moto velha, aí não sabe produzir na terra pra tirar aquele dinheiro pra ele pagar. Quando comecei a plantar tomate era um dos produtores mais 'fraco' da região. Hoje, tenho onze estufas de 72 metros onde são plantados cerca de 17 mil pés de tomates. Isso graças ao Pronaf que me ajudou muito (Valdemar Moreira Neves, 2016).

Indagado sobre a pulverização do agrotóxico lançado nas grandes fazendas, Valdemar confirma a perda da produção proveniente dessa prática. Durante sua fala, constatei outro problema com base na comercialização da produção representado na figura do atravessador, responsável pela depreciação da renda da família. Em suas palavras ele afirma:

> O atravessador ainda nos mata aqui, hoje a mercadoria chega ao mercado mais cara, ele quer pagar pela metade aqui. Nós não temos meio de transporte que leve a mercadoria direto para o mercado. Até o próprio mercado judia da gente, se eu chegar hoje no mercado em Vilhena com meu produto, eles não pegam (compram), eles preferem pegar do atravessador, ele é comprador nunca vai faltar no mercado, como sou produtor vai deixar faltar no mercado, aí a gente fica na mão dos atravessadores por causa disso, e a nossa renda cai muito (Valdemar Moreira Neves, 2016).

O perfil da produção-comercialização praticada no processo produtivo de caráter camponês sempre esteve atrelado a uma exploração econômica hostil, entre o sujeito que produz e o que compra sua produção. Sem alternativa o produtor rural não tem outra opção senão entregar sua produção ao capital comercial. O quadro social do campo, representado

pela redução da renda familiar e, pelo aumento da pobreza, está intrinsicamente ligado, entre outros, a esse sistema de exploração do trabalhador rural.

Em Vilhena, a regionalização do agronegócio se manifesta de forma dominante e excludente, restringindo o espaço do campesinato, da produção familiar. É um território de disputa, de conflitos. Estudos da Geografia Agrária do município nos revela a diversidade de objetos socioeconômicos incorporados ao espaço agrário que condiciona à região ao desenvolvimento econômico regional. O campo constitui um espaço socialmente produzido dentro da lógica do contraditório, no qual os diversos territórios explicitam as dialéticas que movem as transformações no agro regional. A expansão do agronegócio da soja em Rondônia empiricamente expressa a lógica do capital no espaço agrário amazônico (RIBEIRO *et all*, 2015).

Essa adversidade existente no espaço agrário de Vilhena eleva o grau de conflitos violentos no campo e a possibilidade da migração rural-urbana que produz o fenômeno da urbanização, resultado do processo de desterritorialização dos territórios não capitalistas, das comunidades camponesas/familiar, ribeirinhos e indígenas ou subordinação dos territórios destes ao monopólio do capital.

2.4 As diferentes territorialidades e o uso do espaço agrário de Vilhena

O território, além de ser entendido como um recorte espacial de relação de poder econômico, político e cultural, passou a ser sinônimo de conflito. A disputa por territórios no Brasil aumentou com o advento dos movimentos sociais no campo na luta pela terra. Segundo Fernandes (2013), a questão agrária está intrinsicamente ligada ao movimento do conjunto de problemas relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção. O latifúndio tem sido um dos principais pilares de afirmação e reprodução do padrão de poder que vem comandando o processo de acumulação de riqueza.

No Brasil, o sistema político não conseguiu quebrar as amarras da concentração fundiária, pelo contrário, na atual estrutura agrária brasileira, encontramos disparidades gritantes. Essa latência é observada no quadro 7 da desigualdade da concentração e no monopólio da terra a partir dos dados representado pelo Coeficiente de Gini no Brasil e, sobretudo na Amazônia Legal.

Quadro 7: Índice de Gini da concentração de terras em Unidades da Federação.

Estado/ Índice de Gini	1985	1995	2006
Brasil	0,857	0,856	0,872
Rondônia	0,655	0,765	0,717
Acre	0,619	0,717	0,716
Amazonas	0,819	0,808	0,837
Roraima	0,751	0,813	0,664
Pará	0,827	0,814	0,822
Amapá	0,864	0,835	0,852
Tocantins	0,714	0,726	0,792
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Mato Grosso	0,909	0,87	0,865

Fonte: BRASIL – 2009. Resultados preliminares do censo agropecuário de 2006, Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Os dados do Coeficiente Gini do Brasil e da Amazônia Legal revelam a evolução do processo desigualdade no que tange à concentração de terras no país. Durante a década de 1990, a projeção real desse indicador nos mostra o elevado grau de centralização e monopólio constituído por latifúndio que se alastra velozmente no território nacional.

Em Rondônia, o coeficiente que mede a desigualdade na concentração fundiária apresentou crescimento significativo. O dado de 1985 mostra um coeficiente de 0,655. Esse número se amplia para 0,717 em 2006. Portanto, o censo agropecuário de 2006, vem confirmar o aumento da concentração fundiária no estado oriundo da incorporação de pequenas propriedades rurais aos latifúndios em formação ou já existentes.

Dados do IBGE (2010) revelam o índice de Gini do Cone-Sul de Rondônia, região produtora de *commodities*. De acordo com as informações, a região apresenta baixo Índice de Gini se comparada com média do estado de 2006. O quadro 8 indica uma evolução na redução da concentração de terras no Sul de Rondônia. Apenas o município de Pimenteiras do Oeste teve um aumento no índice de Gini na região.

Quadro 8: Dados do Índice de Gini dos municípios do Cone-Sul de Rondônia

Munícipio	Índice de Gini	
	2000	2010
Cabixi	0.58	0.51
Cerejeiras	0.69	0.50
Chupinguaia	0.55	0.47
Colorado do Oeste	0.57	0.49
Corumbiara	0.55	0.48
Pimenteiras do Oeste	0.44	0.49
Vilhena	0.57	0.50

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (2000); IBGE, Censo Demográfico (2010).
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Os números revelam dados importantes quanto à concentração de terras na região. Dos municípios analisados cabe destacar a redução quantitativa de Cerejeiras, que passou de 0,69, no ano de 2000, para uma cifra de 0,50 em 2010. Essa queda expressiva ressalta a importância da reforma agrária na região, fruto da luta dos movimentos sociais dos trabalhadores rurais sem-terra. É importante lembrar que o índice de Gini é utilizado para medir o grau de concentração de um atributo (renda, terra, etc.). A mensuração é dada no intervalo de 0 a 1, quanto maior for a concentração, mais próximo o índice estará de 1.

O Brasil rural convive com pontos extremos. Além da riqueza e da pobreza que se delineia no espaço agrário nacional, cresce de forma exponencial a desigualdade representada pelo monopólio da terra dominada pela burguesia rural do país, concomitantemente, um elevado grupo social (sem-terra) cresce em busca da conquista de seu espaço no campo. Seguindo essa lógica de dominação e apropriação do território, o espaço agrário se transforma em verdadeiras "arenas de conflitos". Assiste-se, atualmente, no espaço rural do país, à implementação de políticas de "*reorganização de espaços e territórios*". Essa reorganização é produto do efeito da ação dos agentes que conduzem essa dinâmica socioespacial vigente no país. A ação do Estado em consórcio com agentes do capital privado define o espaço conforme seus objetivos/interesses. É dessa fragmentação produzida pelo viés do capitalismo que se corporificou, no rural do país, uma massa de excluídos e desterritorializados. Pode-se afirmar que os povos e comunidades tradicionais do Brasil, em especial da Amazônia, encontram-se oprimidos entre a inocuidade das políticas de "proteção" – que não lograram êxito na regularização fundiária.

Em Rondônia, os conflitos agrários se aceleraram significativamente, nas últimas décadas. A concentração de terras se alargou com a expansão do agronegócio no sul do estado se transformando no principal fator da espoliação do capital produzindo o efeito da desterritorialização camponesa e a consequente valorização das terras.

A partir dessa conflitualidade que se instalou no campo, cresceu a forma de organização social na luta para se assentar na terra. O fortalecimento dos grupos sociais no campo se desenha na órbita dos movimentos sociais que lutam em prol da fixação dos camponeses na terra, ou seja, a luta pela reforma agrária se amplia à medida que aumenta o número de camponeses desterritorializados no estado, aumentando a pressão para transformar terras ociosas, sem função social, em espaços de vivência camponesa.

Conforme Oliveira (2007, p.67-68), "A Reforma Agrária aparece na história, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países". Ela implica no

processo de reorganização do espaço, à medida que a estrutura agrária nacional/regional/local sofre alterações. Portanto, o sentido da concepção da reforma agrária nos emite a ideia de renovação da estrutura fundiária vigente, uma vez que ocorre a fragmentação espacial de territórios preexistentes, efetivando um novo espaço constituído de novas formas de conteúdos socioeconômicos, sobretudo, no aumento do número das pequenas propriedades que se configura desse processo.

Graças a organização social, a luta no campo e a reforma agrária, terras sem função social (improdutivas) se transformam em áreas prósperas, produtivas. Atualmente, o principal palco desses acontecimentos conflitantes ocorre na Amazônia, reduto de terras agrícolas a serem exploradas no país. Por se tornar área estratégica aos olhos do poder público e do capital, a região passou a ser território de disputas socioeconômicas entre os grupos tradicionais da floresta e os agentes hegemônicos do capital. Esses acontecimentos fizeram nascer uma representatividade sindical bastante notória na Amazônia, que passou a reivindicar os direitos de posse e acesso à terra via reforma agrária.

A luta nos campos do Brasil é histórica, resulta das desigualdades produzidas entre os que concentram e os que não possuem terras. Parte desses conflitos, deriva das tentativas de organização dos camponeses e trabalhadores assalariados rurais em busca de conquistar seu espaço. Assim, o final da década de 1940, os anos 1950 e o início da década de 1960 foram marcados por este processo de organização, reivindicação e luta no agrário brasileiro. No Nordeste, esse processo ficou marcado com a criação das “Ligas Camponesas”, cuja luta pela terra e contra a exploração do trabalho marcou significativamente sua ação (OLIVEIRA, 2007).

Numa luta de classe onde os interesses se divergem, os sujeitos sociais estão preocupados em assegurar seus direitos, mesmo que esses signifiquem um enfrentamento à estrutura hegemônica do capital. A luta de classe se constitui a partir dos novos personagens que se organizam em lados opostos na disputa por territórios produtivos. Os conflitos agrários existentes no Brasil são consequências de uma situação histórica que as políticas públicas não foram capazes de reverter e que os agentes envolvidos nesse processo continuarão a saga pela posse da terra, pois o atual sistema político brasileiro dificulta a execução da reforma agrária no país. Portanto, o sonho ao acesso à terra se distancia, sobretudo pela representação política de grandes latifundiários no Congresso Nacional e no Senado Federal.

Foi, portanto, na década de 1990, que as lutas pela reforma agrária no Brasil aprofundaram-se, e o Estado teve que responder com políticas públicas de assentamentos fundiários, a fim de reduzir os conflitos no campo.

Esse modelo de estrutura agrária transformou Rondônia em palco de inúmeros conflitos violentos pela posse da terra envolvendo fazendeiros e camponeses pobres sem terra. Foram registrados 19 conflitos agrários no Estado, sendo que destes, oito foram em 1980 e onze conflitos no ano de 1981. A maioria com vítimas fatais, principalmente por parte de camponeses, indígenas e lideranças sindicais (MARTINS, 2009). Nenhum desses conflitos foi tão emblemático e atípico quanto o *"Massacre de Corumbiara"*, ocorrido em 14 de julho de 1995, na Fazenda Santa Elina, sem dúvida, o mais violento em território rondoniense e que ficou à sombra da impunidade até a presente data.

Em Rondônia, a luta pela posse da terra passou a ser uma questão de estratégia econômica principalmente a partir da década de 1980, quando eclode a expansão do setor agropecuário. Esse setor necessita de demanda espacial cada vez maior para abastecer um mercado em pleno crescimento numa escala espaço-tempo cada vez mais dinâmica e acelerada, principalmente pelo destaque econômico que representa o PIB rondoniense, que cresce em função da produção de *commodities*.

Sem dúvida, a crescente investida dos camponeses do Brasil e de outras nações na América, Ásia e África se consolida com criação da Via Campesina em 1993. Essa organização social trabalha em prol de estabelecer e fortalecer os camponeses como agentes produtores de alimentos propondo um modelo alternativo de agricultura baseado na soberania alimentar a luta pela reforma agrária. Conforme explica Desmarais (2007):

> Através dessas ações a organização auxiliou a focalizar deliberações agrícolas internacionais sobre temas como: reforma agrária; organismos geneticamente modificados e o controle e propriedade sobre sementes; práticas agrícolas sustentáveis; direitos humanos e igualdade de gêneros no campo e; a relação entre comércio internacional e insegurança alimentar (DESMARAIS, 2007, p.169).

A Via Campesina é hoje a maior e mais importante organização de movimentos sociais agrários do mundo, pois para essa instituição evocar o significado de "camponês" talvez seja, uma das mais importantes de suas realizações. Além, é claro, da reforma agrária (DESMARAIS, 2007, p.169).

Dados do INCRA (2015) indicam que existe no Brasil 9.255 Projetos de Assentamentos (PAs), sendo que a maioria deles concentra-se nas regiões Norte e Nordeste do país, somando 6.394 PAs (69,08%) que beneficiam 751.716 famílias (77%).

Quadro 9: Dados de PAs no Brasil (número, área e famílias beneficiárias)

Região	PAs Nº	Área (ha)	Famílias	% de Famílias
CO	1.118	7.873.445	134.201	14%
NE	4.260	10.763.479	323.518	33%
N	2.134	67.235.328	428.198	44%
SE	849	1.618.905	47.311	5%
S	830	825.366	36.463	4%
TOTAL	9.255	88.316.523	969.691	100%

Fonte: INCRA, 2015.
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Nas regiões de maior concentração de Projetos de Assentamentos (Norte e Nordeste), a carência de estrutura básica é uma realidade. De acordo com o INCRA, parte dos assentamentos não dispõe de rede de energia elétrica; de infraestrutura necessária ao escoamento da produção; não possui rede de abastecimento de água potável, o que inviabiliza as boas práticas sanitárias; não há condições adequadas de acondicionamento dos produtos; entre outros problemas (INCRA, PRONERA, 2015).

Dados da reforma agrária referentes aos municípios do Cone-Sul de Rondônia, com base nas informações do INCRA, demonstram o perfil da realidade relacionada a fatores como o número de famílias assentadas nos projetos de reforma agrária, quantidades de projetos estabelecidos e área reformada.

Quadro 10: Perfil da reforma agrária nos municípios do Cone-Sul de Rondônia

Munícipio	Nº de famílias assentadas – Reforma Agrária	Nº de Projetos – Reforma Agrária	Área Reformada – em hectares
Cabixi	159	1	7,639.00
Cerejeiras	0	0	0,00
Chupinguaia	874	6	32,438.00
Colorado do Oeste	50	1	293,580.00
Corumbiara	653	5	29,347.00
Pimenteiras do Oeste	0	0	0,00
Vilhena	467	2	22,158.00
TOTAL	2.203	15	385,162.00

Fonte: DEA/INCRA (jan/2015).
Organização: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

De acordo com as informações do DEA/INCRA, 2.203 famílias foram assentadas em quinze projetos de assentamentos presentes no Cone-Sul de Rondônia. Os dados indicam que os municípios de Chupinguaia e Corumbiara foram os mais beneficiados no conjunto da região. Nos dois municípios, foram assentadas 1.527 famílias em onze projetos de reforma agrária instalados na região, totalizando uma área de 61.785,00 hectares. Em Vilhena, apenas

dois projetos se concretizaram para fins de reforma agrária, abrangendo 22,158.00 hectares, contemplando 467 famílias.

Entretanto, a simples distribuição de terras não é por si só, o fator de estabilidade e permanência dos camponeses no campo. Conforme explica Leite e Ávila (2007), a redistribuição fundiária deve seguir-se política de apoio aos assentados, como a criação de infraestrutura e de serviços, créditos para produção, assistência técnica, dentre outros mecanismos. Essas medidas adicionais são fundamentais, mas, nem sempre são implementadas, impedindo que a reforma agrária resulte efetivamente em justiça social. O acesso à terra representa a possibilidade da construção de identidade e cidadania no meio rural. Pensar o desenvolvimento territorial dos assentamentos implica contemplar diversas ações conjuntas capazes de promover autonomia das famílias assentadas, envolvendo as dimensões: social, ambiental, ecológica, econômica, cultural e de gênero.

O Censo Demográfico de 2006 destaca o contraste estabelecido no espaço rural de Rondônia entre o sistema de produção camponesa e a agricultura patronal capitalista. Seguindo essa lógica, os indicadores demonstram a importância da agricultura familiar na economia agrícola do estado, como explica Silva (2016) ao afirmar que esta modalidade de produção (agricultura familiar) não está limitada apenas à produção agrícola em si, sua dinâmica dá ênfase a uma regionalização da produção ao produzir fluxos comerciais que alimentam o funcionamento das agroindústrias com mercados em escalas regional e nacional, sobretudo, as agroindústrias de leite, de frutas e carnes.

Com base nos estudos de Silva (2016), ao analisar dados do (IBGE, 2006; Rondônia, 2013) relacionados à produção agrícola camponesa em Rondônia, temos:

- Os estabelecimentos agropecuários da agricultura camponesa representam 75.251 unidades, o que corresponde a 86% dos imóveis rurais do Estado, e ocupam 40% da área total.
- São responsáveis por 84% do pessoal ocupado no meio rural, e 74% do valor bruto da produção agropecuária de Rondônia.
- A agricultura camponesa responde por 93% da produção de feijão, 92% de mandioca, 90% do café, 82% do leite, 82% dos suínos e 65% da produção de aves no Estado.

Os dados mostram a representatividade e o potencial da agricultura camponesa em Rondônia. Além da diversidade da produção de alimentos, responde por 84% da população economicamente ativa no meio rural.

Em Vilhena, é evidente a forte pressão dos movimentos sociais no campo objetivando a política de reforma agrária. A situação dos camponeses nesse município está condicionada aos interesses políticos e econômicos de grupos hegemônicos em aliança com o governo que patrocina a política de expansão do agronegócio na região.

Conforme Sauer (2010), "O acesso à terra significa liberdade a qualquer tipo de exploração, a libertação da "sujeição" ao patrão. A questão central da luta pela terra não é a propriedade privada da terra, mas a busca do direito ao trabalho" (SAUER, 2010, p.52).

É a partir dessa perspectiva que Silva (2016) comenta sobre a estrutura fundiária de Rondônia, em especial o espaço do campesinato que passa por transformações peculiares na atual conjuntura socioeconômica do estado:

> A situação nos leva a inferir na análise que depois de um amplo processo de redistribuição de terras e formação de inúmeros assentamentos, o que instituiu uma particularidade geográfica com expressiva força econômica e social do campesinato em Rondônia, o espaço do campesinato encontra desafios estruturais, principalmente econômicos e territoriais, para manter seu conteúdo social e geográfico (SILVA, 2016, p.346)

A atual situação do campo de Rondônia, marcado por contradições e conflitos, sinaliza um futuro ainda mais incisivo no que tange o processo de territorialização e desterritorialização dos sujeitos em ação sobre o território em uso. Daí o surgimento e fortalecimento dos movimentos sociais que passaram a reivindicar uma política de reforma agrária com justiça social. Seguindo essa lógica, Sauer explica que (2010) os espaços de organização camponesa que caracteriza os acampamentos e assentamentos como espaços de reinvenção da sociedade através das interações sociais na busca de um lugar de vida, trabalho e cidadania.

No Brasil, segundo Ianni (2004), "a democracia nunca chegou ao campo, nem como promessa. O pouco que se fez, em favor da democracia, foi e continua a ser o resultado das lutas de camponeses, operários rurais e índios" (IANNI, 2004, p.135).

Regionalizando o estudo dos conflitos agrários no Brasil, a Amazônia Legal é, atualmente, uma *região plural* a esse respeito por ser um território de relevância geoestratégica e de grande reserva de espaço disponível do país, considerada como a última fronteira de migração e de expansão (THÉRY, 2005).

Para Martin Coy (1988), A motivação mais importante que leva à fixação em Rondônia é a disponibilidade e abundância de terras novas na "fronteira", reforçada pelo fato de um grande número de migrantes fazer parte da classe dos "sem-terra" e constituir um espaço agrário menos desigual e concentrado, haja vista que os lotes, em sua maioria, foram

recortados em tamanhos iguais, como o que aconteceu com o PIC-Ouro Preto em que as parcelas eram de 100 ha cada.

O sul de Rondônia recebeu, no final dos anos 70 e início dos 80, consecutivas ondas de migrantes vindos principalmente do Paraná, Espírito Santo e Minas Gerais em busca de terra. Vão se estabelecer em Vilhena, Colorado, Cerejeiras, Cabixi, Chupinguaia e Corumbiara, áreas de concentração fundiária, oriunda da colonização estabelecida na região, que diferentemente, do projeto de colonização das demais regiões do estado predominou a estrutura fundiária de caráter privado.

A luta pela terra no Brasil e, especialmente em Rondônia, se fortaleceu com a origem de movimentos sociais em prol da terra. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), o MCC (Movimento Camponês Corumbiara) e a LCP (Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia e da Amazônia Ocidental), sendo os dois últimos criados após o conflito de Santa Elina (Corumbiara), conhecido como o Massacre de Corumbiara.

Em conversa com um dos integrantes da Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia (LCP), o Sr. Pelé, que estava acampado com mais 20 famílias numa propriedade próximo ao Assentamento Águas Claras em Vilhena falou da dificuldade de enfrentamento pela posse da terra, pela reforma agrária.

Questionado sobre sua trajetoria de luta, juntamnte com seus integrantes ele afirma:

> A gente vem lutando pelo pedaço de terra, não é só a região de Vilhena, estamos aqui acampados esperando pelo Incra, programa Terra Legal. Durante muito tempo, esperamos por uma verdedeira reforma agrária, se tivesse uma reforma agrária verdadeira não precisava ninguém esta num barraco de lona esperando por aí, por isso o povo ocupa as áreas, luta para que o Incra desaproprie as áreas da União para reforma agrária (Pelé, 2016).

Essa é uma questão crucial no Brasil. A difícil arte de fazer reforma agrária. Não há no campo brasileiro uma política de reestruturação fundiária justa, que assegure o direito dos camponeses no campo, tanto para os que estão assentados em suas parcelas, quanto para os que lutam pelo seu chão. Em Vilhena, algo mais agravante que exerce forte pressão sobre a não realização de projeto de reforma agrária está na expansão do agronegócio que se apropriou de grandes extensões de terras deixando praticamente ‘ilhadas’ as pequenas propriedades camponesas.

Para Pelé, a maior dificuldade para consolidar o assentamento das famílias é a justiça.

> Estávamos no acampamento Rancho Alegre I com cerca de 30 famílias, que tomaram o lote 43, na Gleba Corumbiara, em Chupinguaia (Rondônia) com o apoio da LCP – Liga dos Camponeses Pobres, quando a justiça pediu a reintegração de posse, sendo que essa área, segundo, Pelé, é terra da União está dentro do Programa Terra Legal, mas que o juiz não dá posse para o INCRA fazer a reforma agrária, diz

> ele. Estamos instalados há um ano nesse local e gostaríamos de sair daqui direto pra nossa terra, mesmo que seja sem documento, mas queremos esta no nosso chão, que nos dê garantia e condições de produzir (Pelé, 2016).

Com base na sua experiência de luta pela terra, questionamos o Sr. Pelé sobre as condições em que se encontram os assentamentos já consolidados bem como, sobre o avanço do agronegócio no Cone-Sul de Rondônia e o monopólio da terra. Sua conclusão foi:

> Hoje nós temos vários assentamentos em Rondônia que não tem nem estrada boa pra escoar a produção, não tem escola para os filhos do agricultor e também crédito rural. Eles exigem um monte de burocracia dificultando o acesso ao crédito para os camponeses. A nossa maior preocupação é produzir alimento, mas o governo investe mais na produção de soja e se esquece de investir na família agrícola que produz feijão, arroz, o milho, ovos e outros. A expansão do agronegócio aumenta a dificuldade de luta e conquista de terras. O agronegócio não gera emprego como a nossa agricultura que sustenta a família, ele só concentra terras nas mãos de poucos (Pelé, 2016).

O Cone-Sul, é uma região de conflito e contradições socioeconômicas. Foi com a expansão do agronegócio que ampliou a disputa pelas terras na região. Essa pluralidade socioeconômica sobreposta ao território é explicada por Haesbaert (2005) como conjunto justaposto de diversos territórios compreendidos no seu interior, outra, a partir do "território plural" como conjunto superposto de vários territórios (ou territorialidades) cuja abrangência pode ir bem além dos seus limites. Cabe aos agentes públicos, privados e aos movimentos sociais organizados definir a estrutura espacial que se delineará para Rondônia. É fato que o poder do Estado em conjunto com os agentes do capital tem (re)desenhado uma nova estrutura agrária alicerçado na concentração de terras , exclusão social e na desterritorialização de grupos sociais no campo.

Os movimentos sociais no campo fizeram nascer o espirito de luta e resistência em prol do acesso à terra com base na reforma agrária. Em diálogo com a representante do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Vilhena e Chupinguaia, Eliane Ritter, (fundado em 1987). Em nosso diálogo podemos compreender a perspectiva de luta, as reinvindicações e anseios dos trabalhadores rurais com base na melhoria das condições de vida dos assentados e dos que ainda lutam pela posse da terra.

Perguntamos sobre os objetivos, reivindicações e ações da entidade junto aos trabalhadores rurais do Município de Vilhena. Para Eliane Ritter, o objetivo do sindicato é dar suporte e assistência a todos os trabalhadores e trabalhadoras (assentados, acampados, posseiros e meeiros) visando fortalecer a categoria em prol de melhores condições de vida e trabalho. "Hoje temos aproximadamente 1.200 sócios ativos que compõe o quadro do

Sindicato, isso representa uma enorme diversidade". A área de ação do sindicato não atende apenas Vilhena, nossas ações atende também o município de Chupinguaia.

Ao indagá-la sobre as reivindicações e as políticas púbicas que atenda a demanda da categoria ela afirma que:

> A maior é a regularização fundiária, isso tem produzido vários casos de conflitos agrários na região, a instabilidade do agricultor em que tange o acesso ao crédito rural, pois muitos não podem ter acesso por não possuir a documentação exigida, estamos trabalhando no programa de habitação rural que é bastante procurado. Hoje estão sendo desenvolvidos dois projetos de Habitação Rural em áreas de assentamentos em Vilhena, no assentamento Águas Claras, onde estão sendo concluídas 27 unidades residencias (minha casa minha vida) e outro no município de Chupinguaia, na antiga fazenda Santa Elina (onde ocorreu o massacre de Corumbiara) e no assentamento Maranatan. Hoje a antiga fazenda Santa Ellina foi dividida em vários assentamentos entre os municípios de Chupinguaia e Corumbiara, onde estão sendo construídas 29 unidades residenciais. Outra questão é a falta de energia no assentamento, estamos lutando para conseguirmos levar energia para o assentamento Maranatan através do Programa Luz Para Todos para dar melhor condição aos trabalhadores rurais, ainda temos o problema da acessibilidade pelas vias de estradas que são muito precárias, principalmente na época das chuvas, dificultando o escoamento da produção (Eliane Ritter, 2016, Entrevista).

Ela também destaca a importância do PNAE (Programa Nacional da Alimentação na Escola) esse programa contribui para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem, o rendimento escolar dos estudantes e a formação de hábito alimentar saudável, por meio da oferta da alimentação escolar e de ações da educação alimentar e nutricional. Além, é claro, de aumentar a renda da produção camponesa/familiar que abastece as escolas com seus produtos de excelência.

Questionada sobre o PRONAF ela comenta a importância desse programa para a manutenção dos trabalhadores rurais em suas terras e afirma: "O Pronaf é muito favorável para economia dos pequenos produtores. Ajuda bastante na valorização da produção familiar gerando mais renda".

Para Eliane Ritter, outro ponto importante foi a expansão das escolas técnicas do governo Lula e Dilma que deram condições para os filhos dos produtores se qualificarem sem precisar sair do campo. Além dessas benfeitorias, podemos destacar o valor do Sistema de Cooperativismo, que segundo ela, valoriza o trabalho e a produção familiar.

> Trabalhamos com o Cooperativismo de Produção e Crédito: para ampliar a produção e a renda do produtor e mais qualidade. Temos a cooperativa do leite, estamos implantando a de frango e de farinha, tem a cooperativa do mel, mas no geral, é difícil implantar cooperativas pelas divergências entre os agricultores. E temos o Projeto Técnico Social – nesse o produtor tem que ter uma área de pelo menos 50 por 50 para fazer sua horta e outras culturas para sua subsistência, esse projeto é casado com o da habitação rural, isso evita o produtor comprar esses produtos no mercado (Eliane Ritter, 2016).

Os assentamentos de Vilhena, Águas Claras e de Nova Conquista, apresentam problemas estruturais. No assentamento Nova Conquista, encontramos questões não resolvidas como acesso ao título da terra. Sobre esse problema ela explica: “Nós temos entre 80 e 90% das nossas áreas que não são documentadas, muita gente reivindica o acesso à terra o que cria uma instabilidade, os que têm terra ficam inseguros em investir, pois não tem a documentação exigida, o que leva muitos a trabalhar na cidade para garantir sua renda” (RITTER, 2016).

A produção nesses assentamentos é bastante diversificada, por exemplo, em Nova Conquista se trabalha mais com a produção de leite em conjunto com agricultura. É notória a dificuldade de acesso, infraestrutura e ausência de assistência técnica para melhor dinamismo econômico do assentamento.

De acordo com Ritter, ainda falta agilidade quanto aos benefícios para chegarem aos trabalhadores, aquela questão que se comenta sobre os trabalhadores e trabalhadoras rurais:

> “Querem terra mas não querem trabalhar”. Mas ninguém analisa as condições que os trabalhadores estão na sua terra, não vê a precariedade da infraestrutura e da renda familiar. Isso dificulta um melhor desempenho desses assentamentos. As políticas públicas existem, mas é difícil colocá-las em práticas (Eliane Ritter, 2016).

É importante destacar a morosidade do INCRA no processo de ação de reforma agrária em todo país. A maior dificuldade de se realizar essa política distributiva da terra está nas questões políticas internas desse órgão e das ações judiciais que retardam no parecer das áreas ocupadas, mesmo quando as terras são de domínio federal. É sabido que grande parte dos novos e antigos assentamentos rurais em Rondônia apresentam irregularidades quanto ao título da terra.

A partir de 1985, com o Primeiro Plano de Reforma Agrária, o INCRA passou a priorizar criação de assentamentos rurais em vez de titulação de posses individuais, limitando a emissão de título da terra, o que resultou na crescente demanda de irregularidades das terras ocupadas e um acúmulo de pedidos de regularização fundiária junto ao órgão responsável.

Com intuito de tornar o problema solúvel, o governo federal criou o Programa Terra Legal (PTL). Segundo o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON, 2010), o PTL foi a principal inovação legislativa fundiária em 2009, foi a Lei 11.952/2009, que resultou da conversão da MP 458/2009, publicada em 10 de fevereiro do mesmo ano. Essa lei trata de normas para regularização fundiária rural e urbana em territórios da União na Amazônia Legal, considerando imóveis de até 15 módulos fiscais. O Programa Terra Legal Amazônia leva segurança jurídica aos produtores rurais da Amazônia Legal e reforça as

políticas públicas já que de posse do título da terra os produtores poderão acessar programas de financiamento para fortalecer suas atividades agropecuárias.

Essas irregularidades causam instabilidade no campo corroborando, inclusive, para a elevada incidência de conflitos sociais. Em Vilhena, é elevado o número de propriedades rurais que não possuem títulos definitivos – entre 80% e 90% (RIBEIRO; SILVA; SANTOS, 2016).

O processo de modernização que se cristalizou no campo em Vilhena produziu uma nova configuração socioespacial, um espaço de contradição socioeconômico representado pelo território do agronegócio e do campesinato. Hoje em Vilhena, a agricultura camponesa está no entorno do agronegócio que, por sua vez, sufoca os camponeses exercendo forte pressão acarretando na desterritorialização, seja através da venda da propriedade ou em forma de arrendamentos.

Se no século XX assistimos às mutações socioespaciais no campo com o advento da "Revolução Verde", em que os sucessivos governos do Brasil abriram mão do território nacional para a entrada e consolidação do capital transnacional nos mais variados setores produtivos e, sobretudo recursos naturais disponíveis em nosso território, esses agentes passaram a determinar o modelo de produção aplicada pela lógica corporativa do mercado globalizado com base na produção de *commodities*. A expansão da agropecuária mercantilizada produziu mudanças conjunturais significativas no campo do país e da Amazônia, mais recentemente.

O efeito desse sistema de produção comercial agravou as disparidades sociais no campo. O resultado dessas divergências dar origem aos contínuos conflitos envolvendo os sujeitos sociais que dependem da terra para sobreviver.

É nessa perspectiva que nas últimas décadas do século XX e início do século XXI que os movimentos camponeses ganham força e passam a confrontar cada vez mais com corporações transnacionais e cada vez menos com os latifúndios. Conforme Fernandes (2008), esta confrontação está associada ao processo de globalização da questão agrária com a territorialização das corporações transnacionais para vários países, legitimando a estrangeirização do território nacional, que intrinsicamente, reduz o acesso à terra, via reforma agrária. Por essa razão, o Movimento Sem Terra (MST) disputa territórios com seu principal oponente: o agronegócio. Essa disputa é uma das principais marcas da questão agrária desde o passado até a atualidade e foi ampliada e intensificada pela modernização e mundialização da produção agrícola, afirma Fernandes (2008).

A geografia agrária também se desenha distintamente na Amazônia brasileira, isso implica no processo de territorialização do campesinato. O movimento camponês não existe sem os territórios do campesinato. Por essa razão, o movimento camponês também é um movimento socioterritorial, pois desafia o poder do capital em comunhão com o Estado para se manter sobre seu território, ou conquistar outros e, assim, erguer a bandeira da resistência como sinônimo de existência de uma classe social fundamental para a produção de alimentos do país.

Em Rondônia, a sistematização dos conflitos no campo, especialmente em Vilhena, implica na difícil consolidação dos camponeses em suas terras. Conforme explica Silva (2016):

> Os camponeses desenvolvem suas lutas visando à permanência na terra, no amplo processo de territorialização do campesinato. As lutas agrárias organizadas por vários movimentos sociais no campo (MST, MCC, Liga camponesa, e outros) cristalizam o projeto de espacialização e territorialização camponesa, cujos enfrentamentos ocorrem diretamente com os fazendeiros e madeireiros, manifesto na ocupação dos latifúndios (SILVA, 2016).

O espaço agrário de Vilhena se distingue com as demais regiões do Estado de Rondônia. Pois, ali está explícito um conflito socioterritorial antagônico oriundo da expansão do agronegócio que expropriou e reduziu a população rural do município para 5% de sua totalidade. Esse índice representa o espelho de um modelo de produção agrícola concentrador e excludente. O efeito desse processo se reflete no acréscimo da urbanização de Vilhena e na dispersão social de novos fluxos migratórios criando novas frentes pioneiras, que serão espaço de novas disputas socioterritoriais entre o campesinato e o capital agrário.

A afirmação da agricultura camponesa no cenário social e político brasileiro está relacionada à legitimação do Estado. A subserviência do Estado ao capital agrário-industrial distancia a realização do que seria a solução dos conflitos agrários por todo país, uma reforma agrária com justiça social integrada a um conjunto de políticas públicas que insira a sociedade camponesa dentro da sua lógica produtiva e de sua organização social.

CAPÍTULO III: A geografia do agronegócio em Vilhena

O Brasil apontou no século XX como uma nação competitiva no setor agropecuário. A agricultura comercial brasileira vem acompanhando a demanda global principalmente no setor de grãos e carne. Essa competitividade está relacionada ao processo de modernização do campo. Disso, resulta uma maior produção e produtividade das *commodities* no país.

A expansão desse modelo de produção agrícola contribuiu significantemente para a incorporação de grandes extensões de terras, dando origem a verdadeiros "impérios agrícolas" monocultores especializados em atender um mercado industrial cada vez mais exigente. Segundo Ploeg (2013), a agricultura do tipo empresarial é essencialmente baseada em capital financeiro e industrial, o que favorece sua expansão e produção em escala global. Nessa perspectiva, a produção passa a ser especializada e orientada para o mercado, enquanto os empresários do setor tornam-se extremamente dependentes das normas do mercado externo, uma vez que essa forma de agricultura está alicerçada em três pilares: na produção de *commodities*, nas bolsas de mercadorias e de futuro e nos monopólios mundiais.

A territorialização do agronegócio[8] no Brasil criou territórios planejados e organizados por grupos capitalistas em conjunto com o Estado. É desse processo de expansão econômica que nasce a acumulação de capital e a desigualdade social no campo. Um verdadeiro paradoxo é incorporado ao território em uso, refiro-me ao diferente e contraditório modelo de produção agrícola existente entre a agricultura capitalizada e a agricultura camponesa.

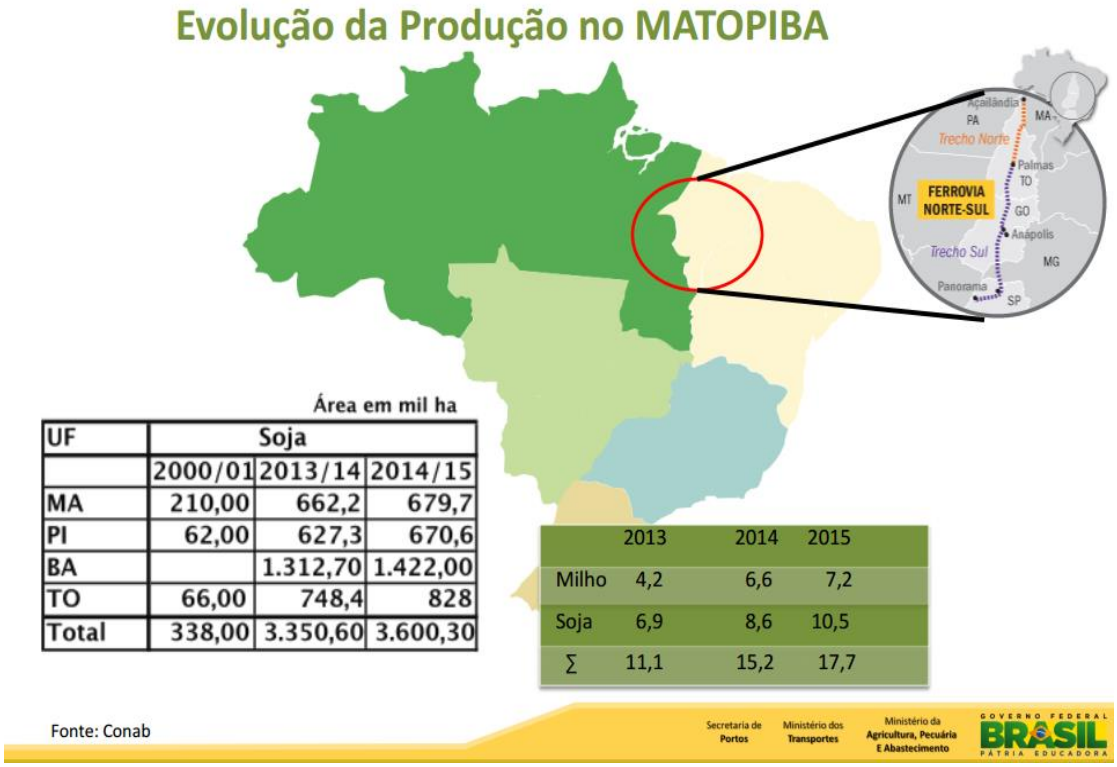
A política agrícola mundial denominada de "Revolução Verde" que se disseminou para as nações subdesenvolvidas ao longo da década de 1960, foi o campo divisor da modernização agrícola brasileira. Welch (2010) afirma que o governo dos EUA incentivou a Revolução Verde com intuito de introduzir seus sistemas tecnológicos garantindo a mecanização nos novos mercados, o que, em parte, nos auxilia na compreensão dos interesses em transferir tecnologias. A expansão da agricultura brasileira foi responsável pela incorporação de diversas áreas produtivas em regiões de elevado grau de restrição de investimentos, ou seja, áreas marginalizadas que só nas décadas de 1960 e 1970, passaram a ser ocupadas estrategicamente. Essas novas terras passaram a ser incorporadas à produção agrícola brasileira como ocorreu no Centro-Oeste, nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul

[8] Entendida como um processo de fixação e dominação do território que tem como finalidade instalar novos conteúdos e relações sociais, criando um novo conteúdo ao espaço ocupado. Nesse caso, o valor e função dos objetos espaciais estão relacionados ao modelo de produção agropecuária, ou seja, ao agronegócio. Essa modalidade de produção deu um novo sentido ao território em uso, a partir da implantação dos meios técnico-científico, criando um sistema organizacional próprio.

e depois em Mato Grosso. Sendo este último transformado no “Celeiro do Agronegócio” brasileiro.

Mais recentemente, esta expansão avançou sobre áreas das regiões Norte (Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará principalmente) e Nordeste (Bahia, Maranhão e Piauí). De forma estratégica, esses estados foram transformados em produtores de *commodities*, constituindo verdadeiros *espaços luminosos* da economia capitalizada. A dinâmica econômica que se estruturou nessas regiões alterou a característica socioeconômica de cada estado. Uma das regiões que representa esse cenário econômico é MATOPIBA (Cartograma 3), estados que viram nascer um modelo econômico distinto de suas realidades. São as fronteiras da agricultura moderna, designando a formação de uma região do agronegócio que abrange o oeste baiano, o sudoeste e o sul do Piauí, o sul maranhense e o nordeste de Tocantins, onde os modernos sistemas técnicos instauraram verticalidades com a inovação e modernização da agricultura (SILVA, 2014). Essa região é, atualmente, um centro de produção de grãos do país. Apesar dessa “nova economia” representar ganhos significativos, a riqueza se concentra, predominantemente, restrita a pequenos grupos sociais que passam a controlar toda a logística de produção e consumo.

Cartograma 3. Evolução da produção de soja na região do MATOPIBA



Fonte: Conab. MATOPIBA: região produtora de grãos/evolução da produção. Disponível em: <http://geografiaeanarquia.blogspot.com.br/2015/10/atualidades-mapitoba-ou-matopiba.html> Acesso em 17 de outubro, 2016.

O agronegócio no Brasil envolve uma série de questões em evidência: as econômicas, as sociais, ambientais e, sobretudo, as referentes à política, uma vez que a produção agrícola e a comercialização em larga escala por si não explicam os interesses propiciados pelo termo.

A retórica referente ao agronegócio é antiga, vem desde o período em que colonizadores europeus introduziram as *plantation*. Fernandes (2010) aponta que o agronegócio é o novo nome de desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista em que grandes propriedades são utilizadas na produção para exportação. Para ele,

> A origem do termo agronegócio é da década 1990 e é também uma construção ideológica para tentar mudar a imagem latifundista da agricultura capitalista... A imagem do agronegócio foi construída para renovar a imagem da agricultura capitalista, para "modernizá-la". É uma tentativa de ocultar o caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para relevar somente o caráter produtivista (FERNANDES, 2010, p. 01).

O caráter expansionista e regionalista do agronegócio têm início com a monocultura açucareira que predominou na zona da mata nordestina no século XVIII. Dois séculos depois, encontramos no país um modelo de economia agrícola diversificada, monopolizada, capitalizada e modernizada. Essa lógica do atual sistema de produção se espraiou mais rapidamente a partir da década de 1960, quando as regiões mais dinâmicas do país incorporaram novas formas e técnicas de produção com objetivos de atender a crescente e exigente demanda internacional.

Essa nova dinâmica econômica consolidada no país transformou a Amazônia numa fronteira de exploração agrícola aos moldes capitalista. Todavia, o avanço da soja na região deu origem a uma nova e complexa Amazônia: potencializou o desmatamento, acelerou as mudanças no uso do território e exerceu forte pressão empurrando grupos sociais e a pecuária para áreas marginalizadas.

É possível pensarmos que o "Brasil agrícola atualizado", que até os anos 70 e 80 estava restrito às regiões Sudeste e Sul, conhece, durante a década de 90, uma nova extensão, com o aparecimento de novas áreas agrícolas modernas em vastos espaços localizados, sobretudo nas regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte. Os investimentos em pesquisa com base na biotecnologia possibilitaram a expansão de culturas agrícolas para essas regiões se sobrepondo as condições morfoclimáticas das novas regiões produtivas. As transformações ocorridas na atividade agropecuária no Brasil, nas últimas cinco décadas, exercem profundos impactos sobre a (re)organização do território brasileiro, resultando em novos arranjos territoriais, entre os quais é denominado Regiões Produtivas Agrícolas (RPAs) (ELIAS, 2011).

Em Rondônia, a introdução da soja tem início na década de 1980, quando a unidade da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) instala em Vilhena um campo experimental. Nos anos seguintes (1980 e 1981), os primeiros cultivos de grãos como arroz, soja, milho e feijão, não prosperaram, apesar de alguns bons resultados, foram paralisados devido à extinção do programa de incentivo à pesquisa. Somente em 1996, a Embrapa de Vilhena em parceria com a Embrapa Soja de Londrina retoma o projeto de melhoramento genético em função, principalmente, da crescente demanda externa. Por essa razão, se inicia a corrida pela produção de grãos no Cone-Sul de Rondônia. Esse novo modelo de produção agrícola passou a despertar interesses de grupos econômicos que receberam incentivos para se instalarem no território de Vilhena, passando a monopolizar o espaço agrário do município, hoje maior produtor de soja do estado (SILVA, 2009, 2005).

A expansão da produção de soja alcança, de forma acelerada, outros municípios do estado, sobretudo na sua porção sul. É o caso, por exemplo, dos municípios de Cerejeiras, Corumbiara, Colorado do Oeste, Cabixi, Chupinguaia e Pimenteiras do Oeste. Atualmente, outros pontos de produção fora do eixo do Cone-Sul vêm se destacando na produção de grãos de soja. Essas novas áreas produtoras são representadas pelos municípios de Ariquemes, Machadinho d' Oeste, Itapuã do Oeste e Porto Velho.

A espacialização da soja por diferentes estados brasileiros revela simultaneamente a expansão da fronteira agrícola e os interesses da economia mundializada. Cabe, portanto, enfatizar o papel das políticas públicas no que tange a produção de *commodities*, pois o acréscimo dessa monocultura inibe a produção de outros gêneros agrícolas oriundos da agricultura camponesa, que vivencia fortes especulações em função dessa fronteira agrícola sob a conivência das políticas públicas (FERREIRA, 2012).

3.1 Cone-Sul: região estratégica do agronegócio rondoniense

O Cone-Sul é a região de Rondônia de maior produção de grãos. Composta por sete dos cinquenta e dois municípios: Vilhena, Colorado do Oeste, Cerejeiras, Pimenteiras, Corumbiara, Cabixi e Chupinguaia. Essa região é oriunda do Projeto de Integração e Colonização Paulo Assis Ribeiro. Segundo Amaral, esse assentamento foi criado em 1973 pelo INCRA, órgão responsável pela distribuição de terras, a organização territorial, a implantação dos serviços de infraestrutura como escolas, postos de saúde, estradas coletoras e armazéns para produção. Nessa categoria de assentamento as terras foram destinadas a famílias de origem camponesa (AMARAL, 2004).

A complexa formação territorial do Cone-Sul se caracteriza pela vulnerabilidade social encontrada durante a admissibilidade do PIC. Essa região foi palco de inúmeros conflitos pela posse da terra envolvendo fazendeiros e camponeses pobres sem-terra. A disputa por território se expandiu a partir da década de 1980, quando migrantes do sul do país e do Mato Grosso foram atraídos pelo baixo preço das terras. A política concentradora do período da colonização nas décadas de 1960 e 1970 foi mantida na década de 1980, favorecendo o latifúndio e o capital financeiro internacional, para a exploração da madeira, recursos minerais e monocultura em larga escala. Esses colonizadores, que se instalaram principalmente em Vilhena, contribuíram significativamente para o desenvolvimento do setor agropecuário da região que, posteriormente, irá consolidar uma modernização técnica da produção, dando origem ao agronegócio. A regionalização do agronegócio se fortalece com a chegada das *tradings* que passam a ditar as normas da produção de grãos monopolizando a cadeia produtiva dos municípios produtores e criando um novo arranjo socioespacial e novos *sistemas de objetos* e *sistemas de ações* vão se instalando sobre o espaço com a finalidade de integrar os centros produtores aos centros consumidores e de exportação pelo sistema multimodal, representado pela BR-364 conectando Vilhena ao Porto Graneleiro (Rio Madeira) na cidade de Porto Velho, por onde é escoada a produção de grãos e carne para exportação (SILVA, 2014).

Cartograma 4: escoamento dos produtos agrícolas pelos portos da Região Norte

Fonte: Disponível em: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=134978938>. Acesso em 06 de Julho, 2017.

Com o advento da produção de soja em Rondônia no final da década de 1990, os primeiros experimentos de cultivares de grãos se restringiram à região do Cone-Sul rondoniense, sobretudo no território de Vilhena.

A biotecnologia, associada às condições morfoclimáticas da região, assegurou a capacidade da produção de grãos, Vilhena passou a ser a cidade do agronegócio de Rondônia, exercendo forte influência na região concentrando grande parte dos estabelecimentos de comercialização de insumos utilizados pela cadeia produtiva desse setor. Em consequência dessa mutação, tornou-se o município com maior índice de urbanização do estado (95%), derivada da concentração e modernização do espaço agrícola, reduzindo numericamente as pequenas propriedades agrícolas e expropriando trabalhadores rurais para centros urbanos ou deslocando-os para regiões agrícolas mais distantes.

A especialização da produção de grãos em Vilhena alterou, em parte, uma das características econômicas predominante na região, a redução do rebanho bovino, que foi cedendo lugar para a agricultura capitalizada, inclusive nas pequenas propriedades rurais, que passaram a ser arrendadas, anexadas às grandes propriedades monocultoras de grãos. Dados comparativos do IBGE sobre o rebanho bovino de Vilhena apontam que em 2004 o município possuía um total de 121.352 cabeças, dez anos depois se observa uma redução expressiva desse total chegando a 111.404 cabeças. Essa redução resulta da expansão da modernização agrícola que se cristalizou sobre o território rural do município.

Além de Vilhena, outros municípios do Cone-Sul que aderiram ao modelo de produção ligado ao agronegócio, expandiram suas monoculturas de soja e milho financiados por instituições públicas e privadas e que conseguiram transformar seus espaços agrícolas produtivos: Corumbiara, Cerejeiras e Chupinguaia que tiveram expressivo aumento nas áreas de produção.

É importante destacar que além de todo o aparato tecnológico e do suporte técnico, a região dispõe de uma característica física favorável com terras planas e o clima propício à cultura de grãos. O espaço utilizado pela constante produção anual tem levado o solo a extremo grau de perda de capacidade produtiva e degradação, o que implica num maior custo da manutenção com aplicação de corretivos como uso do calcário (ADAMY, 2010).

Apesar das limitações naturais (condição do solo) da região, a produção e a produtividade de grãos têm apresentado crescimento favoráveis graças às tecnologias aplicadas. Rondônia foi o estado brasileiro que teve maior incremento da área plantada de soja no país, com 20,1% a mais que na safra 2013/2014. Os dados foram do Terceiro Levantamento da Safra 2014/2015, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab, 2016).

Segundo os dados do IBGE (2014), Vilhena produziu 134.160 toneladas de grãos de soja numa área equivalente a 43.000 hectares obtendo uma produtividade média de 3.120 quilogramas por hectare. Em comparação ao ano de 2013, a quantidade produzida e a produtividade média por hectare foi maior que em 2014, sendo, respectivamente, 141.900 toneladas e com rendimento médio de 3.300 quilogramas por hectare. Cabe ressaltar que a área total da produção foi a mesma, ou seja, 43.000 hectares.

O município de Corumbiara é o segundo maior produtor da região. Em 2013, cerca de 33.000 hectares foram utilizados na produção de soja, a produção total chegou a 110.550 toneladas de grãos, com rendimento médio por hectare de 3.350 quilogramas. Dados de 2014 mostram um relativo crescimento da produção em Corumbiara. Esse acréscimo deve-se à expansão da área de produção que chegou a 37.030 hectares (cerca de 13% da área de produção), com esse acréscimo a produção chegou a 124.018 toneladas, com rendimento médio de 3.349 quilogramas por hectares. Comparado com áreas já consolidadas, o rendimento médio obtido em Vilhena e em Corumbiara é superior ao que é produzido em Sapezal (MT) que chega a 3.107 quilogramas por hectare (IBGE, 2013).

Esse é o perfil de uma região que absorveu vultosos investimentos de capital nacional e estrangeiro e que se projetou no cenário multiescalar atendendo a uma demanda em plena expansão. O avanço do capital através do monopólio da terra e da implantação dos recursos técnicos promoveu um novo arranjo socioespacial nos municípios do Cone-Sul de Rondônia. O efeito dessas transformações é sentido tanto no espaço rural quanto no urbano, como explica Silva (2014) ao se referir ao progresso do agronegócio na região.

> O avanço do agronegócio também atingiu o espaço do campesinato, e a migração campo-cidade se constitui num intenso processo de redução da agricultura camponesa que se vê forçada a vender ou arrendar suas terras em função da pressão do agronegócio. Essa foi a situação geográfica que se configurou em municípios com forte presença camponesa como Cerejeiras, Corumbiara, Colorado do Oeste e Cabixi, onde o capital provocou a redução populacional com taxas líquidas muito superior à média estadual (16%), quando o espaço agrário desses municípios perdeu de 22% a 33% da população (SILVA, 2014, p.307).

Contudo, a expansão do agronegócio na região exerce influência, socioeconomicamente, contraditória. Ao mesmo tempo em que transforma territórios fragmentados em latifúndios monocultores, expropria e desterritorializa camponeses, subjugando-os a condições extremas, à medida que absorve seus territórios. É o efeito devastador do capitalismo monopolista concentrador de riqueza e gerador de desigualdades sociais e da pobreza no campo.

3.2 A espacialidade da produção do agronegócio em Vilhena

Ao estudar a espacialidade contemporânea da produção agrícola de Vilhena nos deparamos com um território em transformação. No percurso dessa metamorfose, cabe destacar a relevante contribuição dos migrantes que desbravaram o espaço de uma das cidades mais desenvolvidas do estado.

Figura 8: Av. Major Amarantes (centro) – Vilhena/RO

Fonte: Trabalho de campo, 2016.
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

Ao analisar a natureza do espaço de Rondônia, Silva (2014) explica que a evolução do espaço acompanha o movimento da totalidade social que assume formas diversas e diferenciadas nos lugares, regiões e territórios, onde se cristalizam esses processos. Essas mudanças acompanham uma lógica sistêmica, a do espaço-tempo. Cada tempo se distingue do outro através dos movimentos e ações sociais que criam seus sistemas de objetos e ações, dando origem à organização espacial consolidada pelos atributos da *tecnosfera* (SANTOS, 2008). Para Santos, a tecnosfera se adapta aos mandamentos da produção e, com essa mesma base constitui a *psicosfera.* Ambas são indissociáveis, a tecnosfera representa o mundo dos objetos e a psicosfera é a esfera da ação, que condiciona novos comportamentos humanos à medida que os objetos técnicos se instalam no lugar, racionalizando o território sob a ótica do capital. Nesse ponto, podemos então afirmar que em nossa época o espírito do capitalismo se universaliza como modo de racionalização do espaço geográfico. A espacialidade passa a ser dirigida pela norma do capital que impõe seus modelos econômicos resultando, ao mesmo

tempo, no monopólio e na fragmentação do território, concomitantemente, ao modelo de produção camponesa/familiar. O território, assim estruturado, passa a ser orquestrado e instrumentalizado pelas grandes corporações econômicas. O modelo de estrutura fundiária se altera na região, a partir da década de 1980, como explica Amaral (2001) ao analisar as transformações socioespaciais ocorridas em Rondônia; ele demonstrar que o latifúndio e a pequena propriedade passaram a coexistir. Contudo, é significativo que desde a década de 1990 vem ocorrendo uma reconcentração fundiária. Esse fenômeno é detectado nas áreas que foram destinadas aos projetos de colonização.

A geografia territorial de Vilhena se alicerça com base nos movimentos sociais (migrações), seja no campo ou na cidade. Uma nova configuração socioespacial e econômica promoveu transformações relevantes no município, sobretudo com a expansão do agronegócio e o sistema técnico-científico-informacional que se instalou sobre o espaço agrário local. Uma dessas mudanças se caracteriza pela estrutura econômica imposta ao espaço vilhenense. Em seu período de formação econômica, predominava o modelo de produção extrativista, liderada pela exploração da madeira que adensou a economia urbana do município com relevante contribuição para o setor de serviço e comércio e, ao mesmo tempo proporcionou a abertura para novos setores econômicos como a agropecuária. Essas mutações foram fundamentais para a forte entrada do capital, em conjunto com instituições governamentais como a EMBRAPA, que através das pesquisas relacionadas à produção de grãos conseguiram consolidar, definitivamente, o agronegócio da região. Região de cerrado, divisa com o Mato Grosso, Vilhena torna-se referência para cultura da soja a partir do final dos anos 90.

As transformações ocorridas no setor agropecuário de Vilhena nas últimas décadas desenharam um “novo espaço rural” para o país. Para Denise Elias (2011), a modernização dos sistemas técnico-científicos criou sobre o território agrário novas espacialidades.

> Novos arranjos territoriais produtivos agrícolas, os **territórios das redes agroindustriais, escolhidos para receber os mais expressivos investimentos produtivos inerentes ao agronegócio globalizado**, representando suas áreas mais competitivas. Nelas encontram-se partes dos circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação de importantes commodities agrícolas, evidenciando a dinâmica territorial do agronegócio (ELIAS, 2011, p.153) (Grifo nosso).

Para Elias (2011), a trajetória das Regiões Produtivas Agrícolas (RPA) é fruto de um modelo econômico tecnificado/moderno viciado em ampliar a capacidade produtiva e, consequentemente, elevando os lucros das grandes corporações econômicas que passaram a exercer forte influência e controle dos territórios usados para produção agropecuária. Esse espaço significa para Milton Santos um “conjunto de sistemas de objetos e sistemas de ação, que formam o espaço de modo indissociável, solidário e contraditório” (SANTOS, 2008, p.

63). São esses sistemas de objetos e de ações que revelam a modernidade do sistema produtivo do agronegócio. São sistemas integrados que dão fluidez e funcionalidade ao lugar criando um espaço luminoso, distinguindo dos espaços opacos. Essa "luminosidade" está presente no espaço agrário de Vilhena, que se transformou no centro do agronegócio de Rondônia.

Destarte, novas territorialidades se estruturam fazendo emergir espaços seletos, que aparecem como mais "modernos", "atualizados", são espaços aptos a uma produção mais valorizada não somente polo que neles é produzido, mas também, por serem espaços tecnicamente densos e aglutinados ao meio técnico-científico-informacional instalado sobre o território. Essa lógica de produção ligada ao mercado externo funciona em sistema de rede desigual e combinada entre os países produtores de *commodities* e países detentores e exportadores de tecnologia.

A especialidade da produção e do território segue a regra do mercado externo como explica Bertha K. Becker (2005) ao se referir à Geopolítica da Amazônia sobre a qual

> As redes são desenvolvidas nos países ricos, onde o avanço tecnológico é maior e a circulação planetária permite que se selecionem territórios para investimentos, seleção que depende também das potencialidades dos próprios territórios. Ocorre que ao se expandirem e sustentarem as riquezas circulante, financeira e informacional, as redes se socializam (BECKER, 2005, p.71).

A propósito, durante séculos, o Brasil sempre foi um franco exportador de produtos primários e na conjuntura econômica contemporânea seguimos o mesmo padrão como meros fornecedores e produtores de produtos básicos para atender à política de consumo externo. Assim, como Vilhena, novos centros produtores de *commodities* surgem por todo o país, como o município de Lucas do Rio Verde, Sinop, Rondonópolis, no Mato Grosso. A produção de soja tem, nos últimos 30 anos, avançado em todas as regiões do país. Expandindo-se em princípio pelas regiões Sul e Sudeste, alcançou um crescimento vertiginoso no Centro-Oeste e vem se expandindo pelos cerrados nordestinos e amazônicos, recentemente.

Por todas as regiões brasileiras, os circuitos espaciais da produção compostos por corredores rodoviários, hidroviários e ferroviários foram instalados para fluir a produção e dinamizar os lugares, a exemplo do corredor rodoviário (BR-163 e a BR-364) e ferroviário formado pelas ferrovias Ferronorte e sua articulação com a Ferroban no estado de São Paulo, (ambas pertencentes a Brasil Ferrovias). A Ferronorte possui um terminal graneleiro no município de Alto Taquari no sudeste do Mato Grosso (OLIVEIRA, 2006, p.18).

Este conjunto de signos voltados para a infraestrutura de transportes fez com que toda a logística de escoamento da produção passasse por profundas alterações, inovações ou mesmo modernização do setor adaptando-as ao modelo de produção comercial do qual o Brasil vem se destacando como um país do agronegócio, ou seja, um grande produtor e exportador de *commodities* (mercadorias) ligadas, essencialmente, à agropecuária com finalidade de abastecer o mercado global.

Os grandes projetos de infraestrutura do governo em parceria com empresas privadas ligadas ao agronegócio na Região Norte visam melhorar o escoamento da produção do Centro-Oeste e, ao mesmo tempo, deslocar a produção de carnes e grãos para essas áreas. O sistema rodoviário representado pela BR-364 que integrou Mato Grosso a Rondônia favorecendo o escoamento da produção de grãos da região a um custo mais vantajoso. "Em muitos lugares, os sistemas técnicos podem ser apontados como "invasores", já que unificam e permitem os processos globais sem considerar as necessidades locais" (CAFEZEIRO, 2011, p.93).

Portanto, a instalação dos sistemas de ação e de objetos exprimem novos arranjos espaciais que se impõem sobre o território inerente aos elevados investimentos de capital que dinamiza e controla o sistema de produção e consumo.

3.3 O Estado como agente do desenvolvimento regional

Pouco mais de cinquenta anos atrás, o governo brasileiro deu início a um projeto de integração da região Amazônica ao restante do país que priorizava a ocupação da região. Visando preencher o "vazio" representado pela região amazônica, vários projetos de caráter socioeconômico foram direcionados ao território com o objetivo de desenvolver e explorar os recursos econômicos disponíveis na região com intuito de torná-la mais utilizada, já que a visão dos reacionários era de que a Amazônia era considerada uma região economicamente subutilizada.

Várias tentativas combinadas entre o Estado e o capital privado foram dando margem para o surgimento de um novo modelo socioeconômico para a região, foi assim também em Rondônia. Para Daniel Nepstad, et al (2000), o rompimento do cenário amazônico caracterizado pelos eventos implantados sobre esse espaço transformou a região numa área fragmentada e cheia de incertezas, ele explica que:

> Para acelerar o processo de incorporação da Amazônia aos centros dinâmicos de desenvolvimento do Brasil, as políticas públicas priorizaram a abertura rápida de fronteiras através da construção de rodovias (por exemplo, a Belém-Brasília e a

> Transamazônica), da implantação de projetos de colonização agrícola, da expansão do setor agropecuário, através de incentivos fiscais e creditícios e, num segundo momento, através do investimento público em grandes projetos (tais como Grande Carajás e Tucuruí) (NEPSTAD, et al, 2000, p.7)

Esse pacote de programas destinados à região promoveu um novo destino para a Amazônia. Novas feições econômicas, sociais e ambientais marcaram o início de um novo tempo para a Amazônia, o tempo das contradições, do efeito devastador que ao mesmo tempo em que rompe o espaço em seu estágio "natural", de economia simples, passa a projetá-la para um modelo econômico global, uma verdadeira "desordem" e caos social se instalaram na região nas últimas décadas do século XX.

A participação do Estado como agente fomentador do desenvolvimento regional através de políticas públicas, entendida, segundo Teixeira (2002), como "diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado". Esses procedimentos são fundamentais para estabelecer a relação socioeconômica dos lugares.

Elaborar uma política pública significa definir *quem decide* o quê, *quando*, com quais consequências e *para quem*. Se analisado o histórico das políticas públicas no Brasil, é fato constatar que estas foram quase sempre decididas de forma autoritária pelos poderes governamentais, com pouca ou quase nenhuma participação da sociedade civil.

Em Rondônia, a ação do governo como agente de incentivo e financiador da economia começar pelo pragmático projeto de colonização decorrido na década de 1970, instrumento de relevância para ocupação e, para as mudanças no âmbito econômico do estado. Outro fator não menos importante e, que foi fundamental para as mutações socioeconômicas da região, a abertura da BR-364 que favoreceu a expansão dos setores produtivos.

Esses instrumentos geopolíticos se transformaram nos mais importantes para a ocupação de Rondônia e da Amazônia Meridional. A partir dessa lógica aferida pelo estado dentro do conjunto da ópera das políticas públicas por ele destinadas à região, o difícil acesso regional se rompe passando de um grau considerável de "isolamento" para um espaço/temporal de relativa integração com o Centro-Oeste do Brasil.

Esse primeiro conjunto de infraestrutura foi responsável pelo deslocamento de grupos sociais dos mais variados interesses pela ocupação dos "espaços vazios" ofertados em Rondônia. Depois de consolidada a "reforma agrária", via PIC (Projeto de Integração e Colonização) diversos programas foram destinados a Rondônia pelos organismos governamentais, com destaque para o Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste do Brasil (POLONOROESTE) que veio para desestabilizar a estrutura socioambiental regional,

sendo financiado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia (BASA) e demais órgãos de fomento federal. Os colonizadores tinham também o apoio financeiro do Banco Mundial para promover suas derrubadas, formação de pastos e implantação de monoculturas (MARTINS, 2012).

A SUDAM foi uma grande financiadora de projetos agropecuários na Amazônia, sobretudo incentivando empresas de capital privado a se consolidarem na região. Os estados do Mato Grosso e Pará foram os que mais receberam incrementos desses projetos econômicos. Rondônia e Roraima foram os que menos investimentos receberam. No Pará, em 1985, 212 projetos agropecuários foram estabelecidos e financiados pela SUDAM, enquanto em Rondônia o número chegou a onze projetos. O mais agravante de todo esse conjunto de ofertas honrosas de terras pelo Estado foi o impacto socioambiental presenciado por onde a "onda" da colonização se propagou. Para OLIVEIRA (1995, p. 84):

> Terras indígenas e de posseiros foram inclusas nesses programas e, mesmo ocupadas previamente, não bastou para fixar os interesses do capital que se instalava na região, o que resultou em vultosos conflitos pela terra em todos os estados da Amazônia.

Na década de 1990, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso, em seu mandato, inseriu em seu projeto de governo dois programas que direcionaram um conjunto de infraestrutura para a Amazônia, o *Programa Brasil em Ação e o Avança Brasil*. Esses programas faziam parte de uma estratégia de integração da Amazônia ao espaço produtivo brasileiro e de consolidação da política de integração regional da América do Sul. Para reduzir os gargalos detectados, recursos consideráveis foram aplicados (THÉRY, 2005). Para Théry, Os principais projetos do programa Brasil em Ação na Amazônia visavam à recuperação das estradas BR-364 (Brasília-Acre) e BR-163 (Cuiabá-Santarém); o asfaltamento da BR-174 (Manaus-Boa Vista); a implementação das hidrovias do Araguaia-Tocantins e do Madeira; o gasoduto de Urucu e a linha de alta tensão conectando Tucuruí a Altamira e Itaituba. Esses objetos tornaram-se o cerne de mutações socioeconômica e ambiental imposta sobre o espaço amazônico, fomentando o avanço do capital nacional e estrangeiro que se instalou e se apropriou dos recursos disponíveis na região.

O "Avança Brasil" refere-se ao Plano Plurianual do país para 2000-2003 e é o sucessor do "Brasil em Ação". Além dos programas destinados à infraestrutura, o Programa Avança Brasil mencionava metas e objetivos socioeconômicos para o país. Na Amazônia, os efeitos desses programas foram devastadores. A extração madeireira em consórcio com a oferta de terra ao longo das estradas pavimentadas estimulou a implantação da pecuária extensiva e da agricultura patronal. Além dos impactos ambientais, ocorreu intenso processo de

desterritorialização de grupos sociais tradicionais que ocupavam as áreas usurpadas pelos programas desenvolvimentistas.

Em 2007, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC, além de prever obras de infraestrutura, também propõe medidas de caráter econômico que visam manter a estabilidade econômica e o cumprimento dos acordos internacionais assinados ainda na década anterior. Ou seja, a abertura da economia ao capital estrangeiro permite uma ofensiva ao controle e domínio dos recursos naturais que passam a ser normatizado pelos interesses de grupos nacionais e transnacionais.

O PAC também destinou parte de suas metas para a Amazônia brasileira. Em Rondônia, o investimento total chegou a 32,3 bilhões de reais, dados do relatório do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-RO, 2009), empreendimentos como o Complexo Hidrelétrico do Madeira (Usinas de Santo Antônio e Jirau) nessa mesma perspectiva foi estabelecido o projeto da Usina de Belo Monte, no Pará, deixando profundos impactos socioambientais.

A grandeza do que se entende por desenvolvimento econômico sempre vem recheada de "imperfeiçoes". A difícil arte de se concretizar a idealização do desenvolvimento sustentável fica cada vez mais distante de se conciliar a relação sociedade/economia/meio ambiente. A estratégia dos investidores de capital revelado pelos empreendimentos econômicos pouco importa com os efeitos dilacerados por suas ações sobre o espaço. Nada é mais importante, para esses grupos, que a acumulação de capital e/ou a prosperidade de seus negócios.

O intrincado círculo de interesses, que determina o desacerto das grandes obras de impacto, começa, frequentemente, em pequenos grupos regionais e nacionais e ganham proporções globais. Pois, ao mesmo tempo em que se instalam sistemas de ações e de objetos os lugares ganham novas feições e a sociedade local perde seus valores, seus modos de vida tradicionais.

Os efeitos de instalação de grandes empreendimentos são irreparáveis, além de criar outro modelo de espaço. Nessa perspectiva Leonel et al., explica que:

> Onde há uma estrada, há uma mineração, uma madeireira, agropecuária, comércio, banco ou financeira, e tudo conduzido por uma elite político-militar comprometida, cavando sua vez de promover acumulação rápida e predatória, e exportar. Trata-se de uma intrincada malha de interesses articulados, cujo centro é a elite nacional, que escapa ao controle social, tendo na ponta um colono sem-terra, peão ou garimpeiro, sem raízes ou horizonte (LEONEL, et al., 2008, p. 224).

O destino da Amazônia ainda está por vim. Algo mais está desenhado sobre esse espaço. A certeza de que novos eventos serão sobrepostos a esse espaço num futuro próximo, a exemplo da *Estrada do Pacífico*. O Projeto de Integração e Infraestrutura da América Latina (IIRSA) já está programado e, com ele, novos efeitos e pressões serão sentidos no espaço da Amazônia internacional.

Nas políticas públicas, sobretudo, é fundamental qualificar as contrapropostas, ou seja, estimular instituições independentes de pesquisa alternativa que ofereçam suporte às reivindicações organizadas das populações. É preciso priorizar a qualidade de vida da sociedade, em particular as pioneiras. A negação dos direitos sociais significa a supressão ou exclusão de grupos sociais que se tornam marginalizados dentro da lógica produzida pelo sistema capitalista de produção e dominação (SOUZA, 2006).

3.4 A lógica corporativa do território do agronegócio em Vilhena

Foram os professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950 que idealizaram o conceito de agronegócio no âmbito da área de administração e marketing. O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto de processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços (LEITE; MEDEIROS, 2012, p.81).

O agronegócio se estruturou como parte de um projeto de desenvolvimento do campo brasileiro caracterizado, sobretudo, pelo sistema técnico-científico-informacional que permitiu a positividade do crescimento da produtividade agropecuária do país. A introdução da tecnologia promoveu uma “revolução agrícola” no campo brasileiro transformando áreas pouco produtivas em regiões de alto grau de produtividade. É nessa aplicabilidade técnico-científico que o agronegócio surge como uma modalidade de produção agropecuária capitalista pautada na produção em larga escala. Esse sistema se concretiza na especialização da produção e na estruturação de grandes latifúndios monocultores.

No Brasil, o conceito surgiu nos anos 80, com a expressão “Complexo Agroindustrial”, que evoluiu mais tarde para agronegócio. Na visão de economistas, o agronegócio deve ser entendido como o total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produções nas unidades agrícolas, do armazenamento, do processamento e da distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos a partir deles (MENDES; JUNIOR, 2007). Dessa forma, esse sistema engloba diversos

agentes econômicos da cadeia produtiva tais como: fornecedores de bens e serviços, produtores rurais, a agroindústria e os demais segmentos envolvidos na geração e no fluxo dos produtos de origem agrícola até chegar ao consumidor final (circuito espacial da produção).

Nesse contexto, o agronegócio está inserido num ambiente econômico e social complexo e diversificado. Por um lado, é um setor que se expande gradativamente e incorpora a lógica comercial em escala global e lidera o ranking das exportações brasileiras. Essa modalidade de produção se especializa no uso de tecnologias modernas desde produção de sementes ao uso de insumos e máquinas, que são responsáveis pela alta produtividade, e que torna o emprego no campo mais seletivo e, consequentemente, exclui uma massa de trabalhadores rurais.

O paradigma do agronegócio no Brasil passa a exercer forte influência socioterritorial, criando uma extrema discrepância entre a produção moderna e o sistema campesino/familiar. Desde sua nova fase de expansão (1980), o agronegócio ampliou seu espaço de produção incorporando novas áreas, fortalecendo a classe ruralista no campo que mantém uma relação capitalista de exploração, concentração da terra e exploração da força de trabalho em condições análogas à escravidão.

Essas mutações foram incorporadas ao território brasileiro chegando a Rondônia na segunda metade da década de 1990. Nesse período, o espaço agrário de Vilhena começa a se instalar uma nova perspectiva de produção agrícola baseada, sobretudo na produção de grãos de soja e milho. Um novo arranjo territorial se compõe alicerçado na expansão capitalista travestido de latifundiários que passa a comandar e incorporar a nova economia agrícola, fruto da biotecnologia aplicada ao setor agropecuária.

O advento da produção de grãos no sul de Rondônia delineou uma nova espacialização do território com base nos objetos técnicos que deu uma nova funcionalidade à região (produção de *commodities*). As instalações dos fixos e dos fluxos, em conjunto com o pacote tecnológico constituído de maquinário e insumos agrícolas, proporcionaram o aumento da produção e da produtividade das áreas produtoras de grãos. A materialização dos instrumentos técnico-científico-informacional na região atraiu investidores em busca de ampliar seus impérios agrícolas.

No Brasil, é possível verificar as mudanças no setor agrícola representada pelo aumento da área produzida e, consequentemente, da produtividade de grãos colhidos. Tomemos o exemplo da soja, produto que ocupa a maior parte da área destinada à produção agrícola do país. Segundo a Conab (2016), a área plantada no período de 2013/2014 chegou a

30.173,1 milhões de hectares com uma produtividade média de 2.854 kg/ha. Porém, dada à comparação dessa mesma variável com o período de 2015/2016 é notório o aumento da área plantada e, consequentemente, da produtividade dessa *commoditie*. Os números desse período demonstram o fortalecimento do setor do agronegócio no país. A inserção de insumos e o uso de técnicas modernas são responsáveis pelo constante crescimento e modernização da produção. O total da área plantada chegou a 32.093,1 mil hectares para uma produtividade de 2.999 kg/ha. Isso representa o aumento da concentração fundiária operacionalizada pela incorporação do capital na compra de terras ou mesmo pela absorvência dos ativos da terra de pequenos produtores através de arrendamentos, como vem ocorrendo no espaço agrário de Vilhena.

A lógica corporativa do território pelos principais agentes do agronegócio é sinônimo de mutação socioespacial. Para que a dinâmica econômica da cadeia produtiva funcione de forma organizada é necessário um conjunto de elementos que viabilize todo o processo. O circuito espacial da produção é fator determinante para a atualização desse processo. Incumbidas para desenvolver a região as grandes empresas (*tradings*) passaram a controlar e monopolizar todo sistema de ação ligado à produção de grãos no Cone-Sul de Rondônia. O Grupo Maggi e a Cargill passaram a exercer o monopólio da produção junto com as empresas fornecedoras de insumos (pacote tecnológico) direcionados aos produtores de grãos.

Beneficiada pelas articulações do sistema multimodal representada pela BR-364 e a Hidrovia do Rio Madeira que liga os extremos norte-sul de Rondônia, essas empresas exercem forte influência na exportação de *commodities* por elas controladas. A logística é parte fundamental dessa dinâmica produtiva. A ausência desse sistema de objeto inviabiliza a estabilidade e a funcionalidade do agronegócio, e de outros segmentos produtivos, uma vez que esse modelo de produção é extremamente dependente do sistema de transporte. No Brasil, sobretudo, em Mato Grosso e Rondônia, o modal de transporte mais utilizado é o rodoviário, o que torna o custo do frete da soja bastante elevado, sobretudo nas regiões mais afastadas dos principais pontos de escoamento (portos). A superação desse obstáculo é vencida pela materialização da matriz de transportes disponíveis, que apesar da precariedade da infraestrutura rodoviária e portuária existente, é possível sinalizar de forma positiva a importância estratégica desses segmentos para aproximar as áreas produtoras das exportadoras como explica Pereira e Kahil (2010):

> Se as maiores limitações eram, sem dúvida, a distância dos tradicionais pontos de exportação da produção (portos do Sudeste e Sul do país), dificuldade esta que seria resolvida no final da década de noventa (1998) com a viabilização da hidrovia Madeira-Amazonas e o terminal de exportação em Porto Velho. Daí em diante, e fazendo um intenso uso das técnicas mais modernas de produção, o sul de Rondônia

> torna-se uma das áreas de maior produtividade deste cultivo em todo o território nacional (PEREIRA; KAHIL, 2010, p.291).

O conjunto das relações socioeconômicas propiciou o surgimento de uma região dinâmica que aponta como o "celeiro agrícola" de Rondônia, o Cone-Sul é, sem dúvida, o centro representativo do agronegócio estadual. Inovar a logística é fundamental para atender a demanda que cresce a cada ano. Novos projetos de logística vêm sendo pensados para a região o que possibilitarão novos caminhos e maior rapidez na circulação dos produtos exportados pela BR-364 e pela Hidrovia do Madeira.

De acordo com Santos (2008), o território modernizado pela agricultura científica ganha verdadeiro status de espaço seleto, signo do progresso e do crescimento econômico, realimentando a psicosfera legitimadora da atualização corporativa e hierárquica.

Nessa mesma perspectiva, D. Harvey (2015) afirma que nesse contexto atual da globalização o que vemos é a busca e os domínios de espaços com a expansão do capital. Os agentes hegemônicos, principalmente as transnacionais, vêm produzindo uma territorialização do capital baseado em fatores que favorece sua permanência, inclusive o apoio do próprio Estado que oferece subsídios necessários para esses empreendimentos, juntamente com o sistema de mídias e das comunicações que produziram mudanças na produção e no consumo. São os chamados "ciberespaços". É assim que se constituem e se divergem o território e a sociedade que nele/dele se prevalecem. Um conjunto de signos, ou seja, um sistema formado pelas coisas e a vida que as anima e que passa a fazer parte de um novo espectro socioeconômico.

3.5 A tecnificação do espaço agrário de Vilhena e as novas perspectivas

A cada momento, os vetores técnicos vão se instalando nos lugares dando movimento ao espaço. Esse movimento não abrange a totalidade dos lugares, pois se dá de forma heterogênea criando um espaço de dependência e uma hierarquia condicionada aos fatores que cada lugar passa a exercer. Portanto, o espaço é constituído por objetos técnicos organizados e usados dentro da lógica para a qual foi designada.

As técnicas são consideradas fenômenos históricos o que possibilita identificar sua origem e evolução na escala espaço-tempo. Segundo Santos (2008), "a materialidade artificial pode ser datada através das técnicas: técnicas da produção, do transporte, da comunicação, do dinheiro, do controle, da política e, também, técnicas da sociabilidade da subjetividade" (SANTOS, 2008, p. 57).

O fenômeno da globalização mundial atual disseminou, com as novas técnicas, um novo padrão social e um modelo de produção econômica “desigual e combinado” entre os lugares, explicado por Santos ao afirmar que a divisão social do trabalho é considerada como repartição do *trabalho vivo*, a chamada divisão territorial do trabalho. Como a expansão das técnicas e das tecnologias é heterogênea, os lugares absorvem esses vetores conforme suas necessidades. Ao se materializar sobre o espaço, o conjunto de técnicas deixa suas marcas caracterizadas pelo tempo do acontecer de cada objeto. Essas marcas são vistas em um mesmo lugar quando são representadas pelo que há de moderno e, ao mesmo tempo, pelo que é marcado pelas *rugosidades* do espaço habitado.

O rural brasileiro é um exemplo dessa dicotomia. No mesmo território há uma extrema discrepância na estrutura de produção. De um lado, um modelo de produção materializado pela modernidade do espaço produtivo alicerçado pelo uso de técnicas e insumos agrícolas que proporciona maiores produtividades, favorecendo a acumulação de capital. Por outro, há um modo de produção camponesa/familiar que utiliza pequenas propriedades com base no trabalho familiar e com uso restrito de tecnologia. Essa prática tem como principal finalidade a subsistência e o comércio em pequena escala (local e regional). A comercialização assegura a renda e a qualidade de vida das famílias. Concomitante ao sistema de agricultura comercial/empresarial que produz em larga escala e se caracteriza, entre outros, pela exportação ou comercialização do ativo produzido.

Conforme o último Censo Agropecuário do IBGE (2006), foi recenseado 87.077 estabelecimentos agropecuários em Rondônia. Desses, 86% voltados para agricultura familiar, respondendo por 233.355 pessoas ocupadas, representando 84% do total de pessoas ocupadas no setor de agricultura no estado.

O crescimento e expansão da soja no Mato Grosso provocou uma corrida por novas áreas agrícolas em Rondônia, transformando o território em reserva de valor do capital. Esses dois municípios (Ariquemes e Vilhena) localizados no eixo da rodovia BR-364, a produção de grãos se efetivou com maior densidade econômica e política, principalmente, em Vilhena.

A figura 9 retrata singularmente os municípios de Rondônia que já consolidou essa atividade e outros que vêm aderindo ao cultivo de grãos. Entretanto, a expansão da monocultura acarreta numa série de fatores locacionais, dentre eles:

i – A absorção de novas áreas, ampliando os impactos ambientais na região;

ii – Terra a preços mais baixos;

iii – A grilagem de terras e consequentemente, aumento de conflitos por territórios;

iv – A necessidade de integrar as regiões produtoras aos centros consumidores e exportadores (logística);

v – Restringir a produção familiar/camponesa à medida que exerce forte pressão pelo monopólio da terra.

Figura 9: Áreas de cultivo de soja em Rondônia: municípios que integram a cadeia produtiva do agronegócio de grãos no Estado.

Fonte: Portal Amazônia. Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias-detalhe/economia/lavoura-de-soja-cresce-20-em-rondonia-e-projeto-novafronteiras/?cHash=1a315cf3fae5b65d6e8adde2cee10cd4>. Acesso em: 23 junho 2016.

A pluralidade das consequências da expansão do agronegócio no estado põe em risco a qualidade e a segurança alimentar da sociedade. A artificialização da agricultura tecnificada emprega um conjunto de componentes químicos que coloca em risco a saúde da sociedade.

Além de sucumbir territórios da produção camponesa/familiar que produz a maior parte dos alimentos que abastecem o consumo da população. Uma vez que as monoculturas projetam suas produções em grãos que alimentam, diretamente, a agroindústria e a pecuária e que chegam ao mercado como subprodutos, sendo o volume mais significativo da produção, destinado a mercados externos, que serão transformados em ração para animais.

Há uma geografia do processo de regionalização e expansão da soja em Vilhena que se caracteriza pela relativa redução da pecuária bovina em detrimento da expansão consecutiva da produção de grãos na região. Isso implica que novas áreas passaram a ser incorporadas à monocultura de grãos, oriunda da conversão de pastagens em áreas de lavouras. A cultura do grão de soja está aumentando no estado, dos 52 municípios, em 26 a soja é plantada. Segundo Carvalho:

> A "pecuária de fronteira" caracteriza a região de Vilhena; nos últimos dez anos, o efetivo vem crescendo menos em relação às outras regiões em grande medida devido à entrada de grãos, principalmente da soja (a área plantada sai de 4500 h a em 1995 para 37500 ha em 2004); segue-se o milho (27,9% alternativa de renda e/ou de cultivo nos moldes do resto país) e arroz (21,2% indicando desmatamento recente e possível entrada direta da soja depois da segunda safra do produto). Note-se que a área ocupada com estas três últimas culturas representa quase que a totalidade nas temporárias (93,0%), e que a pequena área com cultivos permanentes é dedicada principalmente ao café (88,6%) (CARVALHO, s/d, p.12).

A expansão da produção de grãos no sul de Rondônia, especialmente em Vilhena, incorporou uma grande extensão do espaço agrário local, abrangendo não apenas áreas já consolidadas, novas áreas estão sendo incorporadas para uso da agricultura moderna, seja pelo arrendamento de pequenas propriedades rurais ou pela conversão de áreas de pastagens.

Em entrevista cedida ao Programa Globo Rural, o Secretário da Agricultura do Estado, Evandro Padovani, afirma que o Estado tem 165 mil hectares de área plantada, dos quais 152 mil hectares encontram-se no Cone-Sul. Vilhena é o maior produtor de soja do estado, com 45 mil hectares concentrados nas mãos de quase 10% dos produtores de Rondônia (200 produtores). Segundo ele, cerca de 98% da soja produzida em Rondônia é convencional, e as *tradings* vendem a soja convencional mais valorizada, porém não repassa os ganhos aos produtores, e que o governo está buscando novos mercados internacionais para fazer a venda do produto (FRAGA, 22 de janeiro de 2013).

Diante dessa lógica progressiva do agronegócio em Rondônia, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) demonstra, em números, que a soja continua avançando em Rondônia. A safra de 2015/2016 superou em 6% a anterior. Esse aumento está relacionado ao incremento de novas áreas plantadas saindo de 231,5 mil ha para 245 mil ha e do uso de novas técnicas implementadas no sistema produtivo. Ainda de acordo com a CONAB, a safra deve

chegar a 776,2 mil toneladas. Esse dado coloca Rondônia na terceira posição do ranking de maior produtor da Região Norte, e a soja como principal cultura anual produzida no estado, superando, inclusive, o café na representação do Produto Interno Bruto – PIB (GOMES, 2016, p.14).

Em 2013, Rondônia registrou o montante de trinta e um bilhões, e noventa e dois milhões de reais no PIB. Representando 10,64% do PIB da Região Norte e 0,6% do PIB do Brasil. Desse montante 12,04% foi proveniente do setor agropecuário. A contribuição de Vilhena na totalidade do PIB estadual foi de 1,9 bilhão, com uma relação participativa no PIB do estado de 6,35%. Na distribuição relativa por setor da economia, Vilhena apresentou uma variação significante: o setor agropecuário acumulou 4,40%; o setor industrial 23,49% e o setor de serviços 72,11% do total.

O desempenho da produção agrícola em 2013/2012 apresentou perdas na produção de grãos. Segundo dados da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão (SEPOG, 2013), Os principais produtos da lavoura que mostraram quedas significativas na quantidade produzida, em 2013/2012, foram: tomate (-89,9%), milho (em grão) (-33,26%), arroz (em casca) (32,1%), feijão (em grão) (-17,5%), café (-17,5%), soja (-14,7), cacau (-14,4). Essa queda nos principais produtos do estado ocorreu devido ao excesso de chuva na região. As condições climáticas foram responsáveis pela variação e queda do rendimento médio de vários produtos agrícolas em todo estado.

Outro fator que limita a produção agrícola é a condição do solo. Os Argissolos são solos bastante expressivos em Rondônia, abrangendo aproximadamente 40% da área. Ocorrem, dominantemente, sobre as Superfícies Aplainadas do Sul da Amazônia e Planaltos Dissecados do sul da Amazônia e, também, sobre o Planalto e Chapada dos Parecis. Outro tipo de solo de grande ocorrência em Rondônia é o Latossolos. Estes, constituem uma ordem de grande expressão geográfica no estado. São solos em avançado estágio de intemperização. Em geral, são solos fortemente ácidos e de baixa capacidade produtiva que necessitam de correção para aumentar sua capacidade de aptidão agrícola. A aplicação de calcário em conjunto com adubos químicos, para “corrigir” essa deficiência passou a ser uma solução paliativa para transformar solos da região em terrenos mais férteis e ampliar o período de produção.

As mudanças não refletem apenas o crescimento ou a redução do volume de produção e da área ocupada com determinadas atividades. A expansão da área de pastagem e de produção de grãos em larga escala desarticula arranjos produtivos tradicionalmente constituídos por

agricultores e extrativistas, sejam pela expropriação territorial ou pela desarticulação das configurações produtivas.

O uso das tecnologias aplicadas ao modelo econômico do agronegócio indica a mudança estrutural e conjuntural dos fatores socioeconômicos rurais. Um dos pontos a que se aplica essa mudança está na oferta de trabalho oferecido pelo agronegócio. A exigência técnica passou a ser critério de ocupação nesse setor produtivo. O sistema operacional dos maquinários disponíveis nessa modalidade de agricultura é o que há de mais moderno exigindo profissionais qualificados para a realização de tais serviços. O trabalho no campo do agronegócio passa a ser seletivo e ao mesmo tempo excludente. Ricardo M. Venturelli (2009), ao estudar a *Territorialidade do Agronegócio e da Agricultura Camponesa em Cerqueira César-SP*, explica que no sistema de produção do agronegócio:

> As atividades estão geralmente pautadas em grandes extensões de terra, mas nem por isso foi encontrado um número expressivo de trabalhadores, uma vez que estas culturas estão baseadas em formas de produção altamente mecanizadas, desde o plantio, passando pela irrigação, até o momento da colheita (VENTURELLI, 2009, p.143).

Visando ao aumento constante da produtividade os empresários rurais têm investido significativamente na modernização da produção. As *tradings* do setor de grãos facilitam a aquisição de "pacotes produtivos" a cada ano. Novas descobertas são possíveis através de pesquisas na área da biotecnologia a qual permite a origem de grãos transgênicos de diversas espécies e, adaptáveis às condições, aparentemente adversas à produção.

As tecnologias proporcionaram pequena margem de erro na produção agrícola contemporânea, como ocorre com a agricultura de precisão, porém a maior dependência dessas lavouras e suas reais produtividades não estão somente nas mais sofisticadas sementes, ou nos pacotes de defensivos e adubos químicos oferecidos pelas multinacionais do setor, estas monoculturas estão subordinadas a uma condição climática favorável, ou seja, à dependência de uma quantidade suficiente de umidade e calor que possibilite o desenvolvimento das plantações. O resultado dessa inter-relação está na variação da produção e da produtividade de alimentos quando o fator clima não favorece a tal desempenho, o resultado é a queda significativa da produção acarretando, em alguns casos, a falta do produto para o consumo interno e perdas nos lucros.

A espacialização da soja por diferentes regiões do Brasil revela, simultaneamente, a expansão da fronteira agrícola e os interesses da economia mundializada. Cabe, portanto, enfatizar o papel das políticas públicas e dos investimentos privados nacional e estrangeiro, no que tange a essa commoditie, pois o acréscimo dessa monocultura inibe a produção de

outros gêneros agrícolas oriundos da agricultura camponesa, que vivencia fortes especulações em função dessa fronteira agrícola sob a conivência das políticas públicas que favorecem aos grandes empreendimentos agrícolas. Um exemplo dessa veracidade está no *Plano Safra ou o Plano Agrícola e Pecuário* (PAP) de 2016/2017, que disponibilizou R$ 202,88 bilhões para produtores rurais do agronegócio. O valor é 8% maior que o da safra anterior, de R$ 187,7 bilhões. Na contramão dos recursos disponibilizados pelo governo, os agricultores familiares contaram com R$ 30 bilhões para o financiamento de projetos individuais ou coletivos destinados à produção de alimentos básicos. Nessa conjuntura, prevalece o principio da desigualdade de aquisição dos recursos financeiros destinados aos agentes produtores. O grande volume de capital destinado ao setor do agronegócio favorece a aquisição de insumos que corrobora para ao aumento da produtividade. Por outro lado, a agricultura familiar se limita a menor parcela de financiamentos agrícolas, mas que valoriza a produção de alimentos, chegando a 70% do que os brasileiros consomem.

A contabilidade do mundo rural brasileiro é extremamente desigual não apenas pelo volume de recursos destinados aos financiamentos da produção agropecuária, mas pela capacidade de uso de recursos tecnológicos que fez do setor primário do país um dos mais competitivos e desiguais do mundo, representado pelo agronegócio e pela agricultura camponesa/familiar.

A trajetória da agricultura brasileira mostra as mudanças entre o passado e o presente. Em Vilhena, é possível observar a prática de diferentes sistemas de produção agrícola em seu espaço agrário (familiar e agronegócio). São espaços ativos e contraditórios, mas que se aglutinam na dinâmica econômica local.

3.6 Horizontalidade e Verticalidade do agronegócio em Vilhena – logística

Nos últimos cinquenta anos, o setor agropecuário brasileiro conheceu e absorveu a modernização técnico-científica-informacional. Isso representou uma transformação socioespacial extremamente adversa ao modelo de gestão agropecuária pré-estabelecido. O desenvolvimento tecnológico somado ao conhecimento científico formalizou e intensificou a economia primária brasileira aos moldes capitalistas de produção visando incrementar índices na balança comercial do país com as exportações das commodities produzidas.

Os lugares passaram a exercer papel relevante na economia global. O isolamento socioespacial vai se desconfigurando à medida que os sistemas de objetos e de ações se sobrepõem ao território, criando vínculos espaciais e se reproduzindo dentro da lógica

capitalista que passa a ditar regras de produção em larga escala proporcionando aos agentes e vetores desse paradigma o controle monopolista dos recursos de maneira a comandar a economia dentro da complexa rede do circuito espacial da produção multiescalar.

A partir dessa concepção, os lugares passam a ter outro significado. É nesse contexto, que se exprime o conceito da *verticalidade* e da *horizontalidade.* Seguindo a linha Miltoniana, Silva (2015) caracteriza essas duas variáveis como um conjunto de processos. Para ele, as *verticalidades* referem-se aos entrelaçamentos hierárquicos, hegemônicos e interdependentes que ligam o mundo ao lugar, que a partir das normas, das ordens, da política, dos signos, sendo por vezes, atividades produtivas ou financeiras que empiricizam o mercado global nos lugares. As *horizontalidades* constituem o espaço da proximidade, da coparticipação, do cotidiano, sem descontinuidade, onde a cooperação ainda não foi quebrada pela competitividade, prevalecendo a solidariedade orgânica no lugar e no território.

A eficiência brasileira em alguns setores agrícolas, resultado de um conjunto de políticas públicas de apoio à agricultura, favoreceu ao desempenho positivo do agronegócio, em especial ao setor de soja e derivados, açúcar e álcool, café e carnes.

O comércio exterior brasileiro, alicerçado, principalmente, na exportação dessas *commodities*, tem gerado impactos positivos no âmbito econômico, mas, ao mesmo tempo, os gargalos na logística e na infraestrutura ligadas a esse setor dificultam a ampliação comercial em escala global. Investimentos nos sistemas de transportes ampliam a perspectiva e a eficiência do sistema operacional do escoamento dos produtos que são destinados ao mercado externo e, ao mesmo tempo, aumenta a competitividade dos diversos segmentos econômicos.

No Brasil, a matriz de transporte de cargas é extremamente dependente do modal rodoviário. Em 2014, a Confederação Nacional do Transporte (CNT) indica que a modalidade de transporte rodoviário tem absorvido 61,1% das movimentações de cargas no Brasil, contra 20,7% do transporte ferroviário e 13,6% da matriz hidroviária.

Com a expansão do agronegócio ocupando grandes áreas territoriais no Centro-Oeste e mais recentemente no Norte-Nordeste do país novos empreendimentos em infraestrutura, especialmente no setor de logística, se desenha pelas regiões do Brasil. Se a prioridade do agronegócio é criar estratégia de saída da produção de *commodities*, o Arco Norte é uma região com espacialidades para receber novos investimentos. Corredores como o do Rio Madeira, Rio Tapajós e do Tocantins são estratégicos para a hegemonia do agronegócio brasileiro.

O cartograma 5, destaca os estados da federação considerados como maiores produtores de soja bem como, os principais eixos portuários de exportação de grãos do país.

Cartograma 5: Produção de soja por unidade da federação e principais portos de exportação de grãos do país.

Disponível em: <http://iejorgehori.blogspot.com.br/2016/07/integracao-do-brasil-do-norte-pela.html>. Acesso em: 28 de Jun. 2016.

O cartograma 5, além de expressar a produção e a regionalização da soja, possibilita entender as áreas já consolidadas dessa monocultura, como os estados da Região Sul e Centro-Oeste. Porém, novas áreas vêm se tornando estratégicas na produção de grãos. É o que ocorre com Rondônia, Pará e a região do Matopiba. As *tradings* que monopolizam a produção de grãos vêm priorizando pontos estratégicos da Região Norte, sobretudo a quantidade de terras disponíveis para o plantio e os eixos de integração internacional: Eixo Madeira; Eixo Tapajós; Eixo Tocantins.

Integrada pela BR-364, Rondônia se transformou num lugar estratégico nessa nova fase da economia brasileira. Considerada região de vazio demográfico até a década de 1970, Rondônia transcende o século XXI como um dos estados da federação mais dinâmico no setor agropecuário. A partir da década de 1990 do século XX, parcelas do território da Amazônia, sobretudo áreas do cerrado, foram incorporadas ao processo de avanço da fronteira agrícola capitalista capitaneada pela lavoura da soja e milho. As áreas inseridas nesse processo são o cerrado e campos de Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, Pará, Tocantins e Roraima. Alguns

agentes são representativos da dinâmica de transformação dessas porções territoriais. O avanço do agronegócio nessas regiões permitiu a inclusão, mesmo precária, de uma rede de infraestrutura capaz de dar funcionalidade ao território. Grupos econômicos como Cargill, ADM, Bunge y Born, Dreyfus, e André Maggi, passaram a exercer forte monopólio na produção de grãos na região. As práticas socioespacial desses agentes econômicos transformaram o sistema de produção econômica regional em culturas de alto valor comercial. Concomitantemente, esse modelo econômico produz reações adversas como a desestabilização, modo de vida de grupos sociais locais através do processo de desterritorialização. Essa ação produz a exclusão social no campo e favorece a formação de grandes empreendimentos rurais (latifúndios).

Em Vilhena, a geografia da soja se territorializa em áreas com produtos agrícolas de menor valor no mercado regional e nacional e, principalmente, em áreas tradicionalmente destinadas à pecuária. A incorporação do espaço agrário, o desenvolvimento tecnológico no setor de grãos, a adaptação das cultivares agrícolas às condições físicas da região e o conjunto de signos representados pela logística, são vetores responsáveis pela transformação de Vilhena em centro produtor e polarizador do agronegócio estadual. O avanço do agronegócio da soja cristaliza o processo de globalização e fragmenta o espaço rondoniense, criando novas fronteiras econômicas. A dinâmica do agronegócio impulsiona e fortalece outras atividades econômicas como o comércio de equipamentos e insumos necessários à modernização técnica da produção.

Juntos, a verticalidade e a horizontalidade integram os espaços em sua funcionalidade. Como explica Santos (2008), ao analisar as segmentações e partições do espaço, admite que há extensões de pontos que se agregam sem descontinuidade (horizontalidades) e, pontos no espaço, que, mesmo separados uns dos outros, asseguram o funcionamento da sociedade e da economia na ótica global (verticalidades). Isso significa que a circulação, a distribuição e o consumo da produção são inerentes à verticalidade do espaço em plena funcionalidade.

É nessa perspectiva que a economia de Vilhena fomentou um conjunto de objetos representados pela disponibilidade de infraestrutura que corporifica e, complementa significativamente a dinâmica econômica que se cristalizou em seu território.

O setor comercial direcionado à agropecuária cresceu abruptamente no município. As vendas de insumos, máquinas, equipamentos e peças de reposição cresceram expressivamente, de modo que atraíram grupos interessados em investir na região, contribuindo para dinamizar a economia urbana-rural de Vilhena e região. Representantes da Massey Ferguson, New Holland, Agrale, disputam o comércio de venda e revenda de

máquinas agrícolas. Esse comércio que favorece, principalmente, aos grandes empreendimentos agrícolas, que exige elevado grau de investimentos tecnológico na produção de *commodities*.

A consolidação da BR-364 fez surgir diversos postos de combustíveis, que hoje são geradores de emprego e renda e o comércio que gira em torno da rodovia. A polarização regional de Vilhena na região do Cone-Sul e a crescente demanda da produção de grãos favoreceram ao crescimento da frota de caminhão trator que chegou a 1.216 unidades em 2013 (DETRAN, 2015).

Empresas de logísticas passam a atuar em Vilhena, dinamizando o potencial da região. Instalada desde 1986 em Vilhena, a Transportadora Hiperhaus é uma empresa que atua no segmento industrial de artefatos de cimento e no transporte rodoviário. A matriz está situada na cidade de Vilhena, onde está instalada a área administrativa do grupo e toda rede de suporte e manutenção da transportadora, como: monitoramento de veículos, base de abastecimento, borracharia, oficina mecânica de motores, oficina de carretas, marcenaria, funilaria e metalúrgica. Considerada uma das maiores empresas no ramo de transportes no estado, a Hiperhaus possui uma frota de mais de 230 veículos pesados com uma capacidade de carregamento de aproximadamente 6.400 toneladas, sendo grande parte composta por bitrens e rodotrens graneleiros.

Segundo o Sr. Semir, responsável pela área de informações e administração da logística empresarial da Transportadora Hiperhaus, afirma que durante a safra de grãos (soja e milho) de Vilhena, a frota de caminhões graneleiros da empresa, é contratada pela Cargill, Amaggi e ADM. O contrato se estende durante todo período da colheita dos grãos. Cerca de 70% dos grãos transportados pela Hiperhaus, pertence ao grupo Amaggi.

Segundo Samir, o maior desafio do setor logístico está no preço dos fretes e nas condições de infraestrutura rodoviária (BR-364) que acaba por aumentar os custos com manutenção dos veículos.

A Transportadora Hiperhaus emprega cerca de 370 funcionários entre motoristas, o setor administrativo, limpeza e manutenção. A escolha de Vilhena como sede central desse empreendimento se justifica pela centralização do agronegócio que se dinamiza e incorpora novos sistemas de ações e objetos. Outra importante empresa de logística instalada em Vilhena há mais de dez anos no mercado é a Cavalheiro Logistics, é referência no transporte de cargas secas e refrigeradas. Conta com a frota própria e agregada.

No setor de grãos, a empresa conta apenas com sete caminhões graneleiros que durante o período de três meses transporta soja para a Cargill. O ponto forte da empresa está

no transporte de produtos refrigerados. É uma empresa que atua no eixo Norte-Sul do país, com uma frota de 66 veículos refrigerados que atende ao setor de carne e laticínios. Seus principais clientes são JBS, Seara, Batavo, Frimesa, Marfrig Group, Elegê e outros.

Dada a vitalidade do agronegócio, Vilhena se transformou no centro da logística do estado, sua localização estratégica é fundamental para atender a demanda regional e nacional. A expansão da atividade do agronegócio, no município, agrega características capazes de oferecer um novo arranjo socioespacial. A partir das relações socioeconômicas sobre os territórios que concretiza e formaliza a *psicosfera e a tecnosfera* (SANTOS, 2008).

A cidade e o campo se correlacionam num circuito produtivo. O espaço urbano-rural de Vilhena tornou-se um *híbrido*, resultado da constante mutação das técnicas e sua relação com a sociedade, dando a ideia de um espaço globalizado.

No espaço, o processo recente de modernização do campo permite que a racionalidade das empresas hegemônicas se insira numa região que há tão pouco tempo era considerada pouco funcional à moderna economia indicando que as estratégias de exploração capitalista do território se alargam e atingem os cantos mais remotos do Brasil (PEREIRA; KAHIL, 2010).

A expansão das atividades capitalistas cria uma (des)ordem na esfera socioespacial. As mutações cooptadas pelo sistema de produção econômica do agronegócio de Vilhena corroboram para um novo paradigma socioespacial. Novos conteúdos vão se instalando sobre o espaço que passa a exercer a funcionalidade sistêmica das demandas. É assim que os espaços se “atualizam” e dão origem a novos arranjos econômico-espaciais.

3.7 As *tradings* e o controle da produção e consumo de grãos em Vilhena

Consideradas como empresas comerciais exportadoras, conhecidas no mercado internacional como "*tradings companies*". A atividade dessas empresas se caracteriza pela aquisição de mercadorias no mercado interno para posterior exportação. Essas agências econômicas exercem um forte papel no monopólio da produção de grãos em todo o país.

O Brasil é o segundo maior produtor de soja do mundo, e em 2003 tornamo-nos o maior exportador do grão. No entanto, quatro empresas transnacionais (Cargill, Bunge, ADM e Louis Dreyfus) dominam, aproximadamente, 95% das exportações da soja brasileira. Os Estados Unidos e o Brasil, principais *players* produtores de soja, são também os protagonistas no cenário exportador da oleaginosa, participando juntos com 81% do que foi produzido na safra de 2013/2014.

A expansão do cultivo dos grãos por todo território brasileiro promoveu uma corrida pela aquisição e controle de territórios na Amazônia. Tanto empresas nacionais como estrangeiras se apropriaram de grandes extensões de terras, criando seus impérios econômicos. A dinâmica técnico-científico-informacional transformou áreas com baixa qualificação de produção em gigantes monocultores e produtores de commodities. Essa expansão qualificou o Brasil como centro produtor e exportador de grãos.

Considerado um grande celeiro agrícola, o Brasil despertou interesses de empresas estrangeiras ligadas ao setor do agronegócio que introduziram seus padrões mercadológicos, passando a controlar a cadeia produtiva do agronegócio. Percebe-se assim que consorciadas aos grandes produtores, as maiores *tradings* de commodities no mundo são atores relevantes no processo de expansão da soja no Brasil: ADM, Bunge e Cargill, e algumas empresas nacionais, como o Grupo Maggi. Através de estímulos como crédito, sementes, agrotóxicos e a construção de infraestrutura para exportação (como portos), essas empresas vêm contribuindo para a intensificação da produção agrícola brasileira (agronegócio) e, consequentemente, para a expansão da fronteira agrícola da soja.

A Amaggi é uma das maiores companhias da América Latina no ramo do agronegócio e é formada por quatro grandes áreas de negócio*: Commodities*, Agro, Navegação e Energia. A Amaggi *Commodities* atua na compra e venda de grãos (soja e milho), industrialização, logística, operações portuárias e importação e comercialização de insumos agrícolas. A trading encerrou o exercício de 2013 na 18ª posição entre as maiores exportadoras brasileiras, pelo ranking do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, com receita de US$ 1,7 bilhão em exportações. A Amaggi *Commodities* possui armazéns espalhados por todo o país, com capacidade para armazenar 2,5 milhões de toneladas de grãos. Além disso, conta com três unidades de esmagamento de soja: Lucas do Rio Verde (MT), Itacoatiara (AM) e Fredrikstad, na Noruega.

A expansão da soja na fronteira agrícola da Amazônia resultou na criação do Corredor Noroeste de Exportação, que viabiliza o escoamento da produção de grãos do noroeste de Mato Grosso e do sul de Rondônia pela hidrovia Madeira-Amazonas há mais de 15 anos. Operada pela Hermasa (empresa de navegação do Grupo Maggi), trata-se da principal hidrovia do país, utilizada para escoar a produção de grãos e carnes.

No porto da capital de Rondônia (Porto Velho), a soja é transferida dos caminhões para barcaças, nas quais os grãos são transportados até o Porto de Itacoatiara, funcionando como modal hidro-rodoviário (rodovia BR-364 e hidrovia do Madeira) que articulou o espaço amazônico ao fluxo do agronegócio globalizado.

Apesar de o Grupo André Maggi ser um dos atores hegemônicos na produção e comércio de grãos de soja no Brasil, a gestão maior do circuito mercantil-financeiro está em poder de atores transnacionais. Desse modo, a dinâmica espacial do grupo é apenas parte integrante das verticalidades globais do agronegócio da soja.

Em Vilhena, a geografia do agronegócio é comandada pelas empresas Cargill e Amaggi, que passaram a exercer o monopólio da comercialização dos grãos produzidos na região. Visando ao comércio em escala global essas empresas têm adotado mecanismo de controle da produção, destituindo o conceito de soberania e segurança alimentar no território. O uso corporativo do território sob o comando dessas *tradings* construiu um "novo território" na região, um espaço tecnificado com base nos objetos que dão funcionalidade a esse paradigma agrícola, como explica Silva (2014):

> Esses agentes hegemônicos vão impor uma forte especialização produtiva a partir das monoculturas, formas essas de ocupação do território até então estranhas no espaço rondoniense. Trata-se da inserção espacial do capital globalizado, notadamente nas áreas ocupadas pela pecuária e produção familiar que apresentavam estrutura fundiária e/ou condições edafoclimáticas favoráveis à expansão agrícola e que poderiam ser modificadas, e assim o foram, pelos mecanismos de coerção econômica e estratégias territoriais dos agentes hegemônicos (SILVA, 2014a, 306).

A participação da Amaggi e da CargiIl deram competitividade à produção de grãos em Vilhena, atraindo produtores e fornecedores de implementos agrícolas, fortalecendo o comércio ligado ao agronegócio da região. Financiamentos bancários e o surgimento de novos departamentos comerciais (lojas agropecuárias) alavancaram o setor agropecuário e agroindustrial em Vilhena fomentando o emprego e elevando a renda da população local, principalmente dos que se beneficiam diretamente dessas ofertas/oportunidades.

O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos[9] do mundo, e o segundo maior produtor de transgênicos, com mais de 42 milhões de hectares plantados com soja, milho e algodão geneticamente modificados (LONDRES, 2011). É importante destacar que a biotecnologia foi a principal responsável para o desenvolvimento e o espraiamento das monoculturas dos grãos geneticamente modificados. O monopólio exercido pelas transnacionais do setor agroquímico especializa a forma da produção e reprodução da agricultura. É uma agricultura amplamente artificializada, desde a produção das sementes até o uso dos "defensivos". Há uma espécie de controle produtivo que determina o tipo de grão e os componentes que serão utilizados em

[9] Agrotóxicos, também conhecidos como pesticidas, são compostos cuja finalidade é eliminar organismos, ou alvos biológicos, que atacam a produção agrícola. Seu mercado é altamente concentrado, sendo 70% controlados pelas seis maiores empresas do ramo (Syngenta, Bayer, Monsanto, DuPont, Dow e BASF). Essas empresas realizam elevados investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D), principalmente na obtenção de novas moléculas patenteáveis (MATSUSHITA et al, 2010).

determinado espaço, conforme suas condições naturais (pacotes tecnológicos) e durante a vida útil das plantações.

A agricultura contemporânea é ditada pela lógica do capital, caracterizada pela rapidez e grandiosidade dos lucros comerciais. Na conjuntura do processo produtivo, pouco importa a procedência dos alimentos produzidos em larga escala. No Brasil, os agrotóxicos são utilizados desde a década de 1960-1970, como a solução para o controle de pragas que atingem as lavouras, e foram colocadas definitivamente no cotidiano dos trabalhadores rurais (MATSUSHITA, et al, 2010). Esse foi um dos recursos originados pela política agrícola mundial que se expandiu para as nações subdesenvolvidas a partir da década de 1960, a "Revolução Verde". Cinquenta e seis anos após a tão criticada revolução agrícola, houve mais retrocesso do que progresso, pois a ruptura socioeconômica provocada por esse modelo avassalador que não reduziu a quase nada a fome no mundo, propósitos da política externa (Revolução Verde).

O cerne desse processo está no mais absoluto poder de controle da produção exercido pelas nações mais desenvolvidas na égide das empresas transnacionais que dominam o setor agropecuário em todo mundo e que expandiu seu modelo de produção e seus pacotes tecnológicos dominando o território das nações subdesenvolvidas e impondo seus impérios mercadológicos, visando à produção em larga escala para atender a crescente demanda em escala global. A lógica corporativa do território e do capital se instala velozmente por todos os continentes, propagando e adaptando, com base na biotecnologia, seus modelos de produção devastadores de recursos naturais e de grupos sociais desterritorializados.

Enquanto o Brasil se destaca na esfera global como maior consumidor de agrotóxicos, Rondônia é o segundo maior consumidor da Região Norte e, de modo semelhante ao comportamento nacional, observa-se um crescimento do consumo desses componentes sem aumento proporcional na área plantada.

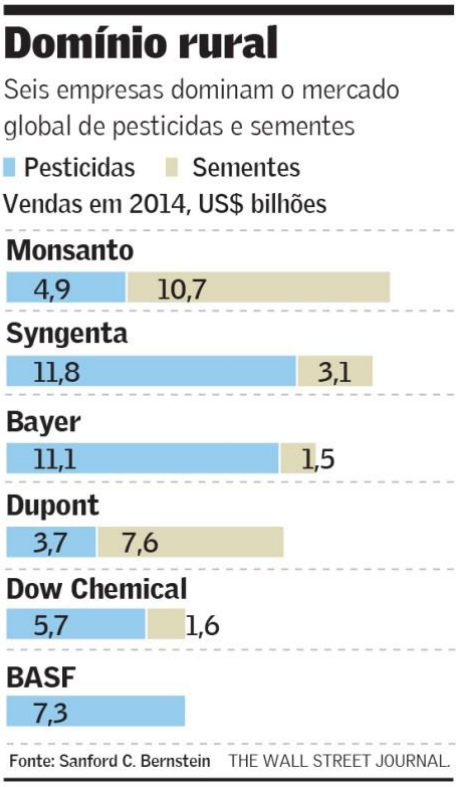
Esses produtos são aplicados em uma grande diversidade de culturas agrícolas, cuja demanda por agrotóxicos é diferenciada, em função das especificidades das condições climáticas das diferentes regiões do país. Em Rondônia, tanto a agricultura convencional quanto a agricultura camponesa/familiar, salvo exceções, fazem uso de produtos químicos.

Os agrotóxicos são utilizados em grande escala especialmente em sistemas de monoculturas em grandes extensões territoriais. Vilhena, o maior produtor de soja e milho de Rondônia, e o segundo maior produtor de arroz, foi o município que registrou maior número de casos de intoxicação por agrotóxicos, conforme dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN). Há um perigo iminente sobre produtores rurais que estão

expostos ao manuseio, à ação e aos efeitos desses compostos químicos. No Brasil, o nível de intoxicação cresceu assustadoramente nas últimas décadas, esse aumento está associado ao uso constante desses produtos tanto na agricultura comercial quanto na produção camponesa/familiar. Em 2010 e 2011, o SINAN registrou mais de 1.500 casos de intoxicação por agrotóxicos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

É um comércio altamente lucrativo. Mas deixa rastos devastadores sobre o território e a sociedade. Há falhas no controle no uso dos agrotóxicos no Brasil, isso demanda em graves consequências ao meio ambiente e na sociedade que consome, indiretamente, produtos com alto grau de presença de substâncias químicas. Atualmente, as monoculturas brasileiras utilizam tecnologia transgênica produzida pelas seis grandes empresas transnacionais líder no setor: Monsanto (Estados Unidos), Syngenta (Suíça), Dupont (EUA), Basf (Alemanha), Bayer (Alemanha) e Dow (EUA).

Gráfico 1: Empresas que dominam o setor de sementes transgênicas e agrotóxico (2014).



Fonte: abag. Disponível em: <http://www.abag.com.br/sala_imprensa/interna/abag-gigantes-do- agronegocio>. Acesso em: 23 de junho, 2016.

O setor comercial do agronegócio, principalmente, da produção de *commodities*, no Brasil, sempre apresentou superávits positivos na balança comercial acrescentando a esse desempenho a geração de emprego e renda fomentando por toda cadeia produtiva que está consolidada e, continua se materializando, agora em áreas da Amazônia. Na pauta da exportação brasileira, desde 1998, o complexo soja tem sido o produto de maior destaque do

comércio exterior brasileiro. Nesse cenário, é histórico designar o papel do Brasil como mero produtor e exportador de produtos primários, posição. A diferença dessa nova era das exportações está na diversidade de produtos que constituem a lista de exportação nacional. Segundo Mesquita:

> Somos reconhecidamente um fornecedor estratégico de matéria-prima e proteínas, pois temos os pré-requisitos, recursos naturais, fronteira agrícola significativa, água e competência tecnológica e de gestão, ou seja, nesta praia somos competitivos (MESQUITA, 2012, p.7).

Na lógica da globalização econômica, importamos tecnologias de ponta para aplicarmos na agropecuária nacional a preços elevados e exportamos os melhores produtos a preços baixos pelo valor agregado e, principalmente, pela perda dos recursos que utilizamos no processo produtivo. Junto com essas commodities vão parte da nossa água, das florestas e dos solos degradados.

Em Rondônia, a cultura da soja está se expandindo, incorporando áreas de pastagens, porém o estado tem uma estrutura fundiária de pequenas e médias propriedades. Para Vicente Godinho, "o estado vai atingir uma escala maior a passos lentos, ocupando espaços da pecuária sem comprometer a atividade que busca alguns complementares para ajudar na sustentabilidade" (GOMES, 2016, p.14).

A busca por novas cultivares para ampliar a capacidade produtiva do estado é uma constante. Segundo a Revista Visão Rondônia (2016), o pesquisador da Embrapa Rodrigo Brogin, em parceria com a multinacional Basf, desenvolveu, em 2015, o Sistema de Produção Cultivance, cultivar 100% brasileira. Ela combina cultivares de soja geneticamente modificada e, tem grande potencial produtivo e resistência a herbicidas.

Outro programa desenvolvido pela Embrapa é a "Soja Livre" que leva ao produtor as diversas opções de sementes, inclusive a convencional, que segundo Brogin, o sistema de produção convencional passou por inovações. Essa modalidade de cultivares apresenta alta produtividade, tem competitividade, e estão livres dos OMGs (Organismos Geneticamente Modificados).

A realidade é que o agronegócio está munido de um conjunto de fatores que favorecem o seu desenvolvimento e expansão. As tecnologias proporcionam pequenas margens de erro na produção, levando empresas a comprarem de forma antecipada a produção como forma de monopolizar o comércio, subordinando os produtores a uma política de preço mínimo e, ao mesmo tempo, acumulando vultosos lucros.

Atraídos pelos baixos preços das terras, pelas políticas de incentivos governamentais, pelas condições naturais do espaço físico de Rondônia e pelas novas tecnologias

(biotecnologia), essas empresas do agronegócio vêm expandido seus impérios sobre o território desse estado. Esse perfil é visível no espaço agrário de Vilhena onde predomina o latifúndio monocultor de soja. Essas corporações capitalistas conquistam novos territórios e impõem uma nova moldagem no espaço geográfico rural e urbano por elas ocupadas.

3.8 Rondônia: "O Estado do agronegócio"

O atual modelo de desenvolvimento econômico, centralizado na produção em larga escala visando aos mercados internacionais, fomentou o crescimento do setor agroindustrial de Rondônia. Ligado à produção de *commodities*, a agroindústria se concentrou e se fortaleceu no estado de forma significativa. Hoje, Rondônia é o terceiro maior produtor de arroz, o segundo de soja, o segundo de milho e o primeiro de leite e carne da região Norte. Esse dinamismo econômico tem atraído investimentos externos e internos. Um dos setores que vem acompanhando esse crescimento é o setor agroindustrial, a exemplo da indústria de alimentos que representa 24,4% do setor industrial com destaque para a pecuária, que atraiu uma rede de frigoríficos representados, principalmente, pela JBS-Friboi, Frigon e Minerva, que, em 2015, processaram cerca de 1,2 milhão de cabeças para os mercados da Europa, EUA, África e Ásia.

Com um rebanho bovino estimado em 13 milhões de cabeças, o setor alavanca a economia estatal contribuindo com 20,5% do PIB rondoniense empregando diretamente cerca de 40 mil famílias, segundo dados da Revista Visão Rondônia. Segundo Costa (2016), a JBS S/A, com onze estabelecimentos ativos processa 50% de toda carne produzida no estado para abastecer o mercado externo.

É relevante destacar que a produção agropecuária de Rondônia não está concentrada, unicamente, no comando dos latifúndios extensivos, ao contrário, dados do censo agropecuário do IBGE (2006) revelam indicadores positivos ligados à pequena propriedade rural que abastece o mercado regional e nacional. A produção camponesa/familiar é responsável por fornecer ao setor agroindustrial matéria-prima para processamento como café, leite, carnes e frutas.

Em diálogo com o pesquisador da Embrapa – Vilhena, Vicente Godinho, em Janeiro de 2016, ao ser questionado sobre a agricultura familiar do município, ele afirma que:

> "A agricultura familiar de Vilhena vai se tornar a mais forte do estado. Começou diferente dos outros municípios. Começou com a pecuária de pequenos animais, o leite de maior produtividade, a hortaliça de pequena escala, a fruticultura. Nos municípios onde predomina a agricultura familiar está se pecuarizando principalmente o setor leiteiro" (Vicente Godinho, Entrevista, 2016).

O Programa de Verticalização da Pequena Produção Agropecuária do Estado de Rondônia (PROVE) foi implantado no primeiro mandato do atual governo, Confúcio Moura, pela Lei n° 2.717/2012, com o objetivo de incentivar pequenos proprietários rurais a produzir, industrializar e comercializar os produtos sem intermediários. Isso representou ganhos significativos para os pequenos produtores rurais que em sistema de cooperativas ou individuais passaram a investir no processamento de produtos locais ampliando seus rendimentos. O PROVE-RO baseia-se na parceria entre instituições governamentais, organizações não governamentais, pequenos produtores rurais e suas cooperativas ou associações de que façam parte. O art. 3º dessa lei define o objetivo central:

> Art. 3º O Programa tem como objetivo principal, dentre outros, inserir o pequeno produtor rural no processo produtivo, concedendo-lhe incentivos à produção e ao processamento dos produtos in natura de origem animal e vegetal, de modo a agregar maior valor a estes, aumentando a renda familiar, fixando a família na terra e gerando empregos no campo (Lei n° 2.717/2012).

Apesar da importância e da funcionalidade dessa lei, há exceções. Parte das pequenas propriedades rurais do estado está desassistida pelas instituições governamentais, forçando os produtores a buscar outros caminhos como financiamento a bancos governamentais ou privados para agregar valor a terra, a custos muitas vezes elevados e sem retorno.

A pujança da economia de Rondônia se solidifica no setor agropecuário, que em 2015 cresceu 1,8%. Esse crescimento está ligado ao setor produtivo, com a profissionalização e a tecnificação do setor. É nessa ótica que o poder público vem utilizando o slogan "*Rondônia – o Estado do Agronegócio*".

A prova da força do agronegócio está nas feiras agropecuárias que ocorrem anualmente em vários municípios do Estado. Em sua 5ª edição (2016), a Rondônia Rural Show (maior feira agropecuária da Região Norte) apresenta o que há de mais moderno em tecnologia da produção agropecuária. O evento atrai representantes de vários países que discutem propostas de fomento ao volume de negócios produzidos e comercializados.

Figura 10: Marketing do agronegócio em Rondônia – Rondônia Rural Show (2016).

Disponível em: <http://www.rondoniaruralshow.ro.gov.br/> Acesso em: 30 de maio de 2016.

Incentivada, organizada e planejada pelos agentes públicos e privados, a Rondônia Rural Show tornou-se uma vitrine propagandista do governo estadual para dar visibilidade ao setor do agronegócio de Rondônia. A figura 10 demonstra o potencial agropecuário do estado configurado pela especialização da produção de grãos, carne, leite e peixe.

Nessa feira de negócios, o volume dos recursos disponíveis para financiamentos agrícolas durante a 5ª Rondônia Rural Show passa de R$ 1 bilhão. As facilidades dos créditos ofertados pelas instituições financeiras incentivam à compra de máquinas e implementos agrícolas em suas diversas variedades. Máquinas como colheitadeiras de soja que chegam a custar 1,1 milhão de reais.

Mais de 375 expositores têm a oportunidade de apresentar seus produtos. São pavilhões da agroindústria regional, do artesanato, espaço para palestras e exposições de máquinas, veículos, implementos e serviços. No fechamento preliminar, os organizadores divulgaram a efetivação de R$ 350 milhões em 3,5 mil propostas de negócios.

Figura 11: Colheitadeira de soja. Exposição na 5ª Rondônia Rural Show – Ji-Paraná – RO (2016).

Fonte: Trabalho de campo, 2016.
Foto: RICARTE, Carlos Alberto de Almeida.

A figura 11 representa o que há de mais moderno na tecnologia agrícola. São insumos dos mais variados tipos que são expostos nas vitrines de cada empresa rural. Equipamentos e máquinas de última geração que chega a custar 1,2 milhão de reais (colheitadeira).

Esse evento é também a oportunidade dos centros de pesquisas e desenvolvimento mostrarem as inovações e melhorias da produtividade incentivando o produtor a buscar alternativas para melhor aproveitamento da terra. A Embrapa, por exemplo, apresentou novas tecnologias nas áreas da cafeicultura, produção animal, vegetal e floresta. O Workshop

integração Lavoura-Pecuária-Floresta como alternativa sustentável para Rondônia. O objetivo desse modelo econômico é reduzir os impactos sobre as áreas produtivas, como a perda da fertilidade do solo, utilizando-se do cultivo consorciado ou rotacionado, buscando efeitos sinérgicos entre os componentes do agroecossistema.

Outro setor de destaque está na área da cafeicultura, as variedades de cultivares desenvolvidas pela Embrapa (conilon, arábica e robusta) entre elas a variedade de café conilon denominada de BRS Ouro Preto (café clonal), produto que apresenta alto grau de produtividade. Essa cultivar foi obtida pela seleção de cafeeiros que desenvolveram uma espécie adequada às lavouras comerciais do estado e adaptada ao clima e ao solo da região, o que implicará em maior produtividade.

A dinâmica econômica imposta atualmente sobre o espaço rondoniense se materializa com base nos seguintes agentes: o Estado, o capital nacional e estrangeiro e os produtores. Estes proporcionam a Rondônia um novo arranjo espacial alicerçados num parâmetro econômico do agronegócio e na agroindústria que visa produção em escala global. O essencial para a expansão do mercado mundial está na diminuição do tempo e no custo do transporte de cada produto entre o ponto de produção e de consumo. Na economia globalizada, o poder do capital assume estratégia de hegemonia, sobretudo no controle da produção e dos sistemas de ações e objetos que permitem a fluidez dos produtos.

CAPÍTULO IV – A tecnosfera e a psicosfera do espaço agrário-agrícola de Vilhena

Vivemos numa época onde o espaço tem representação simbólica significante, uma relação de poder. Essa feição se realiza a partir das transformações sociais, principal responsável pela produção dos sistemas de ações e objetos que lhes são atribuídos a cada temporalidade vivida pela sociedade que deixou para trás as rugosidades de um tempo que fora sucumbido pela modernidade dos novos objetos sociais.

A globalização da economia, na sua mais nova etapa do capitalismo, produz e reproduz novos espaços, alicerçada na transnacionalização do capital produtivo que monopoliza a economia mundial em vários segmentos de produção, gerando, ao mesmo tempo, riqueza e pobreza, inclusão e exclusão.

Vastos espaços no mundo contemporâneo, especialmente nas novas "fronteiras" de ocupação e exploração exibem com clareza os efeitos da modernidade agressiva, que impõe suas fisionomias, em forma de sistemas de ações e objetos que formaliza o território conforme a geometria econômica das grandes corporações hegemônicas do capital transnacional e nacional. Ao materializar o território, o capitalismo reproduz, de modo desigual e conflitante, as relações sociais capitalistas e não capitalistas, as quais geram disputas territoriais permanentes, que, por sua vez, se desdobram nos âmbitos: econômico, político, teórico e ideológico.

No contexto da globalização, o que vemos é a busca e o domínios de espaços com a expansão do capital. Os agentes do poder, principalmente as transnacionais, vêm se territorializando sobre a égide do estado que oferece subsídios necessários para esses empreendimentos, juntamente com o sistema de mídias e das comunicações que produziram mudanças na produção e no consumo.

Haesbaert (2008) produz uma discursão que associa duas categorias de análise importantes: os processos de globalização e a desterritorialização. Os efeitos contraditórios oriundos da expansão das novas tecnologias no sistema produtivo e na incorporação do território pelos grandes empreendimentos econômicos que oficializa o processo de desterritorialização do espaço ocupado por grupos sociais consolidados. Daí o peso das inovações ou "revoluções" tecnológicas na aceleração do processo desterritorializador marcado pelo progresso do meio técnico-científico-informacional. Ainda conforme Haesbaert (2008), a difusão dos novos objetos técnico-científicos produz a desterritorialização que, por

conseguinte, ocorrerá uma reterritorialização, conduzindo à formação de uma nova territorialidade (T-D-R).

Considerada uma *front* de acumulação estratégica do país, a Amazônia vem atravessando, nas últimas décadas, uma gama de transformações socioespaciais sobre seu território. Para Becker (2007), a fronteira expressa um espaço em processo de estruturação, por isso, gera novas realidades socioeconômicas, ou seja, permeando novas especificidades produzindo sua virtualidade histórica. Desde a introdução da política integracionista, a região adquiriu feições jamais retratadas em seu espaço. A tecnosfera instalada sobre esse território nos últimos sessenta anos inseriu a região na escala global da economia mundial. Os signos do poder econômico abriram caminho para a tecnificação e capitalização dos recursos da Amazônia legal. Os estados do Sul e Sudeste da Amazônia tornaram-se palco de investimentos de capital nacional e estrangeiro que disputam territórios com os povos tradicionais da região, resultando na expropriação de seus territórios em prol de um desenvolvimento financiado, em parte, pelo poder do Estado e das grandes corporações econômicas.

A visão capitalista dos agentes territorializados na Amazônia Legal projeta a região para se tornar um reduto natural a ser explorado. Uma região até pouco tempo considerada ‘isolada’, hoje se hibridiza com base nos signos que são incorporados ao território. O híbrido cria um novo lugar, onde cada lugar contém todos os lugares. E assim o hibridismo torna indistintos os espaços pelos padrões de consumo, pelos contrastes da paisagem e pela total fluidez do cotidiano (MOREIRA, 2015; SANTOS, 2008).

A inserção dos sistemas de ações e objetos sobre o espaço amazônico se dinamizou com a canalização de vultosos investimentos destinados ao conjunto de infraestruturas desenhadas para o desenvolvimento regional a partir da década de 1960. A partir dessa temporalidade, as mutações socioespaciais se aceleraram produzindo uma nova configuração regional. Uma região que passou de um sistema reticular a outro, da Amazônia estruturada nos rios, para a Amazônia articulada nas rodovias. Esse conjunto de infraestrutura polarizou o espaço amazônico distintamente.

A operacionalização no espaço geográfico amazônico pela ação do Estado integrado ao capital privado passa a dar fluidez ao lugar. A fluência do espaço elimina a barreira das fronteiras, criando uma rede de integração espacial, redesenhando o território em uso. O espaço-tempo do capital produziu um novo território na Amazônia, um território tecnificado, desigual, subserviente ao mercado globalizado, por fim, contraditório e, ávido de conflitos sociais.

Nessa perspectiva, Rômulo Orrico (2005) classifica essa inserção do território amazônico na economia global como um conceito de *economia de aglomeração* que se baseia na redução dos custos de transportes, na facilidade de envio de mercadorias, na comunicação de ideias e na partilha de conhecimentos.

A mutação do território passa ser contínua e nociva, pois à medida que o capital avança em busca de novos espaços, novos eventos técnico-científicos rompem as paisagens existentes criando novas fisionomias, novos sistemas de ações e de objetos. O que antes eram espaços 'opacos' se transformam em espaços produtivos.

Em Rondônia, a transição do modelo econômico inserido a partir da década de 1980 com base na expansão da agropecuária, produziu novos arranjos socioespaciais. Exemplo disso está no município de Vilhena que em pouco mais de três décadas se transformou na cidade do agronegócio. A modernização do espaço (tecnosfera) produziu uma alteração no modo de vida social no campo e na cidade (psicosfera). Dessa forma, o espaço torna-se sinônimo de contradições e conflitos, pois, há, ao mesmo tempo, diversidade e unidade, heterogeneidade e a homogeneidade, desigualdades e diferenças (SAQUET, 2009).

O processo de verticalidade e horizontalidade corrobora para a dominação e transformação do espaço com base na formatação do capital. Esse mesmo capital impõe sua lógica corporativista transformando os lugares em centros produtores e exportadores de *commodities*. Em Vilhena, a chegada das *tradings* (CARGILL e MAGGI) modernizou o sistema de produção de *commodities* agrícolas. Nessa perspectiva, ocorre a especialização produtiva do território, que por sua vez, sistematiza o modo de produção através dos meios técnico-científico-informacional e dos circuitos espaciais produtivos que dinamiza a economia local, porém, voltada para demanda multiescalar. A sistematização das técnicas também foi incorporada à pecuária. Redes de frigoríficos foram instaladas estrategicamente pelo estado de Rondônia que passaram a disputar o mercado de carnes e, dessa forma, subjugando o campesinato, como também os médios e grandes pecuaristas, através da aquisição de seus produtos. Em geral, se constitui um espaço agrário plural em Vilhena. De um lado, o espaço da produção moderna, de alta produtividade e rentabilidade, do outro, um modelo econômico sustentado na produção familiar camponesa com uso restrito de tecnologia, baseada numa escala de produção pequena.

A história da formação territorial de Vilhena mostra a rapidez com que os grupos econômicos se apoderaram do espaço agrário local. Uma trajetória econômica que se dinamiza com a extração da madeira e, que abriu caminho para consolidar a pecuária. Entretanto, as pastagens não tinham boa longevidade devido à disposição de solo de baixa

fertilidade para essa atividade o que favoreceu a conversão da pecuária que cedeu espaço para o agronegócio de grãos que se materializa a partir de 1990. Foi nesse período que o movimento espacial do capital globalizado ganhou relevante expressão econômica e política quando a liberalização da economia brasileira abriu os caminhos para a transformação agrícola em todas as regiões, com significativos avanços nas áreas do cerrado e no bioma amazônico.

A inserção de Vilhena nessa "nova economia" proporcionou mutações significantes em seu espaço rural. Uma dessas transformações é vista no total da população rural do município que, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), mostra que 5% que em números representa 3.975 habitantes rurais. A redução quantitativa da população no campo, especificamente, das famílias camponesas constitui outro mecanismo da regionalização do agronegócio. Para Vicente Godin, (entrevista cedida em janeiro de 2016) "um dos fatores que levou a redução da população rural de Vilhena foi o fato de a região possuir baixo índice hídrico ou lençóis d'água no seu subsolo".

É nessa lógica da atual estrutura socioespacial que se instalou no urbano-rural de Vilhena um modelo econômico que projetou a cidade como o centro do agronegócio de Rondônia. Ao mesmo tempo se incorporou nesse território um sistema técnico organizacional que dividiu o espaço rural entre o moderno e tradicional. Essa divisão é vista na paisagem instalada no campo de Vilhena que é marcado pela presença dos latifúndios monocultores de grãos e pelas propriedades camponesas.

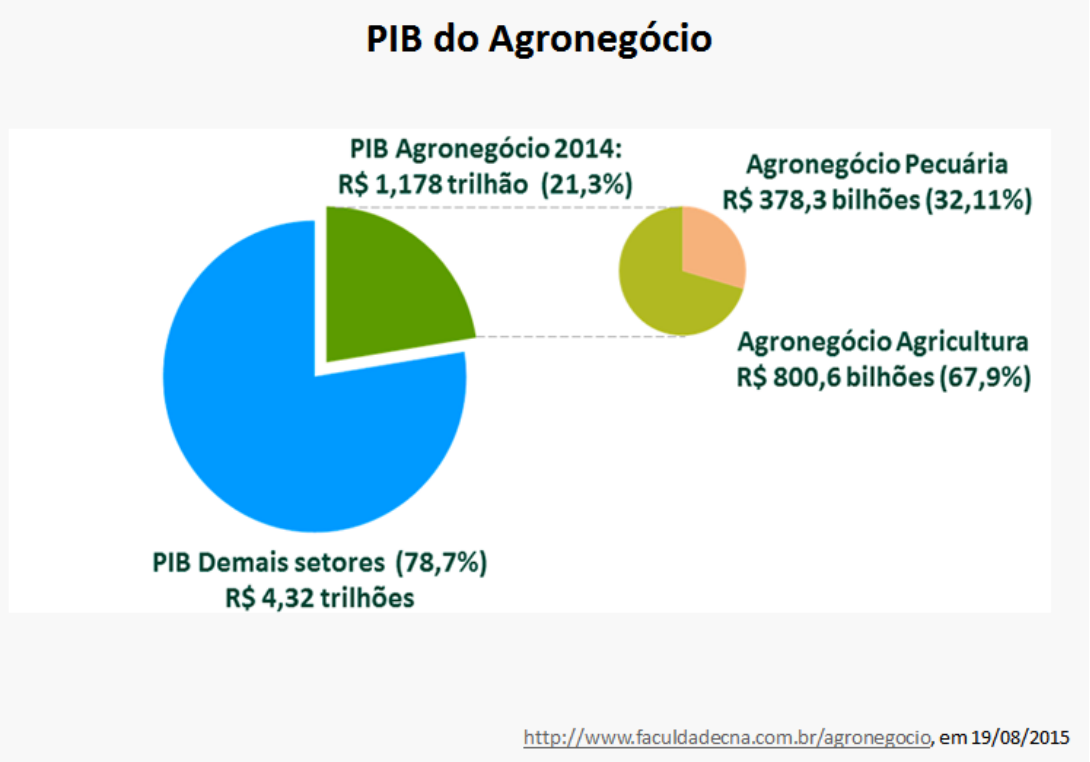
Por fim, o processo de territorialização desses novos componentes técnico-científicos que se cristalizou no espaço agrário de Vilhena originou um espaço geográfico dinâmico e contraditório, por um lado, a instalação da tecnosfera que permite o acontecer socioeconômico através dos aglomerados de sistemas de ações e de objetos que vão produzir, consequentemente, a psicosfera local.

4.1 A "nova" espacialidade de Vilhena: do dinamismo econômico às contradições socioespaciais

Quando se analisa o meio rural brasileiro ao longo das últimas seis décadas, constatam-se as diversas mutações territoriais na dinâmica social. Essas transformações se aceleraram com a modernização das tecnologias inseridas na agropecuária. O agronegócio representa toda cadeia produtiva que envolve a produção, o comércio e a logística ligada ao setor.

No gráfico 2 é possível avaliar o potencial do agronegócio na participação do PIB nacional que em 2014 acumulou 1,178 trilhão de reais correspondendo a 21,3% do acumulado total.

Gráfico 2: PIB do agronegócio brasileiro (2014)

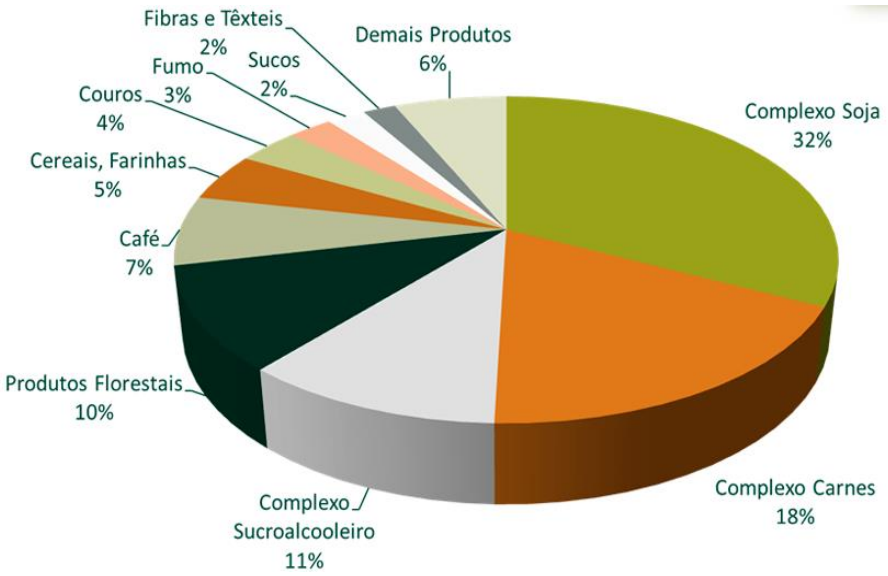


Fonte: FaculdadeCNA. Disponível em: <http://www.faculdadecna.com.br/agronegocio#.V658KBJTLAo>. Acesso em: 10 de Agosto, 2016.

De acordo com o gráfico 2, em 2014, o agronegócio se destacou na pauta da exportação do país. Os dados afirmam que entre os produtos exportados os que mais se destacaram foram os dos complexos: soja, carnes e sucroalcooleiro. O setor agrícola foi o que mais se despontou com um percentual de 67,9%, contra 32,11% dos produtos da pecuária.

O gráfico 3 monstra a distribuição dos produtos mais exportados do agronegócio brasileiro em escala global. As principais *commodities* comercializadas são: o complexo soja, o complexo carne e o complexo sucroalcooleiro.

Gráfico 3: Produtos exportados do agronegócio brasileiro



Fonte: FaculdadeCNA. Disponível em: <http://www.faculdadecna.com.br/agronegocio#.V658KBJTLAo>. Acesso em 10 de Agosto, 2016.

Esse é o perfil da exportação da agropecuária brasileira. Contudo, sempre fomos um país produtor e exportador de produtos primários. É fato que a modernização da agropecuária e do meio rural brasileiro proporcionou avanços significativos. Atualmente, a expansão do agronegócio se debruça sobre o território amazônico de forma assustadora. A atualização do território amazônico, com base na produção de *commodities*, está alicerçada no conjunto de eventos instalados em pontos estratégicos da região que inseriu a Amazônia Legal numa região geoestratégica para a economia globalizada. Os fluxos internacionais de mercadorias expressos nas exportações e importações mostram as relações que distintas frações do território nacional têm com o mundo através da atividade mercantil (ARROYO, 2012).

Essa nova dinâmica econômica, consolidada através da fusão do capital nacional e estrangeiro e, com o apoio do Estado se concentrou principalmente o Sul e Sudeste da Amazônia resultando no empoderamento da terra criando seus *impérios alimentares*. Conforme Ploeg, império é:

> Um modo de ordenamento que tende a tornar-se dominante. O império é personificado como: grupos de agronegócios, grandes varejistas, mecanismos estatais, leis e modelos científicos, tecnologias, etc. (PLOEG, 2013 p.20).

A presença desses grupos hegemônicos liderada pelas *tradings* tornou-se mais visível na Amazônia brasileira a partir da década de 1990. Considerada como fronteira agrícola do país, a territorialização do agronegócio na Amazônia produz e reproduz novas espacialidades. Ao produzir novas feições econômicas dar-se-á origem a uma formação socioespacial contraditória. A ascensão do capital na região rompeu com o modo de vida tradicional dos

povos da floresta (índios, ribeirinhos, extrativistas, camponeses, e outros), a quebra do modo de vida desses grupos sociais contribuiu para o aumento dos conflitos no campo. A violência se espalhou na região à medida que os grandes empreendimentos avançam e se territorializa. Em contrapartida, os movimentos sociais contra a hegemonia do capital também cresceram. Por toda região, esses movimentos ganharam força e lutam para manter sua existência e permanência em seus territórios.

Os reflexos dessas mutações são mais expressivas em Rondônia, Mato Grosso e no Pará, os três estados da Amazônia Legal onde se intensificou a exploração e dominação de grupos econômicos que lideram a produção e o comércio das *commodities*. A entrada do capital privado nesses estados integrou incisivamente essas localidades. Um conjunto de infraestrutura foi desenhado na região para facilitar os caminhos da exportação. Em Rondônia, o sistema multimodal de transporte tornou-se estratégico para o escoamento dos grãos do Mato Grosso e do Cone-Sul de Rondônia, especialmente do Município de Vilhena, considerada a cidade do agronegócio do estado.

Considerada o "Portal da Amazônia", o espaço agrário de Vilhena expressa uma pluralidade significativa. A presença de um modelo agrário-agrícola concentrador e gerador de conflitos. Há uma disputa territorial em jogo, de um lado uma agricultura capitalizada alinhada à agroindústria aplicando novas tecnologias e insumos químicos que fomentam a produção em escala global. Do outro, a classe camponesa, composta por produtores que usa a mão de obra familiar e técnicas tradicionais e, que luta e resiste em seu espaço de vivência evitando, com isso, a expropriação e a proletarização do trabalho (BERNSTEIN, 2011).

A dinâmica do agronegócio que se estabeleceu em Vilhena proporcionou um aumento no fluxo econômico local. Diversas empresas no ramo agropecuário se consolidaram na região produzindo um maior fomento ao setor. A disputa concorrencial entre elas favoreceu a expansão do agronegócio com as facilidades de créditos na aquisição de implementos agrícolas ligados a ele. Hoje, o agronegócio rondoniense ganhou maior volume com a expansão das áreas de cultivo de soja que junto com a pecuária representa parcela importante do PIB estadual.

Segundo o Secretário de Estado das Finanças, Wagner de Freitas, a crescente expansão do setor agropecuário se deve:

> A revitalização das lavouras de café e o aumento de mais de 400% da produção de pescado nos últimos quatro anos também aquecem a agricultura familiar. Além disso, a pecuária de corte continua sendo a ponta de lança para industrialização do Estado, que tem atraído diversas agroindústrias e aberto novos mercados no exterior. Em 2005, Rondônia cultivou 75 mil hectares de soja. Em 2014, já eram 191 mil hectares. Um crescimento de 154% na área plantada, com uma produção de 613 mil

> toneladas. Para 2015, a estimativa é de um crescimento de 20% na produção. O Estado é o quinto produtor nacional de café, tendo colhido 20 mil toneladas em 2014, com alta de 9,18% em relação ao ano anterior. A produção de arroz e milho também está em expansão (DIÁRIO DA AMAZÔNIA, Junho de 2015).

Vale ressaltar, que parte expressiva dessa produção que alimenta o mercado interno e externo de Rondônia, advém da agricultura camponesa/familiar. Exemplo disso, está na produção de café, leite, frutas e hortaliças que são produzidas nas pequenas propriedades camponesas e que abastecem os mercados e feiras livres das cidades.

Essa nova configuração espacial de Vilhena aglutina a produção agrícola capitalista e a agricultura camponesa. Nessa visibilidade contraditória, consolidada pelos sistemas de produção aferida sobre o espaço agrário de Vilhena ocorrem as conflitualidades socioespacial. A disputa pela terra significa violência e assassinato no campo. A valorização da terra na região a partir da consolidação do agronegócio aumentou a disputa territorial pela posse da terra. A força do capital sucumbe e expropria o sistema de produção camponesa que passa a incorporar suas terras constituindo latifúndios monocultores.

Diante desse novo quadro estrutural do espaço agrário de Rondônia, em especial de Vilhena, transcende a expansão dos latifúndios monocultores em detrimento da redução do campesinato, em que empreendimentos rurais instalaram-se em lugares diferentes onde a fronteira se dilata, e em todos eles, o capital apresenta uma viabilidade maior do que o pequeno produtor. Isso implica no modelo de desenvolvimento que conduz a extremos: o progressos tecnológicos e bem-estar para alguns setores e a privação e marginalização social para outros, pois o objetivo é a própria economia, é o lucro, é a acumulação capitalista. É nessa lógica que se produz um espaço desigual e de conflitualidades (BERNARDES, 2011).

As corporações capitalistas na conquista de novos territórios expropriam populações camponesas e indígenas. A resistência dessas populações despertou as disputas territoriais local, que se intensificaram, consubstancialmente, nas últimas décadas (FERNANDES, 2012).

A espacialização do capital se estabelece à medida que se consolida o território capitalista, tornando-se hegemônico e impondo seus paradigmas que destrói o modo de vida de grupos sociais consolidados em seus territórios o que gera disputas territoriais permanentes. A expansão do capitalismo também desterritorializa relações sociais não capitalistas, o que D. Harvey (2004) denominou de acumulação por espoliação. Esta entendida por Wagner Amorim (2013), como:

> Um estágio avançado das relações capitalistas, em que se necessita cada vez menos da recriação das relações não capitalistas, aumentando, desta feita, o número de excluídos e precarizados – já que a agricultura capitalista precisa cada vez mais de terra e cada vez menos de gente no campo –, bem como a proletarização do trabalho (AMORIM, 2013, p.312).

Em Vilhena, o processo homogeneização da terra pelo capital influenciou na valorização das terras. A formação de latifúndios é responsável, em parte, pela não realização do programa de reforma agrária que possa assentar os trabalhadores rurais sem-terra. A concentração de terras distancia tal possibilidade acarretando o aumento da violência no campo que em 2015 deixou um saldo de vinte assassinatos nos campos de Rondônia. É o número mais elevado de assassinatos de camponeses e sem-terra já registrado no estado desde 1985 (CPT, 2015).

O agronegócio, a mineração e a extração madeireira exigem do poder público a infraestrutura necessária para garantir seus vultosos lucros. Constroem-se os mais variados tipos de sistemas de ações e objetos como hidrelétricas, portos e aeroportos, hidrovias e se abrem e asfaltam estradas. Tudo leva à valorização das terras. Está pronto os ingredientes para o aumento e o acirramento dos conflitos.

É nessa perspectiva que se amplia a dominação do território e sua hegemonia pelo capital. Ao se apropriar desse recurso, aumenta a desterritorialização camponesa, excluídos de seus territórios esse grupo social passa a disputar novos espaços de produção num processo denominado reterritorialização do campesinato.

Em Vilhena, o espaço modernizado pela agricultura ganha um novo status de região "modelo", signo do progresso e do crescimento econômico, realimentando a psicosfera legitimadora da atualização corporativa e hierárquica (PEREIRA; KAHIL, 2010). Esse novo paradigma agroindustrial que se instalou em Rondônia destituiu, em parte, o modo de vida do campesinato local, sobretudo pela inércia do Estado que não responde as perspectivas desse grupo social através de políticas públicas mais democráticas e com justiça social. Assim, o espaço se torna cada vez mais denso, complexo e contraditório.

4.2 Vilhena: A tecnosfera e a nova psicosfera no meio rural-urbano

O avanço do capitalismo em sua fase contemporânea produziu novos e distintos arranjos socioespaciais por todo país originando uma fusão dos lugares constituídos por uma trama complexa de acontecimentos correlacionada a uma, também complexa, vida de relações socioeconômicas. As grandes transformações no meio técnico-científico-informacional levaram à disseminação dos sistemas de ações e objetos com o avanço das tecnologias a partir da década de 1960.

Nessa perspectiva, a região se incorpora ao processo de mercantilização da economia com base nos projetos pensados para seu desenvolvimento. Essas mutações são explicadas por Becker (2004) como:

> A primeira hipótese é a constituição da Amazônia como fronteira do capital natural em nível global, em que se identificam dois projetos: o primeiro é um projeto internacional para a Amazônia, e o segundo é o da integração da Amazônia, sul-americana, continental. A segunda hipótese diz respeito ao lugar da Amazônia no Brasil. Afirma-se aqui que a Amazônia não é mais mera área de expansão da fronteira móvel, mas sim uma região em si, com base em dois argumentos: a nova feição da fronteira e os avanços regionais em termos econômicos, sociais políticos (BECKER, 2004, p.80).

A tomada incisiva dos grandes grupos hegemônicos na Amazônia tomou posse do território e dos objetos neles inseridos. Assim, a região se tornou centro de investimentos estratégico do setor primário brasileiro. O fenômeno da inserção e expansão recentes da soja no sul de Rondônia caracteriza o grau de modernização que o espaço agrário de Vilhena foi submetido nos últimos quinze anos.

A densidade das técnicas produziu outro espaço agrário em Vilhena. Um território que, empiricamente, passou por transformações simultâneas para chegar até ao seu estágio socioeconômico atual, a cidade do agronegócio. Do estágio extrativista para o de maior produtor de grãos do Estado, Vilhena incorpora uma tecnosfera que favoreceu seu desenvolvimento estrutural no campo. Em 1995, a pecuária exercia forte influência na economia local. Segundo Diego Lus (2010) a maior concentração da pecuária bovina de Rondônia estava localizada no eixo sul (Vilhena). Hoje essa região é conhecida como o centro regional do agronegócio produtora de *commodities* de grãos do Estado. Em 2005, houve uma substituição no sistema agropecuário em Vilhena com a instalação de empresas ligadas ao agronegócio.

Vicente Godinho, pesquisador da Embrapa-soja de Rondônia, afirma que:

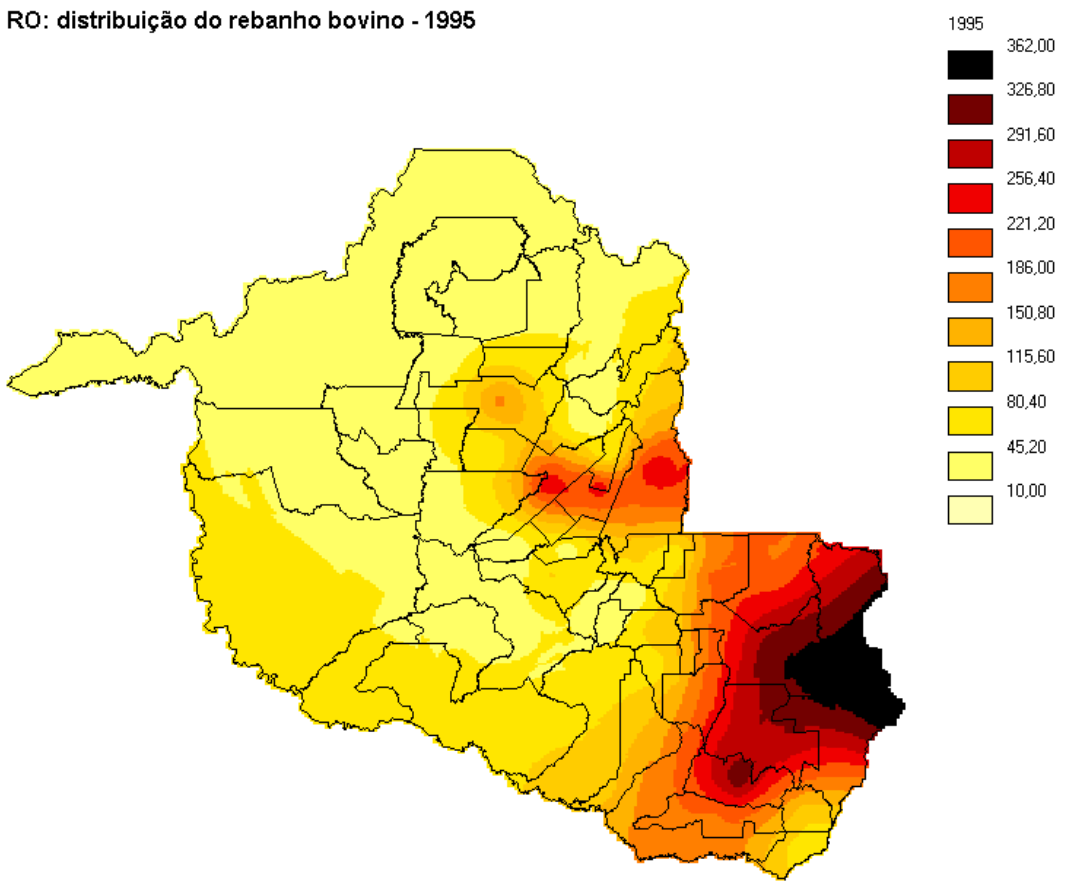
> A soja em Vilhena teve início em 1992, mas teve seu fim em 1994, devido a não adaptação dos grãos e das condições climáticas e da falta de incentivo governamental. Além de que era inviável o escoamento para o Porto de Paranaguá devido ao elevado custo do transporte antes da construção do porto de Porto Velho. A soja em Rondônia não é concorrente com nada, nem com a pecuária nem com agricultura familiar, ela é aditiva ao município porque entrou numa área que não existia atividade econômica nenhuma, foi uma tentativa de pasto frustrada em algumas áreas e, em outras, o pessoal usou e acabou abandonando. Basicamente tudo que foi aberto no estado foi por intermédio da pecuária. Em Vilhena a pecuária não se desenvolveu, foi muito infeliz. O que abriu espaço para a produção de grãos de soja (GODINHO, Entrevista em 28 janeiro, 2016).

A conversão da pecuária para monocultura de grãos produziu uma nova configuração socioespacial para o Cone-Sul de Rondônia, especialmente no território de Vilhena que provocou uma intensa migração rural-urbana. A centralidade dos sistemas de ações e de

objetos produziu uma ruptura na vida social e econômica da atividade primária desse município.

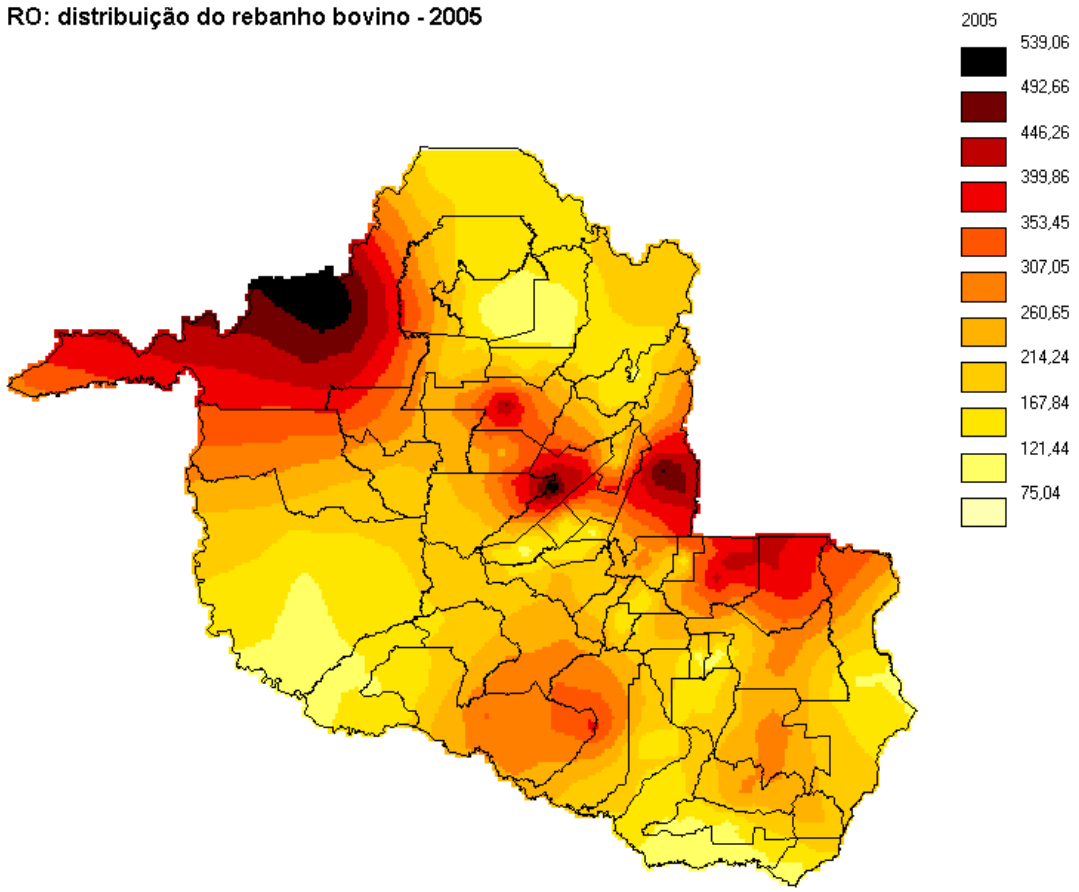
Os cartogramas 6 e 7 mostram a dispersão da pecuária à medida que se consolida o agronegócio de grãos na região, a partir de 1996, período em que a soja retorna na sua segunda tentativa de se consolidar em Vilhena, pois no primeiro momento a introdução da soja não concorria com outras modalidades de produção, devido a tentativa frustrada de seus experimentos.

Cartograma 6: Rondônia: distribuição do rebanho bovino – 1995



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE
Realizado com Philcarto - http://perso.club-internet.fr/philgeo
Elaboração: LUS, Diogo, 2010.

Cartograma 7 – Rondônia: Distribuição do rebanho bovino - 2005



Fonte: Censo Agropecuário do IBGE
Realizado com Philcarto - http://perso.club-internet.fr/philgeo
Elaboração: LUS, Diogo, 2010.

A partir do momento que a produção de grãos (milho e soja) se cristaliza no espaço agrário de Vilhena, observa-se a conversão da pecuária para a monocultura de soja. Ao mesmo tempo, o surgimento de latifúndios monocultores de grãos na região originou um espaço de conflito de interesse econômico entre grupos sociais que disputam o espaço agrário de Vilhena (agronegócio e campesinato). Um aspecto que diferencia o Cone-Sul de Rondônia de outras regiões do estado está no modelo de colonização que se desenhou na região que foi destinada principalmente às grandes fazendas agropecuárias, por isso, o tensionamento pela posse da terra vai se dar em vários locais, diferentemente da colonização da região central onde predominou a pequena propriedade camponesa.

Em Vilhena, o espaço-tempo faz nascer um novo território, a tecnosfera e a psicosfera estão presentes nesse espaço e integra o rural ao urbano onde a hierarquização das atividades tem nas suas necessidades funcionais, um procedimento estabelecido nas decisões dos agentes (público e privado). A relação campo-cidade se caracteriza no poder de influência que cada uma exerce. Se por um lado a cidade supre as necessidades do campo através dos produtos

voltados para o melhoramento da produção (insumos) e assistência técnica, por outro, a produção agropecuária do setor agrário de Vilhena abastece o mercado consumidor com seus diversos produtos.

A inserção do meio técnico-científico-informacional integrou o município na lógica capitalista/produtivista. A expansão do agronegócio proporcionou ao município o dinamismo comercial ligado ao setor agropecuário como lojas agropecuárias e uma logística favorável ao desenvolvimento local.

O setor de logística se modernizou absorvendo uma capacidade de escoamento inter-regional como o intercâmbio da modalidade de transportes (rodo-hidroviário). A venda de caminhões, colheitadeiras e tratores cresceram velozmente em Vilhena, comprovando a evolução do agronegócio. Em conjunto com essa rede de comércio, bancos e instituições financeiras colaboram nesse processo financiando os recursos necessários aos empreendedores do setor. Segundo Vicente Godim,

> "Com a nova logística, Vilhena passou a ter duas colheitas de soja por ano, fora o milho safrinha com rendimento médio de 90 sacas por hectare, o bom desempenho da produção anual fez expandir essa atividade para outros municípios do Estado" (GODINHO, entrevista 2016).

As *tradings* são empresas comerciais com o objetivo da compra e a venda de mercadorias, voltadas principalmente para o mercado externo e que exerce o controle da produção e da produtividade exercendo o monopólio na dinâmica do *circuito espacial da produção*. O setor da soja é marcado pela crescente presença de corporações em diversas etapas das redes produtivas alimentares, pela flexibilização, concentração e centralização.

A noção de *totalidade*, definida por Milton Santos (2008), fica evidente com os avanços das técnicas e as mudanças ocorridas na estrutura econômica, política e social da região, nos dá a ideia da globalização econômica. O conjunto das técnicas produz e reproduz novos espaços e, cria e recria novos modos de vida social (psicosfera) seja no rural ou no urbano.

O impacto da modernização tecnológica e da expansão do agronegócio no território de Vilhena confirmou a mudança socioespacial do município. Segundo os dados do IBGE (2010), a população rural de Vilhena era de 4.000 habitantes, ou seja, 5% da população total do município. A concentração de terras, associada ao uso de novas tecnologias contribuíram para reduzir o trabalho no campo e, consequentemente, acelerar o processo de urbanização. Seguindo o pensamento de Amorim (2013), a substituição de trabalho vivo pelo trabalho morto – como, por exemplo, a mecanização e tecnificação da produção – além da

precarização do trabalho e da inclusão de formas não capitalistas de produção, por meio da captura da renda da terra ou do controle sobre formas de produção de pequena escala.

Essa dinâmica promove mutações extremamente complexas e contraditórias. A disputa pelo território coloca em xeque a diversidade social presente em cada lugar. Uma nova geografia se instala sobre o espaço, rompendo o modo de vida social camponesa com base na acumulação de capital e no monopólio da terra. Essas contradições se tornaram o centro do objeto dos conflitos no campo de Vilhena.

Os interesses capitalistas sobre o meio rural desconstruiu a vivência dos camponeses que lutam para permanecer sobre seu território. Em Vilhena, o espaço agrário não é apenas sinônimo de produção agropecuária, pois é, também, uma arena de conflitos violentos.

Enquanto não emergir um programa de reforma agrária com justiça social associada a um conjunto de políticas públicas de incentivo à permanência dos camponeses no campo, estaremos distante da democratização do espaço agrário não somente em Vilhena, mas em todo país.

Nessa perspectiva, prevalece a organização e os movimentos sociais que almejam uma (re)estruturação socioeconômica e política mais coerente com ideais coletivo. A socialização e a materialização dos espaços produtivos podem e devem ser mais democráticos mesmo dentro do capitalismo. Todavia, a perversidade do modelo econômico atual (globalização) amplia e distancia as desigualdades socioeconômicas.

Portanto, a dinâmica da *resistência* social camponesa nos permite entender que o campesinato está "vivo" e se reproduz dentro do modelo de produção capitalista, reestabelecendo seu modo de produção baseado na mão de obra familiar e na produção de baixa escala. Os territórios camponeses necessitam de políticas de desenvolvimento a partir da lógica do trabalho familiar, cooperativo ou associado, para a produção de diversas culturas para os mercados multiescalar. Enquanto que o território do grande agronegócio tem se valido de políticas públicas e privadas para se desenvolver a partir da lógica do trabalho assalariado e da produção de *commodities* para exportação. Essa é a marca da realidade regional impregnada ao campo de Vilhena e de todo o país.

Historicamente, a apropriação da terra tem possibilitado o controle e/ou acesso a diferentes dimensões da realidade: produção econômica, instrumentos de participação política, informação, conhecimento, tecnologia, políticas públicas, dentre outros. De acordo com Eraldo Filho (2013, p.31), "a concentração deste bem, obviamente, contribui para o controle das diferentes dimensões da realidade, ampliação da desigualdade e exclusão da maior parte dos sujeitos presentes no campo". Não obstante, povos tradicionais de Vilhena

perderam seus territórios à medida que a tecnosfera se incorporou na dimensão regional do espaço agrário local produzindo mudanças significativas no modo de vida dos camponeses e indígenas da região (psicosfera).

No espaço agrário de Vilhena, a psicosfera está presente na organização socioespacial construída ao longo de décadas, ela está ativa na forma de ocupação e uso do solo, nos sistemas e técnicas usadas na produção, nas relações sociais de trabalho, no êxodo rural e na urbanização do campo. Foram essas mudanças que transformaram o modo de vida camponesa do meio rural de Vilhena. Assim, como explica Santos (2008) tecnosfera e psicosfera são dois pilares às quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade e a contrarracionalidade, no próprio conteúdo do território, estabelecendo novos espaços e novas relações sociais.

CONCLUSÃO

A globalização da economia integrou e vem integrando regiões geoestratégicas por todo mundo. Os espaços antes ‘ociosos’ estão se tornando pontos luminosos na esfera econômica multiescalar. A partir de 1960, essa nova fase expansionista da economia capitalista, liderada pelo capital financeiro com o apoio governamental de países em desenvolvimento, sobretudo, no Brasil, projetou o país como uma das nações produtoras e exportadora de *commodities* do Planeta. Fizeram-nos um país do agronegócio. As marcas dessas mutações estão presentes sobre cada região do país, especialmente, na Amazônia.

Considerada uma fronteira de expansão agrícola, a Amazônia se tornou uma região de cobiça internacional. Com isso, foram organizados e planejados projetos estratégicos de ocupação e desenvolvimento regional que corroboraram para a construção de um espaço contraditório aos interesses dos grupos sociais que disputam o território amazônico. Ao longo dos últimos cinquenta e cinco anos, a Amazônia se transformou num centro de negócios. Contudo, toda essa efervescência socioeconômica contemporânea consolidada em seu território transformou a região numa ‘arena’ de conflitos sociais.

Com a política integracionista do governo federal (1960), a região adquiriu feições inimagináveis. A tecnosfera inserida na Amazônia brasileira abriu caminhos para a capitalização da região, configurando uma nova geografia regional, uma região produtora de *commodities*.

Nessa mesma trajetória regional, os projetos governamentais desenhados para Rondônia, a partir de 1970, permitiram a formação de um “novo espaço” que rompeu a barreira de um modelo econômico extrativista, adaptando o atual território a um modelo econômico sustentado na agropecuária. A política de colonização de Rondônia foi uma estratégia que transformou o espaço e acelerou a integração econômica regional à economia nacional.

Com a inserção e expansão da pecuária no estado, a partir da década de 1980, outra estrutura socioeconômica se consolida sobre o território. Em duas décadas, observa-se a emergência de novos arranjos socioespaciais sobre o território: uma região geoeconômica que, até 1960, se sustentava no extrativismo vegetal e em lavouras de subsistência. Com a política de incentivo governamental nos anos de 1970, criou-se um modelo econômico fundamentado em pequenas propriedades rurais com base na agropecuária de subsistência. A partir da década de 1980, sobretudo com a expansão da agropecuária em escala comercial, o espaço agrário regional adquire nova fisionomia com a formação de latifúndios.

Uma dessas regiões geoeconômicas é a cidade de Vilhena que, no final da década de 1990, incorporou um modelo de produção agrícola voltado para a monocultura de grãos (*commodities*). O avanço na produção de soja indica sua regionalização no sul de Rondônia, com expansão em áreas antes dominadas pela agricultura camponesa e por médios e grandes fazendeiros. Essa mutação foi responsável pela expropriação de camponeses e, consequentemente, corroborou para o aumento da taxa de urbanização local, a maior do Estado (95%).

Vilhena ganha novos arranjos. A conexão cidade-campo ou vice-versa, se dinamiza com o desenvolvimento e difusão das técnicas. O centro urbano passa a exercer forte influência sobre o campo tornando-se núcleo polarizador de tecnologias e mercadorias sujeitando a subordinação do rural ao urbano. A relação campo-cidade se ramifica com a invasão da indústria de insumos que se fixa e, abastece o rural com seus instrumentos, ampliando o comércio regional e novos segmentos socioeconômicos vão se estabelecendo e se inter-relacionando no mesmo espaço. Toda essa dinâmica fez crescer o fluxo do setor terciário local, através dos estabelecimentos comerciais que contribui direta ou indiretamente para o desenvolvimento do setor agropecuário.

Vilhena se tornou o cerne do agronegócio regional. À medida que os grandes empreendimentos avançam e se territorializam sobre o espaço agrário desse município, crescem os movimentos sociais contra a hegemonia do capital. O âmago desse processo se materializa, na proporção que a estrutura técnico-científico-informacional se incorpora ao território através dos sistemas de ações e objetos que dinamizam o espaço da produção e, ao mesmo tempo, cria territórios contraditórios, desiguais e combinados dentro da lógica da economia capitalista. Nesse novo arranjo territorial, os fixos e os fluxos se modernizam para dar ênfase à dinâmica econômica estatal. Juntos a esse dinamismo, os conflitos territoriais cresceram e se deslocaram para áreas de expansão agrícola e o surgimento de novas frentes pioneiras engendra a formação dos espaços do campesinato e do capital agrário. Com isso, os camponeses desenvolvem suas lutas visando à permanência na terra por meio das ocupações, que resultam na política de reforma agrária e, consequentemente, na criação de novos assentamentos rurais (recriação do campesinato).

A expansão econômica que se cristaliza no espaço agrário de Vilhena exige recursos necessários para a operacionalização do circuito espacial da produção organizado pelas *tradings* do agronegócio. Empresas como Amaggi e Cargill passaram a exercer o controle do sistema de produção e comercialização dos grãos produzidos na região. Essa hegemonia se fortalece com os empreendimentos fixos que dão fluidez ao processo de escoamento da

produção regional. Essa fluência se configura através dos sistemas de ação e objetos que se materializam com o sistema integrado pela BR-364 e a hidrovia do Madeira-Amazonas. A aliança agronegócio e Estado cria condições favoráveis para a territorialização desse sistema econômico correlacionando a tecnosfera a psicosfera, dando-lhes uma nova funcionalidade ao território a partir das horizontalidades e verticalidades que se incorpora ao território.

Esse é o perfil do espaço agrário de Vilhena, um espaço que aglutina o tradicional e o moderno, a grande produção agrícola capitalista e a agricultura familiar camponesa. Nessa estrutura de contradições consolidada pelos sistemas de produção aferidas sobre o espaço agrário dessa cidade, ocorrem as conflitualidades socioespaciais. As terras camponesas passaram a ser pressionadas pela coerção econômico-territorial do agronegócio, cujos resultados consistiram no arrendamento de pequenas propriedades rurais nas regiões dominadas pela soja.

Analisando a dinâmica socioeconômica do Estado como uma região de fronteira agrícola na Amazônia, a evolução econômica ocorreu de forma significativa e com uma rapidez avassaladora. Em pouco mais de cinco décadas, a geografia econômica regional produziu, ao longo do tempo, uma esfera socioeconômica distinta. As características do passado se curvam nas retas do presente. As relações sociais, ao longo do tempo, desenharam novos caminhos sobre o território, novas técnicas e tecnologias foram transformando o lugar. A polarização e a expansão do capital em Rondônia alterou profundamente a relação homem-meio. Essas transformações são caracterizadas pelas diferenças socioeconômicas encontradas no espaço agrário do estado, sobretudo em Vilhena. É dessa relação que se acentua a psicosfera sobre o meio rural de Vilhena, materializada de forma distinta, a saber: mudanças no modelo de produção agrícola (monoculturas); concentração e monopolização da terra (latifúndios); arrendamentos de pequenas propriedades rurais por latifundiários; expropriação de camponeses resultando no êxodo rural.

Esse perfil agrário representa a conjuntura da psicosfera instalada em Vilhena enraizada, sobretudo pelas transformações socioespaciais no meio rural deste município, que se apresenta no território de forma desigual, estranhas e antagônicas às características do lugar. Dessa forma, a ação humana cria o espaço de ação, do movimento das coisas. Cada lugar no espaço é portador de significados especiais (objetos técnico-científico-informacional), portanto, as sociedades na sua margem de tempo constroem seu próprio espaço com base nas ações exercidas sobre o território, ou seja, nos interesses dos que exercem hegemonia sobre tal.

Estudar a psicosfera de Vilhena com base nas contradições entre o agronegócio e a produção familiar camponesa, nos remete a entender a complexidade geográfica que envolve os figurantes desse processo. A velocidade em que o agronegócio se cristalizou no território foi a mesma que eximiu parte significativa do modo de vida dos camponeses e dos índios em Vilhena. São realmente notáveis as transformações estruturais que têm ocorrido na agropecuária local.

O dinamismo agrícola de Vilhena não está centralizado somente nos grandes empreendimentos rurais. Há no espaço agrário desse município, pequenas propriedades agrícolas de produção camponesa com grande potencial produtivo. São propriedades oriundas de projetos de reforma agrária, assentamentos constituídos por famílias de trabalhadores rurais sem-terra, como o Águas Claras e Nova Conquista que têm, na sua estrutura econômica, uma produção de subsistência e/ou de pequena escala comercial.

Além de se destacar na diversificação da produção agrícola que visa abastecer o mercado interno e regional, essa atividade é responsável por gerar emprego, sobretudo, na família que, ainda contrata trabalhadores permanentes e/ou temporários durante o período de produção e colheita. Dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário (2015) mostram que Vilhena conta com 726 propriedades de agricultura familiar e emprega cerca de 1.753 pessoas no campo.

A inserção da agricultura familiar camponesa na atual conjuntura econômica de Vilhena deve-se, em parte, às políticas de incentivos governamentais como o PRONAF, o PNAE e o ATER, que tem permitido melhorias na estrutura da produção camponesa. Estudo elaborado pela EMATER contabilizou 220 produtores camponeses/familiar como responsáveis pela produção de hortifruticultura que atende a demanda local e regional. É um setor pujante, que precisa de melhores condições técnicas e financeiras para prosperar na produção e, acima de tudo na soberania alimentar.

Por outro lado, camponeses não acessam ao crédito rural por não possuir o título definitivo da propriedade rural, haja vista que, para obter recursos do programa de financiamento é necessária a apresentação desse documento. Essa prerrogativa impede muitos agricultores de não ter acesso ao recurso, já que grande parte das pequenas propriedades rurais não são regularizadas. O tripé crédito-pesquisa-assistência técnica precisa ser atualizado frente ao novo contexto agrário estadual, a fim de fomentar e valorizar a produção camponesa seja no molde de subsistência ou na pequena escala comercial.

O tecido espacial de Vilhena, bem como da região Cone-Sul de Rondônia, ganhou um novo aspecto, seja na estrutura fundiária que se consolidou com a expansão do agronegócio,

seja pela convenção das áreas de pastagens em monoculturas ou, áreas arrendadas de pequenos produtores rurais. O que está em curso no perfil agrário de Vilhena não é somente o domínio e a transformação da terra para produção de *commodities*. Mas em todo estado há um gradativo processo de hegemonização do capital sobre os principais recursos naturais disponíveis no território. O interesse de grupos econômicos do setor agrário regional vai além da apropriação e uso do solo. Nessa nova escala da produção globalizada, esses grupos passaram a financiar e controlar outro importante segmento no conjunto estratégico do agronegócio: os recursos hídricos. Grupos econômicos expandem seus impérios na Amazônia, controlando e transformado a natureza em mercadorias, o que fomenta disputas territoriais frente, tanto à construção de barragens/hidrelétricas, quanto na expansão do agronegócio (agrohidronegócio). A dinâmica do agrohidronegócio em Rondônia cresce aceleradamente no viés do desenvolvimento econômico, orientado pelos programas governamentais em conjunto com o capital privado nacional e estrangeiro, o que deixa marcas significativas no contexto regional. A hidrovia do Madeira é um símbolo dessa nova era.

A logística fomentada pelas *tradings*, Ammagi e Cargill em congruência com o Estado normatizou esse espaço conforme seus interesses transformando a região num centro de escoamento de *commodities.* É nessa vastidão hídrica que se encontra o Rio Madeira, um dos principais afluentes do Rio Amazonas e principal hidrovia que liga Rondônia a Manaus e aos portos graneleiros de Itacoatiara (Amazonas) e Santarém (Pará), caminho para o transporte dos grãos de soja para a América, Europa e Ásia. Ao integrar sobre seu domínio os recursos terra-água, o capital passa a controlar o circuito espacial produtivo da região.

Um espaço de contradição se constitui a partir das desigualdades que se projetam em seu seio. A marca das desigualdades no campo de Vilhena se configura de forma cada vez mais perversa. A formação dos latifúndios monocultores reduz a possibilidade de expansão do campesinato local. A propósito, a concentração fundiária impede a edificação da reforma agrária e a organização dos territórios camponeses. É a partir dessa conjuntura, que os conflitos sociais e a violência no campo de Rondônia e, sobretudo em Vilhena, cresceram significativamente nos últimos anos. A luta pela terra é uma constante, os dados da violência têm demonstrado que terra e água passaram a ser objetos de disputa entre os povos tradicionais da floresta e o grande capital que articula sua apropriação.

Por fim, o processo de territorialização desses novos componentes técnico-científicos que se cristalizou no espaço agrário de Vilhena originou um espaço geográfico dinâmico e contraditório, por um lado, a instalação da tecnosfera que permite o acontecer socioeconômico através dos aglomerados de sistemas de ações e de objetos que vão produzir,

consequentemente, a psicosfera, relacionada as transformações socioespaciais de Vilhena que alterou profundamente a estrutura dos agricultores familiares. Aos camponeses, se colocam os desafios estruturais em seus territórios, sobretudo o da permanência na terra, que passa a ser o maior entrave frente ao avanço do capital agrário que se expande de forma multifacetada na atual conjuntura econômica de Vilhena.

Ao alcançar os lugares, os sistemas de ações e os sistemas de objetos criam um novo espaço geográfico, assim, os lugares incorporam novos arranjos socioespaciais e, se distinguem na esfera quantitativa e qualitativa, na universalidade ou na particularidade de cada um. Estamos diante de um mundo cada vez mais desigual, onde a diferença passou a ser regra e não exceção e, a homogeneização do capital vem construir a base material da vida das sociedades. Nessa guerra de interesses econômicos, assistimos a profundas mutações do território, sobretudo, com a interação da ciência com a técnica que possibilitou a formação de uma nova geografia socioeconômica e espacial que se materializou em todo território brasileiro, em especial sobre as terras amazônicas, novo celeiro do agronegócio nacional e internacional.

Em Vilhena, são visíveis as contradições incorporadas ao espaço agrário. A tecnosfera, produziu um novo espaço, dando a ideia de modernização, de desenvolvimento e atualização da (de)ordem socioespacial, constituindo a psicosfera local, contudo, a instrumentalização do território passa a ser um mecanismo eficaz sobre o comando das grandes corporações capitalistas que permite o exercício de poder sobre os bens disponíveis, não importando os efeitos (re)produzidos sobre o território e a sociedade local.

Contudo, o campo não deve ser pensado apenas como um espaço da produção de mercadorias, mas um espaço diverso, onde se desenvolvem diferentes formas de organização social ancoradas no trabalho familiar e na manutenção da vida em sociedade, cujas finalidades são a subsistência e o cooperativismo socioeconômico. Com esses objetivos constituídos teremos uma sociedade camponesa mais coesa, defensora do seu lugar, do seu chão. Luta e resistência significam, para o campesinato, sua existência.

Diante das circunstâncias factuais expostas no decorrer desta pesquisa abrem-se caminhos para novas discursões, pois, a pluralidade de informações permite a continuidade do estudo sobre a psicosfera da geografia agrária de Vilhena e suas contradições. O mosaico construído na esfera territorial de Vilhena, cuja relação estabelecida entre o agronegócio e o campesinato é de conflito. Novas territorialidades vêm sendo consolidadas em outras regiões do estado. Afinal, Nesse processo, os conflitos territoriais se deslocam para áreas de expansão agrícola e o surgimento de novas frentes pioneiras corrobora para a formação dos espaços do

campesinato e do capital agrário. A condição de proprietário ou posse definitiva da terra representa para o camponês a garantia de liberdade e autonomia sobre o produto de seu trabalho. Portanto, é preciso reestruturar o espaço agrário local para fortalecer a classe social camponesa, sobretudo, pelo potencial agropecuário que esse grupo produz e contribui na geração de emprego e renda no campo de Vilhena.

REFERÊNCIAS

ADAMY, Amilcar. **Geodiversidade do estado de Rondônia**. Porto Velho: CPRM, 2010 337 p.30

Agropecuária assegura crescimento de 5% do PIB de Rondônia. **Diário da Amazônia**. O Melhor de Rondônia. 9 de junho de 2015.

AMARAL, Januário. **Mata Virgem: Terra Prostituta**. São Paulo: Terceira Margem, 2004.

_____. A colonização agrícola das novas terras na Amazônia. In: AMARAL, Januário; SILVA, Maria das Graças Nascimento; SOUZA, Mariluce Paes (Org.). **Pesquisa na Amazônia: Intervenção para o desenvolvimento**. Porto Velho – RO. Edufro, 2001.

AMORIM, Wagner Vinicius. Acumulação e espoliação no/e para além do campo brasileiro: terra, capital, trabalho e escalas de análise. **GeoGraphos.** [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 1 de marzo de 2013, vol. 4, nº 45, p. 308-326. [ISSN: 2173-1276] [DL: A 371-2013] [DOI: 10.14198/GEOGRA2013.4.45].

ARIMA, Eugenio; VERÍSSIMO, Adalberto. Brasil em Ação: Ameaças e Oportunidades Econômicas na Fronteira Amazônica. **Série Amazônia N° 19** - Belém: Imazon, 2002. 22 p.

ARROYO, M. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX.** 2001. p. 250 f. Tese (Doutorado em Geografia). São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH, Universidade de São Paulo.

ARROYO, Mônica. Circuitos espaciais de produção industrial e fluxos internacionais de mercadorias na dinâmica territorial do estado de São Paulo. **Boletim Campineiro de Geografia**. v. 2, n. 1, 2012.

BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011.

BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Geografia das Sojas II – A territorialidade do capital**. Rio de Janeiro. Arquimedes Edições, 2009. 176 p.

BERNSTEIN, Henry. Soberania alimentar: uma perspectiva cética. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, nº 39, mai/ago 2015, p. 276-336.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da Amazônia. Conferência do Mês do Instituto de Estudos Avançados da USP proferida pela autora em 27 de abril de 2004. **Estudos Avançados 19 (53)**, 2005.

BONFIM, Antonio Wilson *et al*. Projeto de Fortalecimento do PRONERA –Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. In: **Revista INCRA**. Território Cidadania Campo aberto para o conhecimento. Brasília, 18 de dezembro de 2015. Edição de nº 01.

CAFAZEIRO, Marilia Leite. O programa selo combustível social no coração do agronegócio brasileiro: primeiras reflexões. In: BERNARDES, Júlia Adão; ARACRI, Luís Angelo dos Santos. **Novas Fronteiras do Biodiesel na Amazônia: limites e desafios da incorporação da pequena produção agrícola.** Rio de Janeiro: Arquimedes, 2011.

CARVALHO NETO, D. de. **Implicações socioeconômicas e ambientais resultantes da extração de cassiterita, ouro e diamante em Rondônia**. Porto Velho: ADESG; UNIPEC, 2006. 32 p.

CARVALHO, Rosangela Maria Carnevale. **Agricultura e pecuária em áreas de fronteira: diferenças e sustentabilidade**. S/d.

CHAYANOV, Alexander. **La organización de la unidad econômica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1985.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **A territorialização do capital e a expansão do agronegócio sojeiro: lutas e (re)existência dos camponeses/camponesas das comunidades Nova Esperança e Nova Aliança no município de Belterra/Pará.** Porto Velho, RO, 2017. 225f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

COSTA, Gerson. Números comprovam: consolidação da indústria de Rondônia. **Visão Rondônia**: o melhor do agronegócio. Ano II. Nº 7. Rondônia, 2016.

COY, Martin. Desenvolvimento Regional na Periferia Amazônica. Organização do Espaço, Conflito de Interesses e Programa de Planejamento Dentro de uma Região de "Fronteira". O Caso de Rondônia. In: AUBERTIN, Catherine. **Fronteiras**. ed. Universidade de Brasília. Brasília; Paris. ORSTON, 1988. 258 p.

DESMARAIS, Annette Aurélie. La Vía Campesina: Globaization and the power of peasants. **Revista NERA.** Presidente Prudente Ano 10, nº. 10 pp. 165-173 Jan.-jun./2007.

Dicionário da Educação do Campo. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ELIAS, Denise. Globalização e fragmentação do espaço agrícola do Brasil. **Scripta nova revista eletrónica de geografía y ciencias sociales** Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. X, núm. 218 (03), 1 de agosto de 2006.

ELIAS, Denise. Agronegócio e Novas Regionalizações. **R. B. estudos urbanos e regionais.** V. 1 3 , N. 2 / Novembro, 2 0 1 1.

Emater - RO. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Rondônia. **Relatório de Gestão e Atividades**, 2017.

Embrapa. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Cultivares de soja e novas tecnologias da Embrapa chamam a atenção de produtores de RO.** Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-noticias/-/noticia/10844109/cultivares-de-soja-e-novas-tecnologias-da-embrapa-chamam-a-atencao-de-produtores-de-ro>. Acesso em: 07 de abril 2016.

ESCADA, M. I. S. **Evolução de padrões da terra na região centro-norte de Rondônia** / M. I. S. Escada. – São José dos Campos: INPE, 2003. 264p. – (INPE-10209-TDI/899).

FEARNSIDE, Philip M.; FIGUEREDO, Adriano M. R.; BONJOUR, Sandra C. M. Amazonian forest loss and the long reach of China's influence. **Springer**. October, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Conflitualidades, reforma agrária e desenvolvimento. **Campo-Território: revista de geografia agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-10, jun., 2014.

_____. Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico** - Presidente Prudente : [s.n], 2013. v.1-2.

_____. O MST e as reformas agrárias no Brasil. **Debates**. Año IX Nº 24 - Octubre de 2008.

_____. Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária. In: CANUTO, Antonio; LUZ, Cássia R. da S. e WICHINIESKI, Isolete (Ed.). **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: CPT, 2011.

FERREIRA, Gustavo Henrique Cepolini. O Agronegócio no Brasil e a produção capitalista do território. **Geografia em Questao**. V.05. N 01. 2012, p. 66-82.

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **Movimentos socioterritoriais, a contrarreforma agrária do banco mundial e o combate à pobreza rural os casos do MST, CONTAG e MARAM: subordinação e resistência camponesa**. São Paulo, Buenos Aires: Outras Expressões, CLACSO, 2013. 280 p.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FRAGA, Alana. **Dia do entrevistador ser entrevistado, em Rondônia**. 22 de janeiro de 2013. Disponível em: http://colunas.globorural.globo.com/diariodasafra/2013/01/22/dia-do-entrevistador-ser-entrevistado-em-rondonia/ acesso em 17 de junho 2016.

GOMES, Ivonete, Os caminhos da soja em Rondônia. **Revista Visão Rondônia**. O melhor do agronegócio. AnoII. Nº 6. Março/Abril, 2016.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG. **O Produto Interno Bruto Dos Municípios de Rondônia– 2013**. Disponível em: http://www.seplan.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/GODR/PibDosMunicipios/O%20Produto%20Interno%20Municipal_resumo2013.pdf. Acesso em 20 de Junho 2016.

HARVEY, David. **Espaços de Esperança**. Tradução, Adail Ubirajara Sobral; Maria Stela Gonçalves. 7 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2015. 381p.

HAESBAERT, Rogério. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina** – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HOFFMAN, Rodolfo; NEY, Marlon Gomes. Estrutura fundiária e propriedade agrícola no Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Brasília: **Ministério do Desenvolvimento Agrário**, 2010.108 p.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas públicas. **Cadernos Cedes**, ano XXI, nº 55, novembro/2001.
ESTADO E POLÍTICAS (PÚBLICAS) SOCIAIS
IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo, Brasiliense, 2004.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Na luta pela Reforma Agrária: Incra 45 anos. **Ministério do Desenvolvimento Agrário**. 1.ed. Brasília: MDA/INCRA, 2015.128p.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Caracterização e Análise da Dinâmica da Produção Agropecuária na Amazônia Brasileira Uma análise a partir do Censo Agropecuário 2006**. Relatório de Pesquisa, 2013.

INPUT BRASIL. Iniciativa para o Uso da Terra: **Expansão da produção agrícola no MATOPIBA – Consequências para a economia local**. Disponível em: https://climatepolicyinitiative.org/wpcontent/uploads/2016/08/Sumarios_Expansao_daprodu%C3%A7ao_agricola_no_Matopiba_consequencias_para_a_economia_local.pdf. Acesso em 15 de maio de 2016.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Agropecuário 2006: Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Rio de Janeiro, IBGE, 2009.

JUNIOR, Antônio Thomaz. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classes no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

JUNQUEIRA, Clarissa Pereira; LIMA, Jandir Ferrera. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. **Semina: Ciências Sociais e Humanas, Londrina**, v. 29, n. 2, p. 159-176, jul./dez. 2008.

KAHIL, Samira Peduti; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A lógica corporativa do uso do território em Rondônia: o agronegócio da soja na região de Vilhena. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v.5, n.10, p. 288-311, ago. 2010.

KAHIL, Samira Peduti; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A atualização recente no Sudoeste da Amazônia: lógica exógena e dialética endógena em Rondônia e Acre. In: **Geografia e Território: interpretações do espaço brasileiro**. (Orgs.) Darlene Aparecida de Oliveira, Enéas Rente Ferreira. Rio Claro: IGCE/UNESP – Pós Graduaçao em Geografia, 2012.

LEITE, Sergio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo. Agronegócio. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. 788 p.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira. **Um futuro para o campo e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro, Vieira & Lent, 2007. 176 p.

LEONEL, Mauro; PINTO, Luiz Sanná; AQUINO Julieth; CARVALHO, J. S. **A Estrada do Pacífico: Necessidade e Custos Socioambientais**. Cadernos PROLAM/USP (ano 8 - vol. 1 - 2008), p. 223 - 260.

LEFEBVRE, Henry. **The production of Space.** Cambridge, Mass.: Blackwell Publishers, 1991.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** – Rio de Janeiro: AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011. 190 p.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI – novas formas de desenvolvimento**. São Paulo, ed. Empório do Livro, 2009.

LUS, Diego. **Dinâmica socioespacial do agronegócio em Vilhena: uma análise sobre a expansão da fronteira tecnológica**. Porto Velho, 2012. 120f.: il. Dissertação (Mestrado). Fundação Universidade Federal de Rondônia, Núcleo de Ciências Exatas e da Terra. Departamento de Geografia.2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**. São Paulo Ano 18, n. 19 p. 95-112 jul./dez. 2002.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **NERA.** Presidente Prudente, Ano 11, nº. 12. Jan.-jun./2008. p. 57-67.

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e as políticas no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis**: Vozes, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2ª ed. São Paulo: contexto, 2014.

MARTINS, Márcio Marinho. Colonização Recente e a Luta Pela Terra em Rondônia. **Revista Labirinto** – Ano XII, nº 16 – junho de 2012. ISSN: 1519-6674

MARTINS. Márcio Marinho. **Corumbiara: massacre ou combate? A luta pela terra na fazenda Santa Elina e seus desdobramentos**. Porto Velho, Rondônia, 2009.178f.

MATSUSHITA, Aline; PELAEZ, Victor; HAMERSCHMID, Patrícia. Acordos de cooperação na indústria de agrotóxicos – 2000-09. **Indic. Econ. FEE**, Porto Alegre, v. 38, n. 2, p. 65-82, 2010.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; JUNIOR, João Batista Padilha. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

MESQITA, Benjamin Alvino. **Monocultura na Amazônia Brasileira: Concentração de riqueza e expropriação agrária**. Encontro Anual da ANDHEP -Direitos Humanos, Democracia e Diversidade 23 a 25 de maio de 2012, UFPR, Curitiba (PR).

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses.** Rondônia, 1995. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Relatórios para Brasil e Semiárido, Regiões, Estados, Territórios e Municípios. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/pagina/acompanhea%C3%A7%C3%B5es-do-mda-e-incra>. Acesso em: 03 dezembro 2015.

MINISTÉRIO DA SAÚDE: Secretaria de Vigilância em Saúde Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado de Rondônia. s/d.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser Geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2015.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1988.

Movimento pró-logístico. Relatório: **Situação da BR 174**. Março, 2017

OLIVEIRA , Ariovaldo Uberlindo. A Amazônia e a nova geografia da produção da soja. n. 26 (1): 13-43, 2006. In: **Terra Livre**. Publicação semestral da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Ano 22, v. 1, n. 26. p. 1-246 Jan-Jun/2006.

_____. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas: Papirus, 1988.

_____. **Amazônia, Monopólio e Conflitos**. 5ª ed., Campinas, SP: Papirus, 1995.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e Reforma Agrária. **Estudos Avançados** 15 (43), 2001

_____. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184p.

OLIVEIRA, Oleides Francisca; CAMPOS, Heleniza Ávila. **Territorio e cidadania em Rondônia/Brasil: estudo das políticas de desenvolvimento rural sustentável nos territórios central e Madeira-Mamoré.** Crises do Capitalismo, Estado e Desenvolvimento Regional. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, setembro de 2013.

ORRICO, Romulo. Transporte e Desenvolvimento: uma reflexão sobre a pavimentação da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. CNPq, 2005.

PAC. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Março, 2009. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/pub/up/relatorio/6cf5c7d2352e2637abfbf1160ee116c7>.pdf. Acesso em: 22 de setembro 2016.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Por uma geografia dos camponeses**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2012.

PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução Verde. In: **Dicionário da Educação do Campo**. / Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. – Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PESSÔA, Vera Lucia Salazar. Meio técnico-científico-informacional e modernização da Agricultura. In: MARAFON, J.M.; RUA, J.; RIBEIRO, M.A. **Abordagens teórico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: eduerj, 2007. 330 p

PLOEG, Jan Dower Van Der. **Camponeses e impérios alimentares: luta por autonomia e sustentabilidade**. Tradução: Rita Pereira. Porto Alegre. Ed. da UFRGS, 2008.

REINALDO, H. C. **Hidrelétrica Serra do Facão no Rio São Marcos: tramas e dramas sobre Davinópolis (GO).** 2012. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2012. Hofling, E. M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos Cedes, v. 21, n. 55, p. 30-41, nov. 2001

RIBEIRO, A. F. A.; SILVA,R. G. C; CORRÊA, S. S. Geografia da soja em Rondônia: Monopolização do território, regionalização e conflitos **Campo-Território**: revista de geografia agrária, v. 10, n. 20, p. 180-201, jul., 2015

RIBEIRO, A. F. A; SILVA, R. G.C; SANTOS, J. L. Política de regularização fundiária em Rondônia: limitações do Programa Terra Legal e expectativas socioterritoriais. **Confins** (Paris), v. 29, p. 1-19, 2016.

RONDÔNIA. Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rondônia: estado de oportunidades. **Ensaio para o futuro**. 2015, 130 p.

SAES, Maria Sylvia Macchione; SILVEIRA, Rodrigo Lanna Franco. Novas formas de organização das cadeias agrícolas brasileiras Tendências recentes. In: **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Antônio Márcio Buainain, Eliseu Alves, José Maria da Silveira, Zander Navarro, Brasília, DF: Embrapa, 2014. 1182 p.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 16ªed. Rio de Janeiro, Record, 2008.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: 4 ed. Edusp, 2008.

SANTOS, Tiago Roberto Silva. **Circuito espacial de produção e círculos de cooperação na cafeicultura em Cacoal/Rondônia.** Porto Velho, RO, 2017. 200f. Dissertação de Mestrado em Geografia, Fundação Universidade Federal de Rondônia.

SAQUET, Marcos Aurelio. Reterritorialização e Identidade. In: MEDEIROS, Rosa Maria Vieira; FALCADE, Ivanira. **Tradição versus tecnologia: as novas territorialidades do espaço agrário brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SUER, Sérgio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: expressão popular, 2010. 192p.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/O-setor-agroindustrial-no-estado-de-Rond%C3%B4nia#>. Acesso em: 06 de Abril 2016.

SEBRAE. **O agronegócio tem grande importância econômica e social no estado de Rondônia,** 2016. Disponível em: <http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ro/artigos/o-setor-agroindustrial-no-estado-de rondonia,71711a4fde582510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 06 de Julho 2016.

SEPOG - Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão. O Produto Interno Bruto dos Municipios de Rondônia – 2013. Disponível em: <http://www.sepog.ro.gov.br/Uploads/Arquivos/PDF/GODR/PibDosMunicipios/O%20Produto%20Interno%20Municipal_resumo2013>.pdf acesso em 25 de março 2016.

SHANIN Teodor. Lições camponesas. In: **Campesinato e território em disputa**. (Org): Elinane Tomiasi Paulino e Joao Edimilson Fabrini. 1.ª ed. Expressão Popular. São Paulo, 2008.

SILVA, Amizael Gomes. **Conhecer Rondônia**. 2ª ed. M&M. Porto Velho. s/d.

SILVA, Marilene Correa. **Metamorfose da Amazônia**. Manaus: Universidade do Amazônia, 2000.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. **Globalização e Dinâmicas Territoriais em Rondônia. Região Amazônica**. Universidad Nacional de La Plata. Faculdad de Humanidades y Ciencias de La Educación (FAHCE). Bibhuma, Año 5, N° 5, p. 41-61, 2009.

_____. **Dinâmicas Territoriais em Rondônia: Conflitos na produção e uso do território no período de 1970-2010**. São Paulo, 2010.

_____. Espaço, Sociedade e Natureza em Rondônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, n. 2, v. 01, p. 144 - 165, jan./jun. 2014a.

_____. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação sócioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, Adnilson de; NASCIMENTO SILVA, Maria das Graças Silva; SILVA, Ricardo Gilson da Costa. (Org.). **Colonização, Território e Meio Ambiente em Rondônia: Reflexões geográficas**. 1 ed. Curitiba: Editora SK, 2012, v. 1, p. 58-82.

_____. Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia. **Confins** [Online], 23 | 2015.

_____. Agronegócio e campesinato em Rondônia. In: **Geografia agrária no Brasil: disputas, conflitos e alternativas territoriais.** (Org) Gustavo H. Cepolini Ferreira, Jundiaí, Paco Editorial: 2016.

SPOSITO, Eliseu Sevério. **Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico**. SP. UNESP, 2004.

SUER, Sergio. **Terra e Modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: expressão popular, 2010. 192p.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade**. 2002 - AATR-BA.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos Avançados**. vol.19 no.53 São Paulo Jan./Apr. 2005.

VENTURELLI, Ricardo Manffrenatti. **Territorialidades do agronegócio e da agricultura camponesa em Cerqueira César – SP**. Londrina, 2009. 179 f.

WELCH, C. Agribusiness: **uma breve história do modelo norte-americano**. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/publicacoes/CliffAgronegocios.pdf>. Acesso em: 02 mar. 2016.

APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG

ROTEIRO ENTREVISTAS
TRABALHO REALIZADO EM 2015/2016

QUESTIONÁRIO DIRIGIDO AOS CAMPONESES

1. DADOS DO ENTREVISTADO

1. Nome do entrevistado:

2. Idade:

3. Sexo:

4. Naturalidade:

5. Tempo de morar na região?

6. Naturalidade e trajetória da família?

7. Adquiriu a propriedade através de programas governamentais ou compra particular?

8. Qual tamanho da propriedade?

9. Tempo de morar no lugar atual?

10. Está filiado ao sindicado?

11. O que mudou depois da filiação no sindicato? Essas mudanças contribuíram na melhoria da qualidade vida de vocês?

12. Quais aspirações têm os membros da família com relação ao uso da terra e sua produção?

13. Renda média da família?

14. Existe outra fonte de renda senão o da propriedade rural?

15. Conhece algumas políticas do desenvolvimento do setor rural na região? Sim _____, Não ____,

16. Quais?

17. Você se beneficia de alguma?

18. O que produzem na propriedade?

19. Usa costumeiramente agrotóxico na produção agrícola?

20. O que é para a venda? Para quem, onde e como fazer a comercialização?

21. O que é para o autoconsumo?

22. Você acha que sua parcela permite a subsistência da família?

Roteiro de entrevista com representantes da Emater

Nome: _____ Entidade_____

1. Como a instituição percebe a situação dos agricultores familiares no município na atualidade?

2. De que forma a instituição procura influenciar a aplicação dos recursos do PRONAF?

3. Existe algum tipo de controle social (fiscalização) na aplicação dos recursos?

4. A EMATER instrui os agricultores quanto às normas de contratação e pagamento do Pronaf?

5. Da forma como estão sendo canalizados os recursos, o senhor(a) acredita que os agricultores conseguirão manter-se nas propriedades e se reproduzirem socialmente?

6. Quais as dificuldades que se apresentam para que a instituição possa desenvolver atividades para melhorar a condição de vida dos agricultores?

7. Quais as dificuldades que a entidade observa quanto ao acesso dos agricultores familiares a esse crédito?

8. Na visão da instituição, porque existem agricultores inadimplentes no Pronaf. Quais motivos os levam a essa inadimplência?

Questionário direcionado a presidenta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vilhena

1. Em que ano foi fundado o sindicato dos trabalhadores rurais de Vilhena?

2. Qual o papel do sindicato dos trabalhadores rurais?

3. Quantos e quem compõem o quadro de filiados da instituição?

4. Quais são as propostas do sindicato para a classe dos trabalhadores rurais?

5. Quais as principais reinvindicações da classe junto ao sindicato?

6. Há casos de conflitos por terra no município? Quais os mais comuns (locais)?

7. Como o(a) representante dessa instituição ver o avanço do agronegócio frente o modo de produção camponesa ou agricultura familiar?

8. Já ocorreu perda da produção agrícola camponesa com relação ao uso de agrotóxicos lançados por aeronaves nas grandes propriedades?

9 Esse problema continua?

10. O sindicato tem contribuído para a melhoria da produtividade dos produtores? De que forma?

11. O sindicato é favorável ao modelo de cooperativismo como forma de favorecimento e fortalecimento da produção camponesa?

12. Os trabalhadores rurais têm sido contemplados com políticas públicas do governo? Quais?

13. Essas políticas têm atendido as necessidades das famílias camponesas?

14. Quais os maiores obstáculos para ter acesso a essas políticas públicas?

15. É comum os conflitos pela terra em Vilhena? Quais os mais recentes?

16. Houve casos graves, inclusive com morte(s) na luta pela terra no município? Quantos?

17. Existe pressão por parte dos grandes produtores para que os pequenos vendam ou arrendem suas terras?

18. O uso das tecnologias causou transformações na sociedade e na forma de produção no campo de Vilhena?

19. De que forma o uso dessas tecnologias afetam o produtor familiar camponês?

20. Quais as condições dos assentamentos rurais na região de Vilhena?

21. É comum no na região de Vilhena a ocorrência de movimentos sociais na luta pela terra? Quais os resultados desses movimentos?